UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - LICENCIATURA MODALIDADE A DISTÂNCIA (EAD)

MACEIÓ
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA (EAD)

Projeto político pedagógico reformulado para fins de atualização teórico-metodológica e adequação às diretrizes curriculares nacionais e resoluções internas da UFAL.

MACEIÓ
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Reitor
Prof. Dr. Josealdo Tonholo

Vice-Reitora
Profa. Dra. Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

Coordenadoria Institucional de Educação a Distância
Prof. Dr. Fernando Silvio Cavalcante Pimentel

Coordenador Geral Cied/UAB/UNA-SUS
Prof. Dr. Fernando Silvio Cavalcanti Pimentel

Vice-coordenadora Cied
Me. Camila Karla S. Silva

Coordenadora Geral UAB/Ufal
Profª. Drª. Lílian Kelly de Almeida Figueiredo Voss

Coordenador Adjunto UAB/Ufal
Profª. Drª. Natallya de Almeida Levino

Responsável pela Revisão do Projeto Pedagógico
Márcia Valéria Oliveira Gonçalves - Técnica em Assuntos Educacionais/PROGRAD

Diretor do Instituto de Ciências Sociais
Prof.ª Dr.ª Luciana da Conceição Farias Santana

Vice-Diretor do Instituto
Prof. Dr. Amaro Xavier Braga Junior

Comissão de Elaboração do Projeto (Revisão)
Prof. Dr. Amaro Xavier Braga Junior (Coord.) Docente/ICS
Prof. Dr. Cristiano das Neves Bodart - Docente / CEDU
Prof.ª Dr.ª Fernanda Feijó - Docente / CEDU
Prof. Dr. Leonardo Leal - Docente / Campus Arapiraca
Prof.ª Dr.ª Luciana da Conceição Farias Santana - Docente / ICS
Prof.ª Dr.ª Marina Felix de Melo - Docente / ICS
Prof.ª Dr.ª Rosangela da Silva - Docente / Campus Sertão/ Delmiro Gouveia
Prof. Dr. Welkson Pires da Silva - Docente / ICS

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO 6

2. CONTEXTUALIZAÇÃO 9
2.1. CONTEXTO INSTITUCIONAL 9
2.2. CONTEXTO REGIONAL 9
2.3. LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA 10
2.3.1. JUSTIFICATIVA DE CRIAÇÃO DO CURSO 10
2.3.2. HISTÓRICO DO CURSO 10
2.3.2.1. O CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL 10
2.3.2.2. O CONTEXTO DA CRIAÇÃO DO CURSO EM ALAGOAS E NA UFAL 12
2.3.2.3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO 14

3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO 17
3.1. POLÍTICAS DE ENSINO 18
3.2. POLÍTICAS DE PESQUISA 18
3.3. POLÍTICAS DE EXTENSÃO 21
3.4. A RESPONSABILIDADE SOCIAL 23
3.5. ACESSIBILIDADE 24
3.6. INCLUSÃO 25
3.7. OBJETIVOS DO CURSO 25
3.8. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES 25
3.9. PERFIL DO EGRESSO 26
3.10. CAMPO DE ATUAÇÃO 27

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 28
4.1. ESTRUTURA CURRICULAR 28
4.2. ESTRUTURA CURRICULAR POR NÚCLEOS – CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS LICENCIATURA EAD 29
4.3. DIRETRIZES METODOLÓGICAS 31
4.4. TRANSVERSALIDADE TEMÁTICA CURRICULAR 32
4.5. INTERDISCIPLINARIDADE 33
4.6. EDUCAÇÃO AMBIENTAL 34
4.7. RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA 34
4.8. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. 35
4.9. LIBRAS 35
4.10. TECNOLOGIAS DIGITAIS NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM 35

5. COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS DO CURSO 37
5.1. DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS 37
5.2. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 42
5.3. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) 44
5.4. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO E CULTURAIS 44
5.5. PROGRAMA INTEGRALIZADO DE EXTENSÃO (PIEX) 45
5.6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES) 51
5.6.1. DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA 51
5.6.2. CONTEÚDOS CURRICULARES DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR 58
5.6.3. DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO DOCENTE 61
5.6.4. DISCIPLINAS OPTATIVAS 70
5.7. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC 77
5.8. AVA - AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM 77
5.9. ACOMPANHAMENTO DOS ALUNOS 78
5.10. ATIVIDADES DE TUTORIA 78
5.10.1. FORMAÇÃO, EXPERIÊNCIA DOCENTE E NO EAD DA TUTORIA 80
5.10.2. INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENAÇÃO 81
5.10.3. MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE DOCENTES, TUTORES E ESTUDANTES 81

5.11. ENCONTROS PRESENCIAIS E FREQUÊNCIA 82
5.12. APOIO ACADÊMICO 82
5.13. MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL 83
5.13.1. SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS 83
5.13.2. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – EAD 83
5.14. DOCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS MODALIDADE A DISTÂNCIA 84
5.14.1. EXPERIÊNCIA ANTERIOR DO CORPO DOCENTE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA 84
5.15. COLEGIADO DO CURSO 85
5.16. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE 86
5.17. POLÍTICAS DE APOIO AOS DOCENTES E TÉCNICOS 87
5.18. POLÍTICAS DE APOIO AOS DISCENTES 89

6. AVALIAÇÃO 91
6.1. AVALIAÇÃO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL 91
6.2. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM. 91
6.3. AVALIAÇÃO DO CURSO CAA 92
6.4. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO 92

7. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS 94

8. REFERÊNCIAS 99

9. ANEXO A - RESOLUÇÃO N° 01/2016 – TCC DO EAD 102

10. ANEXO B - RESOLUÇÃO N° 02/2016 DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO - EAD 111

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - IES

Mantenedora: Ministério da Educação (MEC)
Município-Sede: Brasília - Distrito Federal (DF)
CNPJ: 00.394.445/0188-17
Dependência: Administrativa Federal
Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Código: 577
Município-Sede: Maceió
Estado: Alagoas
Região: Nordeste
Endereço do Campus sede:
Campus A. C. Simões – Cidade Universitária Maceió /AL
Rodovia BR 101, Km 14. CEP: 57.072 - 970
Fone: (82) 3214 - 1100 (Central)
Portal eletrônico: www.ufal.edu.br

1.2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.2.1. DADOS GERAIS

Curso: Licenciatura em CIÊNCIAS SOCIAIS
Modalidade: Licenciatura a distância
Título oferecido: Licenciado em Ciências Sociais
Código do Curso: 1298974 (Licenciatura em CIÊNCIAS SOCIAIS)
Nome da Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Campus: A. C. Simões
Polos: Maceió, Boca da Mata, Delmiro Gouveia, Teotônio Vilela e Cajueiro.
Município-Sede: Maceió
Estado: Alagoas
Região: Nordeste
Portal eletrônico do Curso:
http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/ics/graduacao/Licenciatura-ead

1.2.2. ATOS LEGAIS

Portaria de Autorização:
RESOLUÇÃO – 18/2012 de 09/04/2012 do CONSUNI/UFAL .

Portaria de Reconhecimento:
Portaria Nº 850, de 30/11/2018. Publicada no DOU em 03/12/2018.

Portaria de Renovação de Reconhecimento:
Portaria Nº 155 de 21/06/2023. Publicada no DOU em 22/06/2023.

1.2.3. VAGAS NO CURSO

O número de vagas autorizadas pela Capes/MEC foram: 125 (cento e vinte e cinco), distribuídas em cinco polos: Maceió, Boca da Mata, Delmiro Gouveia, Teotônio Vilela e Cajueiro

1.2.4. ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO E FUNCIONAMENTO DO CURSO

Polo Maceió: Campus A. C. Simões – Cidade Universitária, Maceió /AL Rodovia BR 101, Km 14 CEP: 57.072 - 970.

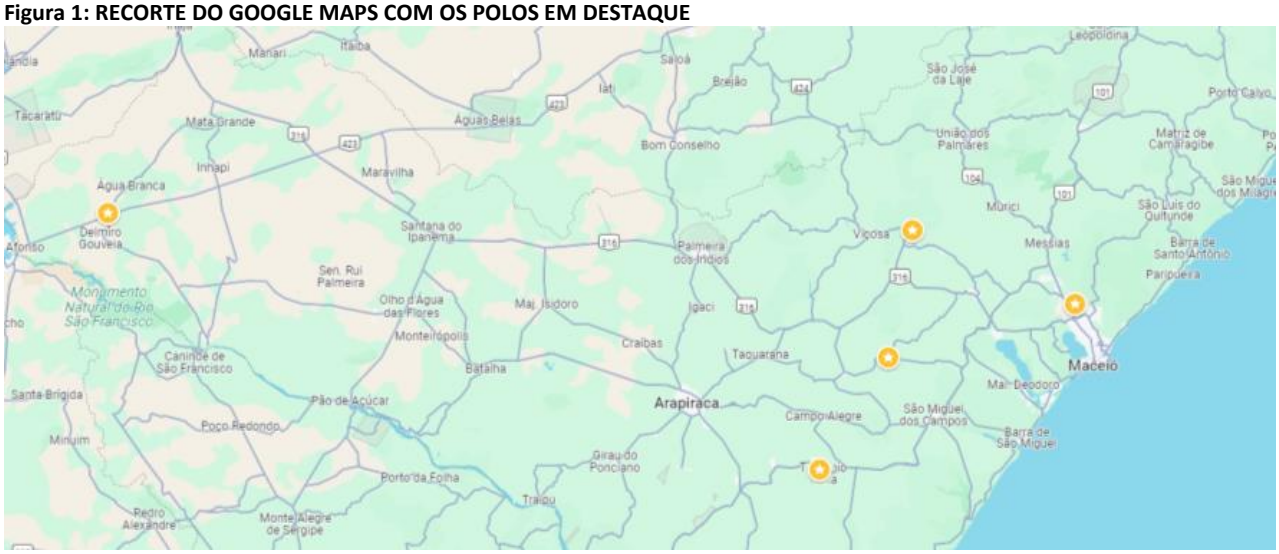
Polo Boca da Mata: Rua D. Pedro II, Centro, Boca da Mata – AL, CEP: 57680000.

Polo Cajueiro: Escola Municipal João Teixeira Costa. Conj. Antônio P Soriano Melo I, s/n , Centro. CEP: 57770-000 3284-1673.

Polo Delmiro Gouveia: Rodovia AL 145, Km 3, nº 3849, UFAL. CEP: 57480-000, tel.: 3641-2765 / 3214-1746.

Polo Teotônio Vilela: Av. Maria Geane Moreira Sampaio, s/n. Centro. CEP 57265-000.

Figura 1: RECORTE DO GOOGLE MAPS COM OS POLOS EM DESTAQUE



Fonte: Google Maps

1.2.5. FUNCIONAMENTO DO CURSO

Data de início do Curso: Previsão para Maio de 2025
Funcionamento: Modalidade à distância.

1.2.6. INGRESSO DE ALUNOS NO CURSO

Os cursos de licenciatura a distância na UFAL são selecionados por meio de vestibular, realizado pela COPEVE-UFAL que se circunscreve nos grandes esforços do país no incremento da qualificação de professores, seja por meio do programa de Formação de Professores da Educação Básica Pública (PARFOR), seja no contexto mais difuso da demanda social.

1.2.7. Titulação a ser concedida aos concluintes:

Licenciado/a em Ciências Sociais

1.2.8. TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

Mínima: 8 (oito) períodos
Máxima: 12(doze) períodos

1.2.9. COORDENADOR DO CURSO

Nome: Amaro Xavier Braga Junior
Formação acadêmica: Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais (UFPE), Mestrado e Doutorado em Sociologia (UFPE). Mestrado em Antropologia Social (UFAL). Especialização em Gestão de EAD (Escola do Exército/Instituto Rio Branco).
Titulação: Doutor em Sociologia (UFPE)
Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva
Tempo de exercício na UFAL: 15 anos
Tempo de exercício na função: 3 anos
Experiência de trabalho na modalidade EAD: 12 anos
Atuação profissional na área, vide Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3072812137317009

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal de Alagoas - UFAL é Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, com CNPJ: 24.464.109/0001-48, com sede na Avenida Lourival de Melo Mota, S/N, Campus A. C. Simões, no Município de Maceió, no Estado de Alagoas, CEP 57.072-970, além de uma Unidade Educacional (UE) em Rio Largo, município da região metropolitana da capital.

Foi criada pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, a partir do agrupamento das então Faculdades de Direito (1933), Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957), como instituição federal de educação superior, de caráter pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, mantida pela União, com autonomia assegurada pela Constituição Brasileira, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 e por seus Estatuto e Regimento Geral.

Possui estrutura multicampi, com sede localizada no Campus A. Simões, em Maceió, onde são ofertados 54 cursos de graduação. O processo de interiorização, iniciado em 2006, expandiu sua atuação para o Agreste, com o Campus de Arapiraca e com Unidades Educacionais em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa e a oferta de 23 cursos. Em 2010, chegou ao Sertão, instalando-se em Delmiro Gouveia, uma Unidade Educacional em Santana do Ipanema e a oferta de 08 cursos, todos presenciais.

Além dos Cursos presenciais, há 11 ofertados na modalidade de Educação a Distância, por meio do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. A pós-graduação contribui com 31 programas de Mestrado e 09 de Doutorado, além dos cursos de especialização nas mais diferentes áreas do conhecimento.

A pesquisa vem crescendo anualmente com a participação de linhas e grupos de pesquisa nas mais diferentes áreas do conhecimento. A extensão contribui com diversos programas e, também, é uma atividade em constante expansão.

2.2. CONTEXTO REGIONAL

Com uma extensão territorial de 27.767.661 km2, o Estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e 13 microrregiões. De acordo com o Censo de 2022 do IBGE, apresentavam população residente 3.120.922 habitantes, sendo 73,64% em meio urbano.

A inserção espacial da UFAL leva em consideração as demandas apresentadas pela formação de profissionais em nível superior e a divisão do Estado em suas meso e microrregiões. Essa configuração espacial é contemplada com uma oferta acadêmica que respeita às características econômicas e sociais de cada localidade, estando suas unidades instaladas em cidades polos consideradas fomentadoras do desenvolvimento local.

Com a interiorização, a UFAL realiza uma cobertura universitária significativa em relação à demanda representada pelos egressos do Ensino Médio em Alagoas, com exceção do seu litoral norte, cujo projeto de instalação do campus no município de Porto Calvo que ainda se encontra em tramitação na SESu/MEC.

O PIB per capita estadual era de R$ 6.728,00 em 2009, sendo o setor de serviços o mais importante na composição do valor agregado da economia, com participação de 72 %. Os restantes 28% estão distribuídos em atividades agrárias – tradicionalmente a policultura no Agreste, a pecuária no Sertão e a cana-de-açúcar na Zona da Mata, além do turismo, aproveitando o grande potencial da costa litorânea, com destaque para a região metropolitana de Maceió e a Costa dos Corais, no litoral norte.

2.3. LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

2.3.1. JUSTIFICATIVA DE CRIAÇÃO DO CURSO

A criação da Licenciatura em Ciências Sociais na modalidade a Distância, pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS), responde à demanda criada pela obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, através da decisão do Conselho Nacional de Educação (Parecer Nº 38/2006/CNE). Ainda que o ICS/UFAL já contasse com um Curso de Licenciatura em Ciências Sociais na modalidade presencial, a decisão do CNE criou o imperativo da formação de profissionais para atuar no ensino de sociologia para o conjunto do Estado de Alagoas e região.

2.3.2. HISTÓRICO DO CURSO

2.3.2.1. O CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS/SOCIOLOGIA NO BRASIL.

Desde a segunda metade do século XIX o ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil se deu na forma de livros e manuais didáticos que alcançavam um campo extenso de conhecimentos: da Economia e o Direito, passando pela História, a Geografia e a Psicologia, até propriamente a Sociologia. Isto se materializava na grade curricular da antiga escola secundária. O país era agitado pelas lutas de independência dos países latino-americanos e no Brasil. Os temas do abolicionismo e da constituição da república perpassavam os debates e as reflexões políticas. Nessa fase, mais ou menos de 1840 a 1930, observa-se a busca da cientificidade das explicações sobre a natureza e sobre a sociedade. Nesse período ocorreram "incorporações de teorias e conceitos sociológicos ao discurso de políticos e intelectuais, surgindo pensadores sociais muito influenciados pelo iluminismo, positivismo e evolucionismo" (LIEDKE FILHO, 2003; NOGUEIRA, 1981).

No Brasil, a Sociologia foi introduzida como disciplina em 1881 e, somente em 1933, passou a ser oferecida como curso superior. O primeiro projeto universitário brasileiro, que previa cinco faculdades (Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais, Medicina, Direito, Letras e Teologia), incluía a disciplina "Princípios de Sociologia" na Faculdade de Letras, a ser ministrada no segundo ano (Jornal do Commercio, 15/12/1881) (Machado, 1987, Bodart, 2025).

Em 1882, o deputado Rui Barbosa propôs sua inclusão no ensino secundário sob o nome de "Elementos de Sociologia" (Lima, 2018). A efetiva introdução da Sociologia no currículo secundário ocorreu com a Reforma de Benjamin Constant, em 1890. O Decreto n.º 981, de 8 de novembro de 1890, tornou a disciplina "Sociologia e Moral" obrigatória nas Escolas Normais e no Gymnasio Nacional (Bodart, 2025).

No Gymnasio Nacional, que possuía sete anos, a disciplina era oferecida no último ano com o título "Sociologia e Moral, Noções de Direito Pátrio e de Economia Política", com carga horária de seis horas semanais, superior às demais disciplinas. Além disso, era uma das seis matérias do exame final do sétimo ano. O decreto também estabelecia que o exame de madureza, requisito para ingresso no ensino superior, cobraria conhecimentos de "Sociologia e Moral, Noções de Economia Política e Direito Pátrio" (Bodart, 2025) .

Em 1925, o Decreto n.º 16.782-A, de 13 de janeiro, incluiu a Sociologia no currículo do ensino secundário, tornando-a obrigatória no sexto ano do ginásio. Como o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, servia de referência, a disciplina foi gradualmente incorporada aos currículos dos ginásios estaduais. Em 1931, o Decreto n.º 19.890, de 18 de abril, ampliou essa obrigatoriedade para os cursos preparatórios (Bodart, 2025).

O período de 1925 a 1942 é fundamental nos debates sobre a história da educação no Brasil, conforme apontam Catani e Faria Filho (2002). Nesse contexto, a Sociologia no ginásio e nas escolas normais foi alvo de disputas, especialmente entre a perspectiva católica e a abordagem cientificista (Cigales, 2019).O ensino da sociologia nas escolas criou um mercado de ideais que

alimentou os esforços de sistematização do conhecimento sociológico que, por sua vez, incentivou a criação de faculdades e universidades para formar os professores especializados nas novas áreas e, também, o surgimento de um mercado de livros didáticos. Muitos pensadores autodidatas nas Ciências Sociais, formados em Direito, Medicina, Engenharia, entre outras, especializaram-se em Sociologia e exerceram o ensino nas novas cátedras criadas nas Escolas Normais e Faculdades de Direito. Gilberto Freyre em Recife, Fernando de Azevedo em São Paulo, Delgado Carvalho no DF, Artur Ramos no Rio de Janeiro são exemplares desse movimento, tendo contribuído para o desenvolvimento de teorias e métodos sociológicos no Brasil (Meucci, 2005).

As ações dirigidas às reformas no ensino até 1940 ampliaram os espaços de disseminação e de institucionalização das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil. A Reforma Francisco Campos, em 1931, organizou o Ensino Secundário num ciclo fundamental de cinco anos e num ciclo complementar, tornando a Sociologia disciplina obrigatória do ciclo complementar. Em 1942, a Reforma Capanema retira a obrigatoriedade da Sociologia dos Cursos secundários, com exceção do Curso normal.

De 1925 a 1942, tem-se o período que combina a busca pela autonomia científica da Sociologia relativamente às outras disciplinas, ao tempo de sua inclusão na grande curricular (MEKSENAS, 1995; MEUCCI, 2000; GUELFI, 2001). Foi pelo caminho institucional do ensino que formalmente a Sociologia instalou-se no Brasil, pois era uma exigência nos Cursos de preparação para o exercício do magistério, nas Escolas Normais, e nas então denominadas Escolas Secundárias. A institucionalização da sociologia como um curso superior (de seus espaços de formação de quadros e de produção científica) ocorreu somente em 1933.

Ainda que no período de 1942 a 1964 tenha diminuído a penetração da Sociologia nas escolas secundárias, ampliaram-se os espaços de pesquisa e ensino nas universidades e centros de investigação, estabelecendo-se a comunidade dos sociólogos.

No Brasil, no contexto em que se discutia o desenho dos currículos do ensino de primeiro e segundo graus nos anos de 1970, cujas propostas foram centralizadas no Governo Militar, sob a supervisão de técnicos norte-americanos, emerge a disciplina de Estudos Sociais como síntese das disciplinas da História, Geografia, Sociologia, Economia, entre outras. Este intento muito dificultou os esforços de definição sobre a natureza das disciplinas científicas e de seus contornos profissionais.

A história da formação do campo de pesquisa das Ciências Sociais/Sociologia e a história da institucionalização do ensino de sociologia nas escolas de Educação Básica, sobretudo no Ensino Médio, são complementares. Embora esses dois processos tenham especificidades, eles se cruzam e se retroalimentam.

Antecedendo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), de 1996, vamos encontrar algumas tentativas de implementação da Sociologia no Segundo Grau (atualmente denominado de Ensino Médio). Entre 1984 e 1997, surgiram os primeiros indícios da inclusão da Sociologia no currículo do ensino médio em estados como São Paulo, Pará, Acre, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Amapá, Paraná, Espírito Santo, Alagoas e Tocantins, além do Distrito Federal (Bodart, Azevedo, Tavares, 2020).

Existia uma crítica contundente à obrigatoriedade do ensino profissionalizante no Segundo Grau e às concepções tecnicistas dos currículos de modo geral. Assim, as reformas da educação nos Estados retomaram o Ensino Médio propedêutico ou o Ensino Médio integrado (ensino geral e profissionalizante ao mesmo tempo). Com o tempo, as argumentações dos sindicatos de sociólogos, sindicatos de professores da educação básica, professores universitários, professores do Ensino Médio, associações científicas (como a Sociedade Brasileira de Sociologia), foram produzindo consequências, como a inclusão dos conteúdos de Sociologia nas provas de vestibulares, em 1997 na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em 2003 na Universidade Estadual de Londrina (UEL), e em 2007 na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Com isto, surgiu a demanda por material didático e as discussões sobre a atualização de diretrizes curriculares e sobre as políticas mais pertinentes para a capacitação do professor da disciplina, desde a formação da primeira até a sua dimensão continuada.

Em 2004 se inicia um debate em torno do documento do MEC intitulado Orientações Curriculares do Ensino Médio, quando é afirmada pela comunidade da sociologia que a disciplina deve ser compreendida como parte do núcleo comum do currículo, bem como da pertinência de que seus conteúdos e metodologias de ensino sejam sintonizados com os sentidos da juventude e das escolas de ensino médio.

Em 2005, Moraes (2007) elaborou um Parecer sobre a legislação educacional, explicitando que as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio de 1998 não estavam cumprindo a LDB, pois os conteúdos de Filosofia e de Sociologia, tratados somente de forma transversal, não estavam sendo devidamente apresentados. Esse Parecer entrou na pauta das reuniões da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, em abril de 2006. Um amplo debate disseminou-se pelo País, alimentado pelas diferentes associações sindicais e científicas de sociólogos e filósofos, com o intuito de sensibilizar os conselheiros.

No dia 7 de julho de 2006, a Câmara de Educação Básica aprovou por unanimidade o Parecer 38/2006 que alterou as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, tornando a Filosofia e a Sociologia disciplinas obrigatórias. A Resolução nº 4, de 16 de agosto de 2006, alterou o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, incluindo a Filosofia e a Sociologia como disciplinas curriculares obrigatórias. Ainda em 2006, foram publicadas as Orientações Curriculares para o Ensino Médio de Sociologia.

O projeto de lei ordenou a inclusão das duas disciplinas nas três séries do Ensino Médio. A Lei nº 11.684/08, que altera o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 20 de dezembro de 1996, foi sancionada em 2 de junho de 2008. O CNE regulamentou o modo de implantação da Filosofia e Sociologia nas três séries do Ensino Médio pela Resolução nº 01, de 15 de maio de 2009, ordenando que se conclua a efetivação dessa medida até 2011.

As reformas do Ensino Médio de 2017 e 2024 alteraram significativamente a presença da Sociologia no currículo dessa etapa da educação. A Lei n.º 13.415/2017, que instituiu o Novo Ensino Médio, retirou a obrigatoriedade nominal antes presente na Lei, inserindo-a com as demais disciplinas das humanidades na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, com oferta variável conforme a

organização curricular de cada estado e rede de ensino. Essa mudança reduziu sua carga horária em diversas regiões do país. Em 2024, a reformulação do modelo revisou as diretrizes para reequilibrar a formação geral básica e os itinerários formativos, indicando a Sociologia como componente curricular integrante da formação geral básica a ser garantida aos estudantes do Ensino Médio.

2.3.2.2. O CONTEXTO DA CRIAÇÃO DO CURSO EM ALAGOAS E NA UFAL

Em um Estado com os problemas socioeconômicos gravíssimos indicativos de extrema exclusão e injustiça sociais, a universidade propõe-se participar das soluções desses problemas, estabelecendo que seus Cursos tenham direta vinculação com os desafios do desenvolvimento regional e, especificamente, com a melhoria da qualidade do ensino e da educação fundamental e média.

A criação do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância circunscreve-se nos grandes esforços do país no incremento da qualificação de professores, seja através do programa de Formação de Professores da Educação Básica Pública (PARFOR), seja no contexto mais difuso da demanda social. Estas ações articulam iniciativas que envolvem desde o Conselho Nacional de Educação (em suas decisões e normativas), passando pelo Ministério da Educação, a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal e Municípios e as Instituições Públicas de Educação Superior (IPES).

O Instituto de Ciências Sociais da UFAL já tem consolidado ampla discussão conceitual e prática sobre as Diretrizes Político-Pedagógicas para a formação de bacharéis e licenciados em

Ciências Sociais, pela experiência cotidiana de gestão dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais presenciais. Estas experiências acumuladas propiciaram a formulação da presente proposta de criação de uma Licenciatura em Ciências Sociais a distância, que, relativamente ao campo disciplinar das Ciências Sociais e da Sociologia, está circunscrito ao universo científico e disciplinar no Brasil que compreende as áreas da Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

A vivência do Instituto de Ciências Sociais na oferta e gestão de Cursos de graduação remonta à criação do Curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em substituição ao generalizante Curso de Licenciatura em Estudos Sociais da época. O Curso de Ciências Sociais teve a sua implantação autorizada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/UFAL, em 09 de agosto de 1993, com a resolução Nº. 49 – B/93, tendo começado a funcionar no antigo Departamento de Ciências Sociais, fundado em 1994. Desde então, oferece as habilitações em Bacharelado e em Licenciatura. O reconhecimento do Curso veio através da Portaria Nº 475, de 22 de fevereiro de 2002 (DOU de 25.02.2002).

No ano de 2006, em virtude da reforma institucional da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, o antigo Departamento de Ciências Sociais transformou-se em Instituto de Ciências Sociais - ICS, conquistando, portanto, mais autonomia.

No âmbito estrito da Licenciatura, o Curso de Ciências Sociais adequou-se aos Pareceres CNE/CES 492/2001 e CNE/CES 1.363/2001, além da RESOLUCAO Nº 114/2023-CONSUNI/UFAL, de 05 de dezembro de 2023 e (iii) ainda sintonizado com as discussões advindas do Fórum Nacional de Cursos de Ciências Sociais, e com (iv) a linha de pesquisa "Ensino de Ciências Sociais do Grupo de Pesquisa Ciências Sociais e Sociedade/CNPq". Todas essas referências normativas e conceituais foram contrastadas com as especificidades socioeconômicas, políticas e culturais da sociedade alagoana.

A presente proposta traz como desafio adequar toda a experiência acumulada no ensino presencial às exigências, particularidades e desafios próprios ao ensino a distância. Com o lançamento do Edital Nº 001/2005 da SEED/MEC foi inaugurado o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que gerou um novo estímulo para que as IFE'S atuassem efetivamente na expansão e interiorização do ensino superior público e gratuito no país. Dessa forma, o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais na modalidade a distância pretende ajustar os conteúdos teóricos e metodológicos e a dimensão complexa da formação do professor (já consolidados nas rotinas do ensino presencial), à dimensão e novas rotinas das metodologias inovadoras de ensino que as novas tecnologias de informação propiciam. Outro espaço (virtual e físico) de conexão entre a Universidade e a sociedade foi erigido, rico em possibilidades de interação (novas experiências e aprendizados mútuos).

Esta proposta de Curso de Licenciatura em Ciências Sociais na modalidade a distância mantém uma estrutura curricular orientada similar àquela do curricular da Licenciatura Presencial em Ciências Sociais. O presente Projeto Pedagógico considera também a Resolução Nº 114/2023 - CONSUNI/UFAL, de 05 de dezembro de 2023, que regulamenta o Regime Acadêmico nos cursos de graduação da UFAL, a Resolução CNE/CP Nº 04, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior de profissionais do magistério da Educação Básica e a Minuta de Resolução Consuni/UFAL/2025, que define os componentes curriculares comuns aos cursos de graduação de formação de professores para a Educação básica, no âmbito da UFAL, bem como, os Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância – SEEC/MEC, que enfatizam a formação para o uso didático de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

A metodologia da inclusão digital tanto favorece a formação teórico-prática quanto a formação continuada do docente. É, de outro modo, uma política que permite expandir as ofertas de vagas para o ensino superior ao interior do estado. São esses desafios que a criação do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância do instituto de Ciências Sociais da UFAL pretende enfrentar.

2.3.2.3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

A primeira edição do curso de Ciências Sociais EAD, começou a operar em Janeiro de 2012 e seguiu com duas entradas, até 2014 e foi encerrado em 2016, quando não houve mais oferta de turmas e foi concluído o último aluno ingressante. O projeto foi retomado em 2024 para ofertar novas turmas a partir de 2025.

Nesse período anterior, o Curso de Ciências Sociais a distância da Universidade Federal de Alagoas foi distribuído em quatro polos de ensino, situados nas cidades de Maceió, Arapiraca, Maragogi e Olho D´água das Flores. Cada um desses polos foi inserido em uma região específica do Estado de Alagoas. Tendo como horizonte as recentes transformações socioeconômicas que o Brasil viveu nas últimas duas décadas, esses polos abrigam potencialidades, demandas e vulnerabilidades que reclamam a atuação de cientistas sociais licenciados, capazes de fornecer conhecimento didático-pedagógico para as instituições locais de ensino e também capazes de fornecer diagnósticos mais amplos acerca dos processos de transformação socioculturais, econômicos e políticos vividos por essas regiões. Com efeito, cada uma das cidades-sede possui potencialidades e vulnerabilidades que vicejam demandas específicas para o Curso de Ciências Sociais a distância.

Com a abertura do edital da CAPES XXX, em xx de xx de 2024, o curso de o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância ofertará vagas para o Pólo Maceió, e para quatro novos pólos: Boca da Mata, Delmiro Gouveia, Teotônio Vilela e Cajueiro.

Vizinha a Recife e Salvador, dois dos principais polos de expansão econômica e tecnológica do Nordeste, a cidade de Maceió (capital de Alagoas), um dos quatro polos mencionados, cumpre uma função central na economia alagoana. A cidade abriga 32% da população do Estado de Alagoas (pouco mais de um milhão de habitantes) e 47% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado (IBGE, 2014). Com a intensificação da crise do setor do sucroalcooleiro no Estado de Alagoas, nos últimos anos o setor de serviços, especialmente o turismo, tem se destacado no panorama da economia alagoana e de Maceió. Conforme os dados acumulados durante 2011, 2012 e 2013, o destino turístico Alagoas se fortaleceu, granjeando um aumento do seu fluxo turístico acima da média do Nordeste. Conforme a INFRAERO, durante o primeiro semestre de 2013 ocorreu um aumento de 22% no fluxo de passageiros no Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares (Maceió), cujo número alcançou o total de 957.319 passageiros. Durante o mesmo período, entraram em operação 5 novos voos, com novos horários para São Paulo e Brasília, dois dos principais centros emissores de turistas para Alagoas. Desde 2007 que o setor de turismo em Alagoas vem apresentando crescimento da mão de obra ocupada, notadamente por conta da abertura de restaurantes e da construção e instalação de novos hotéis, que, nos últimos 5 anos, alcançou o número de 20 novos empreendimentos, o que representou a adição de mais 8 mil leitos (SETUR-AL, 2014).

Boca da Mata, localizada no interior de Alagoas, tem uma história marcada pela forte presença rural e pela produção agrícola, principalmente nas áreas de cana-de-açúcar e pecuária. O município se caracteriza por uma economia voltada para o campo, mas com um crescimento urbano significativo nas últimas décadas. Sua proximidade com a capital Maceió e a integração a rodovias importantes faz dela um ponto estratégico para o desenvolvimento regional. A escolha de Boca da Mata como polo para a formação de novos professores de Sociologia é relevante, pois permite um olhar mais aprofundado sobre as dinâmicas rurais e urbanas, bem como as questões sociais e econômicas que afetam o interior alagoano, proporcionando aos futuros educadores uma formação contextualizada e voltada para as necessidades da região.

Delmiro Gouveia é um município histórico de Alagoas, conhecido pela importância de seu nome e legado, dado à figura de Delmiro Gouveia, pioneiro do desenvolvimento industrial no sertão nordestino. A cidade, marcada por uma rica trajetória de lutas sociais e avanços tecnológicos, tem grande relevância para o estado e o país. O polo de formação de professores de Sociologia em Delmiro Gouveia permitiria aos futuros educadores compreender de forma prática os processos de modernização e industrialização, além dos desafios sociais típicos do sertão nordestino, como a

seca, as desigualdades regionais e a luta por direitos. A região possui uma identidade forte e uma população que valoriza a educação como instrumento de transformação, tornando-a um local ideal para o desenvolvimento de projetos pedagógicos voltados para a realidade local.

Teotônio Vilela, cidade situada na região do Agreste de Alagoas, é um município que destaca-se pela sua forte vocação agrícola, especialmente na produção de grãos, como milho e feijão, além da pecuária. O nome da cidade homenageia o ex-governador Teotônio Vilela, que teve papel importante na política local e estadual. Sua localização estratégica, entre a capital e o interior do estado, a torna um ponto de convergência para diversas atividades econômicas e culturais. A instalação de um polo de formação de professores de Sociologia em Teotônio Vilela pode promover uma análise crítica das questões sociais que envolvem o campo e a cidade, como desigualdade de acesso à educação e à terra, oferecendo aos futuros professores uma compreensão mais ampla da dinâmica social da região, fundamental para a educação de jovens e adultos.

Cajueiro é um pequeno município de Alagoas, com uma economia predominantemente voltada para a agricultura, destacando-se na produção de caju e outros produtos agrícolas. Sua história é marcada pela simples, mas importante, contribuição ao desenvolvimento econômico e social do estado, com forte presença de uma comunidade rural e tradicional. O polo de formação de professores de Sociologia em Cajueiro tem o potencial de abordar as questões sociais de uma localidade com características rurais e periferias que enfrentam desafios históricos em relação à educação e aos direitos sociais. A formação de professores neste contexto é crucial para entender os processos de exclusão social, a importância da educação no meio rural e os caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Além dos fatores econômicos e ambientais mencionados, dois outros aspectos também justificam a existência do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais nesses polos. Trata-se do déficit educacional vivido pelo Estado de Alagoas e das suas profundas assimetrias socioeconômicas. De acordo com o IPEA, Alagoas apresentava a terceira menor renda *per capita* dos nove Estados nordestinos, cerca de R$ 6.728, obtida mediante a divisão do total do PIB (R$ 21,235 bilhões) pelo total da população do Estado (3,1 milhões de habitantes). A População Economicamente Ativa de Alagoas (PEA) correspondia, em 2011, a 1,3 milhões de pessoas. Destes, apenas 3% da população (cerca de 40 mil pessoas) recebiam mais de cinco salários mínimos; ficando 232 mil potenciais trabalhadores (cerca de 17% da PEA) sem qualquer renda; 574 mil pessoas (45% da PEA) recebiam até um salário mínimo; e 470 mil pessoas (38% da PEA) recebiam entre um e 5 salários mínimos. De acordo com o IBGE, em 2014, o Estado de Alagoas obteve a segunda menor renda per capta do país. De acordo com o índice de Gini (indicador que afere o grau de desigualdades social entre as regiões e países), Alagoas possui uma das maiores polaridades de distribuição da renda no Brasil: 1% dos mais abastados (aproximadamente 35 mil pessoas) detém 12% da renda do Estado, enquanto os 50% mais pobres (por volta de 1,5 milhão de pessoas) ficam com apenas 14% da renda estadual.

Parte substancial da disparidade de renda atestada antes se acentua com o grande déficit educacional existente no Estado. Conforme a PNAD (Pesquisa Anual de Domicílios – IBGE, 2011), do total da População Economicamente Ativa (PEA) existente em Alagoas, 21% não possuíam qualquer instrução, e mais de 30% não detinha sequer o primeiro grau (primeiro ciclo do ensino fundamental). De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL), em 2012, 39% dos eleitores aptos a votar (798.461 eleitores) eram analfabetos; 32% (651.018 eleitores) detinham o primeiro grau incompleto; 13% (265.775 votantes) possuíam o segundo grau incompleto; apenas 8% dos votantes (160.309 eleitores) possuíam o segundo grau completo; por fim, somente 3% (68.585 eleitores) possuíam o ensino superior. Certamente a disseminação de vagas de Licenciatura, como é o caso Curso supracitado, e a consolidação das competências profissionais que este Curso tem fomentado, pode atenuar o gigantesco déficit educacional do Estado de Alagoas, um dos grandes responsáveis pela distribuição desigual de oportunidades profissionais e manutenção estrutural da pobreza.

Neste sentido, a presença do Curso de Ciências Sociais no interior do Estado se faz necessário devido à ausência do oferecimento do Curso de Ciências Sociais tanto na rede privada

quanto pública de ensino. A concentração do Curso na capital impede a formação adequada de professores de sociologia do ensino médio que atendam às necessidades de ensino especializado na educação básica nas regiões fora do eixo central do Estado. Com efeito, dificilmente os estudantes residentes nos polos e nas mais diferentes regiões do estado teriam acesso ao ensino superior sem a oferta da modalidade de educação superior a distância.

É devido às dificuldades de acesso ao Curso de formação presencial que se justifica o oferecimento desta modalidade de formação, distribuída em diversos polos descentralizados no Estado, por isso, que nessa segunda etapa de oferta do curso, atuaremos em outros polos e regiões do estado, nos seguintes polos: Maceió, Boca da Mata, Delmiro Gouveia, Teotônio Vilela e Cajueiro.

3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais no âmbito do Curso de Ciências Sociais estão em consonância com os princípios norteadores do PDI da Universidade Federal de Alagoas.

Princípio I - Articulação entre teoria e prática

A articulação entre teoria e prática pode ser compreendida como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita que os alunos se envolvam com problemas reais, tomem contato com seus diferentes aspectos e influenciem nas soluções. Assim, o aluno sai da simples condição de mero receptor de informações e passa a sujeito da produção desse conhecimento.

Sabe-se que toda e qualquer prática implica numa ação reflexiva, uma atividade de atuação consciente em que se delimitam planos de ação visando a determinados resultados. Deste modo, a prática constitui uma das dimensões para a produção de conhecimentos, um exercício através do qual o aluno poderá teorizar e analisar sob a orientação de princípios teóricos e metodológicos o objeto de estudo. É necessário superar a concepção de que a prática se limita ao estágio, que se restringe ao espaço das atividades e ações profissionais previstas para uma determinada área. É necessário que o Projeto Pedagógico de cada curso adote, como respaldo primeiro, o conhecimento e a compreensão sobre o mundo contemporâneo e o respeito à missão da universidade a fim de que o educando alcance uma autonomia intelectual.

Assim, a formação acadêmica, em sentido lato, deve se preocupar com o desenvolvimento integral do ser humano de modo a garantir sua inclusão na sociedade por meio do exercício da cidadania. Isso significa conceber um Projeto em permanente construção para propiciar o desenvolvimento de ações planejadas que dêem vida ao fazer pedagógico no âmbito de cada Curso de graduação.

Princípio II – Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão que aqui se defende pressupõe um projeto de formação cujas atividades curriculares transcendam a tradição das disciplinas. A defesa da prática como parte inerente, integrante e constituinte do questionamento sistemático, crítico e criativo e, da pesquisa como atitude cotidiana, como princípio científico e educativo, está presente na própria concepção de prática educativa prevista na organização do Projeto Pedagógico do Curso.

A capacidade de contemplar o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa (pesquisa) e a abertura ao meio externo à Universidade (extensão), estabelecida pelo Projeto Pedagógico de cada curso, irá oferecer uma nova referência para a dinâmica na relação professor-aluno e desenhar um novo contexto para o processo de ensino/aprendizagem.

Princípio III – Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade não nega a existência das disciplinas. Ao contrário, ela deve ser compreendida enquanto estratégia conciliadora dos domínios próprios de cada área com a necessidade de alianças entre eles no sentido de complementaridade e de cooperação para solucionar problemas, encontrando a melhor forma de responder aos desafios da complexidade da sociedade contemporânea. A diversidade de componentes curriculares assume, então, a característica de viabilizar não apenas o projeto pedagógico específico do curso, mas também sua dimensão ética, valor fundamental na construção da autonomia do aluno capaz de saber pensar de modo sistemático e flexível; ela implica, portanto, em rever, quando da construção do Projeto Pedagógico de cada Curso, a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares.

Princípio IV – Flexibilização curricular

A partir da realidade da Universidade Federal de Alagoas, o Projeto Pedagógico de cada curso, no exercício de sua autonomia, deverá prever, entre os componentes curriculares, tempo livre, amplo o suficiente para permitir ao aluno incorporar outras formas de aprendizagem e formação social.

A flexibilização curricular não se esgota na ampliação da oferta de disciplinas optativas nem se reduz ao aumento ou redução de carga horária de disciplinas ou de cursos, nem tampouco à inclusão de atividades complementares, ela se estende e se insere em toda a estruturação curricular, permitindo maior fluidez e dinamização na vida acadêmica. Ela exige que as mudanças na estrutura do currículo e na prática pedagógica estejam em consonância com os princípios e com as diretrizes do Projeto Pedagógico do Curso que deverá prever o apoio às iniciativas que promovam a interface entre as diversas áreas do conhecimento, buscando aproximar experiências e sujeitos oriundos dos diversos espaços intra e interinstitucionais.

A flexibilização curricular pressupõe, sobretudo, a revisão criteriosa da necessidade ou não de pré-requisitos em cada estruturação curricular, considerando a possibilidade de o aluno organizar o seu currículo com maior autonomia, de o aluno buscar a própria direção de seu processo formativo. A flexibilização curricular poderá ser operacionalizada em diferentes níveis: pelo arejamento do currículo; pelo respeito à individualidade no percurso de formação; pela utilização da modalidade do ensino a distância; pela incorporação de experiências extracurriculares creditadas na formação; pela adoção de formas diferenciadas de organização curricular; pela flexibilização das ações didático-pedagógicas .

3.1. POLÍTICAS DE ENSINO

O Curso será organizado em dois módulos por semestre, na modalidade à distância, com momentos presenciais definidos de acordo com a carga horária de cada disciplina, com avaliações presenciais e a distância.

É obrigatória a aplicação de atividades e avaliações presenciais, nos pólos conduzidas por docentes e/ou tutores presenciais, para cada disciplina. As avaliações a distâncias deverão ser realizadas via plataforma Moodle, por meio de Cursos diversos, tais como Questionários, Lições, Tarefas, Fóruns, etc.

Cada período letivo será planejado coletivamente pelo Colegiado do Curso, articulando o programa de ensino em cada semestre curricular e entre estes. Serão eleitos temas integradores e atividades conjuntas (seminários, visitas, oficinas, trabalhos acadêmicos) com o objetivo de atingir essa articulação com contextualização mais ampla possível em cada semestre.

O Curso exigirá um sistema tutorial, que é uma organização institucional envolvendo docentes e tutores, procedimentos administrativos, tecnológicos e educacionais, os quais objetivam um melhor atendimento das necessidades de ensino-aprendizagem do aluno na modalidade de EAD. Terá como referência a disponibilidade de informações e recursos didático-pedagógicos que possibilitem estudos de forma autônoma, com qualidade, e promovam a interação humana fundamental para o processo de aprendizagem.

3.2. POLÍTICAS DE PESQUISA

Dado o caráter pluri e multidisciplinar que lhe é inerente, a Universidade Federal de Alagoas promove a pesquisa nas mais diversas áreas de conhecimento, incentivando a formação de grupos e núcleos de estudos que atuam nas mais diversificadas linhas de pesquisa, considerando a classificação das áreas de conhecimento do CNPq.

No âmbito do Curso de Ciências Sociais a distância, busca-se o comprometimento em proporcionar oportunidades e vivências no campo da pesquisa para o corpo. Para isto, exige-se que se façam esforços inovadores para se fomentar a vivência da pesquisa em se tratando de uma

Licenciatura em Ciências Sociais e ofertada na modalidade a distância. A pesquisa, como um processo sistemático de construção do conhecimento, exige um incremento de políticas e ações que conectem a particularidade do ensino-aprendizagem individual e em grupo a distância ao desenvolvimento de projetos e rotinas de investigação.

Nesse sentido, o planejamento e gestão do Curso precisam fazer com que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) previstas e implantadas proporcionem, além das experiências no campo do ensino-aprendizagem em patamares de boa qualidade**,** a execução dos objetivos e atividades de pesquisa.

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais será orientado pelos princípios, diretrizes e competências definidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente no que se refere à formação de professores para a Educação Básica. A BNCC estabelece as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da Educação Básica, e, nesse sentido, o curso buscará alinhar seus conteúdos, metodologias e práticas formativas às demandas contemporâneas do ensino, promovendo uma formação docente crítica, reflexiva e comprometida com a transformação social.

Ao contemplar a BNCC como um de seus referenciais estruturantes, o curso visa assegurar que os futuros docentes de Ciências Sociais estejam preparados para atuar de forma competente, ética e inovadora nos diferentes níveis da Educação Básica, contribuindo para a construção de uma educação democrática, plural e inclusiva.

As atividades de pesquisa dirigidas ao aluno do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância ainda necessitam coadunar os aspectos da interdisciplinaridade (pela incontornável realidade de um ambiente e de ações que envolvem diversas áreas do conhecimento e pelo desafio ao professorado e ao alunado de estabelecer relações e interpretações de conteúdos abrangentes e situados em contextos difusos e ricos) com os objetivos da integração da pesquisa e do Curso com as escolas da rede pública de ensino. Também torna-se importante adequar as atividades de pesquisa presenciais e *on line* tal como ocorre no âmbito do ensino.

Compreende-se que a experiência da pesquisa é parte intrínseca da formação do licenciado em Ciências Sociais e como meio para a própria atualização da formação do aluno no contexto das mudanças da realidade e dos desenvolvimentos dos instrumentos de compreensão sócio-político e cultural da realidade: das teorias, metodologias e técnicas de pesquisa. Impõem-se pensar e realizar oportunidades de pesquisa que desenvolvam a própria dimensão do ensino-aprendizagem, aprofundando-a.

Ao final, espera-se que a formação do potencial agente econômico competente e do cidadão ativo na participação das discussões e soluções dos problemas de sua realidade-comunidade seja ainda mais aprofundada, por meio das atividades de pesquisa. Isto porque a realidade da pesquisa em Ciências Sociais defronta-se com dilemas éticos que tem suas especificidades no âmbito da atuação no interior da escola situada em meio a problemas reais do bairro, da cidade, da região e do país.

Os ganhos qualitativos advindos das experiências de pesquisa qualificam os processos de avaliação e acompanhamento das atividades do Curso, no tocante ao desenvolvimento intelectual do discente e das demonstrações de comprometimento do corpo docente. Estes ganhos em termos de maturidade intelectual do estudante envolto em atividades de pesquisa refletem, de forma direta e indireta, nos resultados dos exames rotineiros de avaliação, presenciais e não presenciais, do curso.

As rotinas não presenciais de pesquisa reclamam a utilização das ferramentas de comunicação e interação síncronas (chat, sala de aula virtual, tutoria online etc.) e assíncronas (e-mail, lista de discussão, fóruns, prova virtual, portfólio do aluno etc.) disponibilizadas na plataforma Moodle. Os objetivos próprios à prática da pesquisa serão operacionalizados por meio das ferramentas pedagógicas de *software* de Sistemas Gerenciadores de Conteúdo (SGC), no ambiente que permite ao professor acompanhar e orientar as rotinas da pesquisa a distância. O s*oftware* modular *Object Oriented Dynamic Learning Enviroment* (*Moodle*) será não somente o recurso destinado às situações de ensino-aprendizagem, mas, pela sua própria característica de fomentar a

construção de ideias de forma colaborativa, também será utilizado para o compartilhamento das atividades de pesquisa.

Se a pesquisa, no plano convencional de atividades presenciais seguirá uma lógica já consolidada, no tocante às atividades a distância se valerão dos recursos do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), operacionalizado pelo software *Moodle*, que fomentará a interação entre pesquisador e aluno-pesquisador e outros atores que podem ser envolvidos na pesquisa.

Toda a apresentação e reflexão precedente com respeito à pesquisa e de suas conexões com o universo do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância precisam ser articulados com as dimensões institucionais ofertadas no ambiente da Universidade Federal de Alagoas e seus organismos correlatos que atuam na condução das políticas de pesquisa, além do Instituto de Ciências Sociais (ICS), seus programas de pós-graduação Stricto Sensu de Sociologia e Antropologia.

Assim, o ICS tem feito todos os esforços no sentido de que os programas já institucionalizados e consagrados como o de apoio a estudantes de graduação integrados à pesquisa científica no formato da Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), bem como de apoio à inserção à iniciação à docência (PIBID/CAPES) sejam internalizados no âmbito do planejamento e operacionalização das pesquisas de professores e com a inclusão dos alunos de Licenciatura em Ciências Sociais a distância.

Em outro nível de inserção do alunado da Licenciatura a distância no mundo da pesquisa do corpo docente do ICS/UFAL, o colegiado do Curso sublinha a importância de fazer a correspondência entre o universo dos alunos e os grupos de pesquisa, laboratórios e núcleos temáticos do ICS:

Quadro 1 – Grupos de Pesquisa e Docentes vinculados direta e indiretamente ao ICS

GRUPOS E LABORATÓRIOS	DOCENTES VINCULADOS
Ensino dos Conhecimentos das Ciências Sociais	Profª. Drª. Fernanda Feijó (CEDU) Prof. Dr. Welkson Pires da Silva Prof. Dr. Cristiano das Neves Bodart (CEDU)
XINGÓ - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Ciências Sociais	Prof. Dr. Júlio Cezar Gaudencio Profª. Dra. Jordânia de Araújo Souza (CEDU) Prof. Dr. Welkson Pires da Silva Prof. Dr. Cristiano das Neves Bodart (CEDU)
NEVIAL - Núcleo de Estudos sobre a Violência em Alagoas	Profª. Drª. Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira Prof. Dr. Emerson Oliveira do Nascimento Prof. Dr. Júlio Cezar Gaudencio Profª. Drª. Luciana Santana
DEMOCRACIA - Núcleo de Pesquisa: Instituições, comportamento político e Democracia;	Profª. Drª. Luciana Santana Prof. Dr. Emerson Oliveira do Nascimento Prof. Dr. Júlio Cezar Gaudencio
Cidadania e Políticas Públicas;	Prof. Dr. José Alexandre da Silva Júnior Prof. Dr. Gabriel Setti Prof. Dr. Ranulfo Paranhos Santos
Mandacaru – Núcleo de Pesquisa em Gênero, Saúde e Direitos Humanos;	Profª. Drª. Débora Allebrandt Profª. Drª. Nadia Meinerz Prof. Dr. João Batista de Menezes Bittencourt
Etnologia Indígena.	Profª. Drª. Claudia Mura Prof. Dr. Evaldo Mendes da Silva Profª. Dra.. Jordânia de Araújo Souza (CEDU)
GRUPPAES - Grupo de Pesquisa: Periferia, Afetos e Economia das Simbolizações.	Prof. Dr. Fernando de Jesus Rodrigues Prof. Dr. João Vicente Ribeiro Barroso da C.Lima
LACC - Laboratório da Cidade e do Contemporâneo	Profª. Drª. Rachel Rocha de Almeida Barros

	Prof. Ms. Bruno Cesar Cavalcanti Prof. Dr. Amaro Xavier Braga Junior Prof. Dr. João Batista de Menezes Bittencourt
AVAL - Laboratório de Antropologia Visual	Prof. Dr. Siloé Soares de Amorim. Profª. Drª. Sílvia Aguiar Carneiro Martins
Laboratório de Estudos de Segurança Pública (LESP)	Prof. Dr. Emerson Oliveira do Nascimento Prof. Dr, Júlio Cezar Gaudencio
SOCIOLAB – Laboratório de Investigação Sociológica	Prof. Dr. Elder Patrick Maia Alves Prof. Dr. Paolo Totaro Prof. Dr. João Vicente Costa Lima Profª. Drª. Marina Félix de Melo
Grupo de Pesquisa: trabalho e capitalismo contemporâneo.	Profª. Drª. Alice Anabuki Plancherel
Grupo de Estudos Transdisciplinares sobre Autoritarismo, Violência e Criminalidade.	Prof. Dr. Arim Soares do Bem
Núcleo de Memória das Ciências Sociais;	Profª. Drª. Alice Anabuki Plancherel
Quadro a Quadro - Interdisciplinar de Narrativas Gráficas	Prof. Dr. Amaro Xavier Braga Junior Prof. Dr. Jozefh Queiroz (FALE)

Ressalte-se, ainda, que a Universidade Federal de Alagoas conta com um Comitê de Ética em Pesquisa. Trata-se de um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Neste sentido, a orientação aos alunos do Curso e professores do Instituto é a de que todos os Projetos de pesquisa envolvendo seres humanos deverão ser submetidos à apreciação do CEP e cumprir as exigências estipuladas na Resolução 466/2012 (CNS).

3.3. POLÍTICAS DE EXTENSÃO

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais - EaD do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus A. C. Simões, alinha-se às Diretrizes Nacionais para a Extensão Universitária (Resolução CNE/CES nº 7/2018) e ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFAL, integrando as atividades extensionistas como eixo estruturante da formação docente e da relação universidade-sociedade. Considera, na construção de sua política de extensão, a Resolução nº. 65/2014 – CONSUNI/UFAL de 03 de novembro de 2014, a Resolução nº. 04/2018 – CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018, a Instrução normativa PROEX nº 01/2021/PROEX/UFAL e a Instrução normativa PROEX nº 01/2022/PROEX/UFAL.

A LDB (lei 9.394/96) traz entre seus princípios a necessidade da diversificação dos Cursos superiores e a flexibilização dos projetos acadêmicos, permitindo às IES adequarem os projetos pedagógicos às respectivas naturezas institucionais, às realidades regionais e às finalidades inerentes aos cursos, tanto se voltados à formação profissional quanto às ciências ou às artes. Cumpre destacar que tais diretrizes se associam à premissa da educação continuada, a qual afirma que a graduação superior é apenas uma etapa do processo de ensino e aprendizagem e não o seu término. Deve-se salientar também que, como contrapeso à tendência de diversificar e flexibilizar, o aparato normativo define a necessidade de existirem processos de avaliação permanentes para identificar desvios e propor correções de rumo.

A Universidade Federal de Alagoas atua em todas as oito áreas temáticas de extensão classificadas pelo Plano Nacional de Extensão: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio

Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho. A partir dessas áreas temáticas e visando aproximar às características do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, e das áreas de ensino/conhecimento que estão relacionadas à formação dos cientistas sociais, visando correlacionar com estas áreas temáticas e linhas de extensão a partir das quais serão desenvolvidas ações extensionistas ofertadas dentro de Atividades Curriculares de Extensão, e do programa de extensão do Instituto de Ciências Sociais.

Desta forma, as atividades extensionistas do curso estão articuladas com as grandes áreas do conhecimento em Ciências Sociais, a saber: **Sociologia**: Projetos sobre desigualdades sociais, movimentos sociais, educação e cidadania; **Antropologia**: Pesquisas e intervenções em culturas locais, identidades e diversidade; e, **Ciência Política**: Debates sobre democracia, políticas públicas e participação social. Dialogando assim com as 08 áreas temáticas de extensão da UFAL, mas priorizando, especialmente: Educação e Direitos Humanos, Cultura e Arte, Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade, Inclusão Social e Diversidade.

No âmbito do Curso, considerando que a extensão acadêmica compreende toda atividade de ensino acadêmico, técnico, cultural ou artístico, não abrangida no âmbito regulamentar de ensino de graduação, pretende-se, no âmbito do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância da UFAL, problematizar as vivências acadêmicas, circunscritas ao interior Curso e da universidade, para que se realize um transbordamento dessa rica experiência para o conjunto da comunidade e para o público difuso. Ressalte-se que no tempo presente e, ainda mais considerando a natureza de um Curso mediado por tecnologias de informação e comunicação intensivas, como as disponibilizadas pelo Moodle ou em outras plataformas virtuais, a própria definição de comunidade circundante e público difuso precisam ser redimensionadas e relativizadas. Daí a importância, no tocante ao aluno e ao público circundante a familiaridade com as ferramentas virtuais de interação e aprendizagem.

As atividades de extensão visam à complementação ou aquisição de conhecimentos em diversas áreas para um público que pode ser o corpo discente regiamente matriculado no curso e também pessoas oriundas de vários segmentos da sociedade próximas e distantes ao curso, no sentido das referências físicas (polos, secretaria do curso, universidade, etc.). As atividades de extensão integradas ao ambiente virtual de aprendizagem e outras plataformas demandam formação e atualização permanente por parte de todos: alunos, professores, tutores, técnicos. Além do conhecimento da utilização de outras plataformas de interação virtual por parte daqueles usuários externos à instituição e que participarão das atividades.

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância compreende a importância das atividades de extensão para a formação integral do alunado. Para isso, depreende-se a necessidade de uma soma de esforços (coordenação, colegiado, estudantes e professores, universidade e demais atores que podem ser envolvidos) na concepção, planejamento e realização de atividades de extensão devidamente relacionadas à realidade do Curso a distância e a promoção de um PIEX - Programa Integralizado de Extensão.

A extensão é interpretada como parte constitutiva da formação dos discentes e os projetos de extensão precisam estar articulados com os desafios e rotinas do ensino e da pesquisa, segundo as peculiaridades de um curso a distância. Nesse contexto, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) disponibilizadas tem que viabilizar as atividades de extensão que, por sua vez, precisam juntar duas pontas, tal como se concebe na pesquisa: de um lado, a interdisciplinaridade implicada tanto no ambiente de formação quanto nos conteúdos que afluem para a formação dos estudantes, e a integração da extensão com as escolas da rede pública de ensino.

Compreende-se que os resultados dos projetos de extensão podem retroalimentar todo o ciclo de ensino-aprendizagem, atualização da formação do professor e do estudante, trazendo insumos importantes para o redimensionamento da avaliação e mudanças no planejamento e reestruturação do Curso. Espera-se que os benefícios das atividades de extensão mostrem-se nos resultados presenciais e a distância de avaliação quantitativa e qualitativa do desempenho do alunado.

A Universidade Federal de Alagoas não se considera proprietária de um saber pronto e acabado que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, ao participar dessa sociedade, é sensível aos seus saberes, problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais

interage, quer através das questões que surgem de suas próprias atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

Atenta aos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes em Alagoas, no Nordeste e no Brasil, a ação cidadã da UFAL não pode prescindir da efetiva difusão do conhecimento nela produzidos. Portanto, as populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica são, também, consideradas sujeito desse conhecimento, o que lhes assegura pleno direito de acesso às informações e produtos então resultantes.

Neste sentido, a prestação de serviços é considerada produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, da pesquisa e extensão, devendo ser a realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social.

Sobre as atividades curriculares de extensão no Curso Ciências Sociais serão contempladas, intrinsecamente às ações de ensino e de pesquisa, na forma de programas e projetos de extensão vinculados ao PIEX - Programa Integralizado de Extensão da unidade, utilizando-se, dentre outras, atividades de disciplinas obrigatórias ou optativas para execução dos mesmos, sendo computada em pelo menos 10% da carga horária do Curso.

O ICS desenvolveu, nos últimos cinco anos, projetos extensionistas que servirão de base para as Atividades Curriculares de Extensão (ACEs), tais como: "**Sociologia na Escola**" – Formação de professores da rede pública em temas sociológicos; "**Observatório das Desigualdades em Alagoas**" – Pesquisa-ação sobre indicadores sociais associados à educação do município de Maceió e áreas metropolitanas; "**Memórias e Identidades Locais**" – Registro etnográfico de comunidades tradicionais, práticas artesanais e manifestações de folguedos e festejos da cultura popular. "**Letramento nas Grota(s)**" – Ações educativas de alfabetização e leitura crítica em comunidades periféricas de Maceió; "**Diálogos com a Diversidade**" – Projeto de escuta ativa, promoção de direitos e combate à LGBTfobia, em parceria com coletivos e centros de referência; "**Encontros com os Povos Originários**" – Visitas a comunidades indígenas, registros de saberes tradicionais e apoio a demandas educativas locais.

Essas iniciativas demonstram o compromisso do curso com extensão crítica, participativa e interdisciplinar, garantindo aos futuros licenciados experiência em diferentes contextos sociais.

3.4. A RESPONSABILIDADE SOCIAL

O curso de Ciências Sociais a Distância, atua em relação à responsabilidade social desenvolvendo a medida internalização de valores de cidadania, responsabilidade social, justiça e ética profissional contribuindo para a formação de profissional que lidará diretamente com a sala de aula. É no quesito responsabilidade social que este curso preza pela formação humanística e visão global que o habilite a compreender o meio social, político, econômico e cultural no qual está inserido.

No que diz respeito à formação técnica e científica, a responsabilidade recai sobre o ato de atuar em sala de aula, com foco em desenvolver atividades específicas da prática profissional em consonância com as demandas locais, regionais e nacionais, tais como as políticas públicas, a valorização da memória e do patrimônio cultural, a produção cultural e artística, as práticas e comportamentos políticos, os pleitos e características das comunidades tradicionais, rurais, quilombolas e indígenas. Nestes termos, destacamos a competência para empreender e tomar decisões, analisando criticamente as demandas educacionais, comportamentos e a realidade social.

O curso se constitui em um canal de comunicação entre o ensino superior, a educação básica e demais espaços de aprendizagem e educação dentro do Estado de Alagoas, o que representa uma grande responsabilidade social para o curso. Assim, ao entendermos as demandas de necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional, estamos assumindo que a responsabilidade social do curso é orientada para resultados.

Desta maneira, considera-se que o investimento do curso na formação de profissionais eticamente compromissados com a sociedade e cientes de sua responsabilidade social, bem como na

produção e divulgação de conhecimentos resultantes de processos dialógicos junto aos diversos setores, grupos e movimentos sociais, objetiva contribuir para dirimir as desigualdades sociais presentes no estado e oferecer à sociedade instrumentos de investigação academicamente orientados para a ação social.

3.5. ACESSIBILIDADE

A UFAL atualmente possui um núcleo voltado para a promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado aos portadores de necessidades especiais em atenção à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente.

O Núcleo atua de forma a oferecer Atendimento Educacional Especializado – AEE- aos estudantes público-alvo. Esse atendimento tanto pode ser feito através de acompanhamento nas salas de aulas que os alunos frequentam, quanto em atividades na sala do NAC - Núcleo de Acessibilidade - em horário oposto ao das aulas, para assessorar na confecção de trabalhos acadêmicos. Podemos fazer adaptação de materiais didáticos, além de capacitar para o uso de tecnologias assistidas, como por exemplo, recursos de informática para transformar textos em áudio para pessoas cegas.

O NAC também promove cursos sobre recursos didáticos e assistência educacional à pessoas com deficiência, além de eventos sobre Educação Inclusiva abertos à toda a comunidade acadêmica. Em parceria com a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP, promove cursos para o corpo técnico e docente da universidade. Atua em parceria com o Grupo de Estudo e Extensão em Atividade Motora Adaptada (GEEAMA) e o Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade (NEEDI).

O Núcleo conta com o AEE - Atendimento Educacional Especializado, um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

O próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos alunos: autodeclaração. Por outro lado, a UFAL tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades.

Ao esforço para o atendimento universal à acessibilidade arquitetônica, junta-se agora o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de Acessibilidade, qual sejam a acessibilidade: pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação.

A acessibilidade pedagógica e metodológica deve atentar para o art. 59 ida Lei 12.764/2012, que afirma: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades.

Neste sentido, a Nota Técnica nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE, de 21 de março de 2013 orienta os sistemas de ensino no sentido de sua implantação. Em especial, recomenda que os PPC contemplem orientações no sentido da adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido.

No âmbito do Curso de Ciências Sociais- modalidade EAD, as orientações e recomendações são atendidas. A cada demanda recebida, ou na medida em que uma deficiência é identificada, a coordenação está munida de informações para fazer os devidos encaminhamentos junto ao Núcleo responsável. O objetivo é obter um diagnóstico mais especializado sobre a situação do aluno, bem como verificar as metodologias mais adequadas que os professores e colegiado devem fornecer para o estudante.

3.6. INCLUSÃO

No ano de 2015 foram reservadas 40% (quarenta por cento) das vagas de cada curso e turno ofertados pela UFAL para os alunos egressos das escolas públicas de Ensino Médio. Destas, 50% (cinquenta por cento) das vagas foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita.

Nos dois grupos que surgem depois de aplicada a divisão socioeconômica, serão reservadas vagas por Curso e turno, na proporção igual à de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) do Estado de Alagoas, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que corresponde a 67,22% (sessenta e sete vírgulas vinte e dois por cento). A meta da UFAL é destinar até 2016 50% de suas vagas a alunos egressos de escolas públicas.

3.7. OBJETIVOS DO CURSO

Partindo desses princípios norteadores, o curso tem como finalidade formar licenciados em Ciências Sociais em condições de atuarem nas escolas da rede pública e privada, de acordo com as atuais exigências pedagógicas.

Tendo em vista essa finalidade, foram preconizados os seguintes objetivos:

- Oferecer uma formação em Ciências Sociais conforme as condições e exigências que caracterizam o mundo contemporâneo;
- Propiciar condições ao alunado de atualização constante em relação ao conhecimento produzido pelas Ciências Sociais e à dinâmica do processo ensino-aprendizagem, particularmente na perspectiva voltada ao entendimento das Ciências Sociais propiciando a sua positiva intervenção na perspectiva interdisciplinar de atuar sobre a realidade social circundante;
- Formar professores nos conhecimentos das Ciências Sociais para atuar nas disciplinas de Sociologia no Ensino Médio com habilidades desenvolvidas na perspectiva dos fundamentos didático pedagógicos, capazes de contribuírem, efetivamente, para a formação e exercício da cidadania.

Como se pode verificar, a concepção do Curso em Ciências Sociais – Licenciatura a distância está intimamente vinculada às orientações da Lei de Diretrizes e Base (Lei 9.394, de 20.12.1996) e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Ciências Sociais – Licenciatura (PARECER CNS/CES N° 492/2001), que enfocam o compromisso da instituição formadora em preparar profissionais para atuarem nas redes públicas e privadas do sistema educacional.

Nesse sentido, o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância prioriza uma concepção problematizadora e, portanto, não dogmática, das teorias e métodos enfocados em seu ordenamento curricular, possibilitando aos alunos um confronto crítico e contextualizado com as origens, continuidades e rupturas dos mesmos. Tal concepção dá concretude a dois importantes princípios constantes do título II, artigo 3 III e VII, da LDB, que trata dos princípios e fins da educação nacional e enfatiza que o ensino deve ser ministrado com base no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e também na valorização do profissional da educação escolar.

3.8. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância busca formar profissionais com conhecimentos, práticas e objetivos voltados principalmente para a docência na Educação Básica,

que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos das Ciências Sociais, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas; assim como sobre estratégias para transposição do conhecimento científico social para o saber escolar. O que, por sua vez, inclui: a formação para que nossos alunos atuem em programas de ensino, comprometidos com a investigação, a produção, transposição e a aplicação do saber artístico e técnico-científico, primando pelo reconhecimento e articulação das especificidades dos conteúdos e dos instrumentos necessários à formação do educando, reconhecendo na interdisciplinaridade entre os diversos campos do conhecimento, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na articulação entre teoria e prática de ensino, os princípios norteadores da formação pedagógica.

As habilidades, competências e atitudes dos egressos do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura a distância do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas – ICS/UFAL, estão organicamente amalgamadas às reflexões explicitadas nas diretrizes para a graduação definidas pela instituição, às recomendações presentes na LDB/96 (Lei nº 9394/96) e demais legislações pertinentes à formação de professores.

Logo, são competências e habilidades gerais do Curso de Ciências Sociais: domínio da bibliografia teórica e metodológica básica; autonomía intelectual; capacidade analítica; competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social; compromisso social; competência na utilização da informática e dos recursos de tecnologia digitais existentes;

São competências e habilidades específicas do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura: Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio; Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino. (Parecer CNS/CES 492/2001).

3.9. PERFIL DO EGRESSO

O egresso do curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância será um profissional com sólida formação teórica, crítica e pedagógica, capacitado para atuar na Educação Básica como docente das disciplinas de Sociologia e, conforme a realidade escolar, em áreas afins das Ciências Humanas.

Formado com base em uma perspectiva interdisciplinar, ética e comprometida com os princípios democráticos e os direitos humanos, o licenciado em Ciências Sociais estará apto a:

- Compreender, analisar e interpretar criticamente os fenômenos sociais, culturais, econômicos e políticos que estruturam a sociedade brasileira e mundial;
- Planejar, desenvolver e avaliar práticas pedagógicas contextualizadas e significativas, capazes de promover o pensamento crítico e reflexivo entre os estudantes da Educação Básica;
- Atuar de forma ética, responsável e sensível às diversidades étnico-raciais, culturais, de gênero, geracionais, territoriais e de classe presentes no espaço escolar e na sociedade;
- Promover uma educação comprometida com a inclusão, a equidade e a valorização das múltiplas identidades e saberes dos sujeitos sociais;
- Dialogar com os conhecimentos produzidos pelas Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), articulando teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;
- Utilizar metodologias inovadoras e recursos pedagógicos diversos, integrando tecnologia e práticas contemporâneas ao ensino de Ciências Sociais;
- Refletir criticamente sobre sua própria prática docente, em uma perspectiva de formação continuada, pesquisa e aprimoramento profissional.

O egresso estará preparado, portanto, para exercer com competência e responsabilidade a docência na área das Ciências Humanas e Sociais, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes na construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

O Curso Licenciatura em Ciências Sociais a distância baseada nas Diretrizes Curriculares Para o Curso de Ciências Sociais – Licenciatura (Parecer CNE/CES 492/2001 de 03/04/2001) habilita, preferencialmente, para as seguintes modalidades de ensino:

i. Professor da Educação Básica, Fundamental e Médio;

ii. Atuando nas disciplinas de Sociologia no Ensino Médio e áreas correlatas, como Projeto de Vida e outros componentes presentes em itinerários formativos da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas;

iii. Atuando nas disciplinas relativas às questões étnicas e multiculturais do Ensino Fundamental;

iv. Atuando na gestão pedagógica, participando na elaboração de projetos com foco no processo de ensino e de aprendizagem, considerando que ensinar requer tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, quanto compreender o processo de construção do conhecimento;

v. Atuando na realização de atividades de planejamento, consultoria, formação e assessoria junto a entidades públicas ou privadas na área educacional;

vi. Atuando na elaboração e análise de materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem;

vii. Realizando pesquisas em ensino das Ciências Sociais, coordenando e supervisionando equipes de trabalho.

3.10. CAMPO DE ATUAÇÃO

Com o curso, o licenciado em Ciências Sociais a distância poderá atuar de forma ética nas instituições de ensino Público e/ou Privado voltado para a Educação Básica (Ensino Médio) nas áreas da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política.

A formação oferecida permite que o egresso deste curso trabalhe na proposição, implementação, gerenciamento e avaliação de políticas educacionais, programas e projetos relacionados à realidade social; no desenvolvimento de pesquisas educacionais de caráter científico, seja no ambiente acadêmico, seja nas instituições e órgãos públicos ou privados; na produção, tratamento e análise quantitativa e qualitativa de indicadores sociais, econômicos, políticos e culturais, bem como na produção e alimentação de bancos de dados; em editoras e em órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância na área das Ciências Sociais. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria na área educacional.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1. ESTRUTURA CURRICULAR

O **Curso de Licenciatura em Ciências Sociais na modalidade a distância** possui a carga horária total de 3.202 horas, distribuída em 8 semestres, tendo o período máximo para integralização do curso 12 semestres.

O curso está estruturado em consonância com o que estabelecem o **Parecer CNE/CES nº 492/2001** e a **Resolução CNE/CES nº 17, de 13 de março de 2002**, os quais definem que os cursos de Ciências Sociais devem ser organizados em torno de três eixos: **Formação Específica**, **Formação Complementar** e **Formação Livre**.

Além disso, sua estrutura curricular atende ao que dispõe a **Resolução CNE/CP nº 04/2024**, que institui as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica**, assegurando a articulação entre a formação específica da área e os saberes pedagógicos necessários à atuação na Educação Básica. Dessa forma, o curso adota princípios e fundamentos que garantem uma formação sólida, crítica e comprometida com a qualidade do ensino.

A estrutura curricular dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais segue os princípios estabelecidos na **Minuta de Resolução CONSUNI/UFAL nº XX/2025**, observando as diretrizes da **Resolução CNE/CP nº 04/2024**, que trata da formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da Educação Básica. Essa organização curricular visa garantir uma formação sólida, integrada e comprometida com a qualidade da educação, articulando teoria e prática desde o início da formação docente.

O currículo está estruturado a partir de **cinco núcleos articuladores**, conforme tabela a seguir:

Quadro 2 – Os 5 núcleos com suas respectivas CH

Núcleo	Descrição	Carga Horária
Núcleo I – Estudos de Formação Geral (EFG)	Abrange os fundamentos teóricos, científicos e pedagógicos da educação, comuns a todas as licenciaturas.	918 horas
Núcleo II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (ACCE)	Contempla os conteúdos específicos da área de formação e os saberes necessários ao seu ensino, conforme documentos nacionais de orientação curricular.	1.628 horas
Núcleo III – Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)	Realização de ações de extensão vinculadas aos componentes curriculares, em articulação com a Educação Básica.	360 horas
Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	Desenvolvido em instituições de Educação Básica, promovendo a inserção do licenciando no campo de atuação desde o início do curso.	400 horas
Núcleo V – Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais (AACC)	Atividades como iniciação científica, monitoria, projetos culturais, entre outras.	100 ras

4.2. ESTRUTURA CURRICULAR POR NÚCLEOS – CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS LICENCIATURA A DISTÂNCIA

Quadro 3 – Estrutura curricular por Núcleos/Períodos

Núcleo	Componentes Curriculares	Período
Núcleo I – Estudos de Formação Geral (EFG)	**Ênfase Político-Pedagógica (CEDU):**	
	Profissão Docente – 72h	1º
	Política e Organização da Educação Básica no Brasil – 72h	1º
	Desenvolvimento e Aprendizagem – 72h	1º
	Didática – 72h	1º
	Gestão da Educação e do Trabalho Escolar – 72h	1º
	Avaliação Educacional – 72h	2º
	Fundamentos da Educação – 72h	2º
	Ênfase Didático-Pedagógica do Curso	
	Didática e Metodologia de Ensino em Ciências Sociais – 72h	3º
	Pesquisa Educacional em Ciências Sociais – 72h	3º
	Organização do Trabalho Acadêmico / Metodologia Científica – 54h	4º
	Outros	
	LIBRAS – 54h	4º
	Tecnologias Digitais – 72h	4º
	Produção e Elaboração de Material Didático em Ciências Sociais – 72h	5º
Núcleo II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (ACCE)	**Disciplinas Específicas da Área de Formação:**	
	Introdução à Sociologia – 72h	1º
	Introdução à Ciência Política – 72h	1º
	Introdução à Antropologia – 72h	1º
	Sociologia I – 72h	2º
	Antropologia I – 72h	2º
	Ciência Política I – 72h	2º
	Sociologia II – 72h	3º
	Antropologia II – 72h	3º
	Ciência Política II – 72h	3º
	Sociologia III – 72h	4º
	Antropologia III – 72h	4º
	Ciência Política III – 72h	4º
	Pensamento Social Brasileiro – 72h	5º
	História do Ensino de Ciências Sociais no Brasil – 72h	6º
	Optativa 1 – 72h	7º
	Optativa 2 – 72h	7º
	Optativa 3 – 72h	8º
Núcleo III – Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)	**Atividades Curriculares de Extensão**	
	PIEX – 1 a 6	3º a 8º
Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	**Estágios Supervisionados em Instituições de Educação Básica**	
	Estágios Supervisionados I a VI	1º a 8º
Núcleo V – Atividades	Iniciação científica, monitoria, participação em eventos, projetos e	Ao longo do

Núcleo	Componentes Curriculares	Período
Acadêmico-Científicas e Culturais (AACC)	atividades extracurriculares	curso
Carga Horária Total	**3406h**	

Além desses componentes curriculares o **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** constitui componente curricular obrigatório no curso. Sua elaboração visa à consolidação das competências adquiridas ao longo da formação, priorizando a articulação entre a prática pedagógica e a reflexão teórico-metodológica no campo da docência. A carga horária destinada ao TCC é de 80 horas.

As disciplinas do eixo de formação específica, que são aquelas que em sua maioria são ofertadas no âmbito do próprio Instituto de Ciências Sociais (ICS) e compostas por disciplinas obrigatórias e optativas ligadas às áreas de antropologia, ciência política, sociologia ou ensino. Essas são disciplinas teóricas, metodológicas ou que contemplam os desdobramentos temáticos no interior das referidas áreas.

Também constituem esse eixo específico de formação as disciplinas de formação docente, as quais são ofertadas pelo Instituto de Ciências Sociais, pelo Centro de Educação (CEDU), pela Faculdade de Letras, além de outras unidades, e que também abarcam tanto as dimensões teóricas como as dimensões práticas, voltadas para o ensino e que permitem o exercício desses conhecimentos, de modo que possam ser inquiridos e aplicados à compreensão, planejamento, execução e avaliação de situações envolvendo o processo de ensino e aprendizagem.

O eixo de formação complementar é aquele fornecido por outras áreas fora das Ciências Sociais, e que possibilitam ao aluno conhecer algumas das diferentes interfaces do urso, bem como explorar as possibilidades de diálogo com outras áreas. Parte da carga horária complementar é constituída por disciplinas obrigatórias, referidas nas competências básicas direcionadas para a área de formação.

A formação livre é composta pelas atividades de Estágio Supervisionado que possui uma carga horária de 400 (quatrocentas) horas, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – 80 (oitenta) horas – e Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – 100 (cem) horas. Nessas o aluno aprofundará o conhecimento disciplinar adquirido através do contato com a prática no campo profissional. Essas atividades possibilitam ao aluno o contato mais direto com as atividades relacionadas às diferentes áreas das Ciências Sociais. Na mesma linha da valorização da autonomia na formação acadêmica, elas pressupõem um engajamento ativo do aluno no desenvolvimento das diferentes áreas, na escolha de temáticas de investigação, e da apropriação dos conhecimentos adquiridos para realização de interfaces profissionais.

Além disso, consideramos importantes a abordagem e a inclusão neste PPC dos temas da ética e da cidadania, da sexualidade e das relações de gênero, da diversidade cultural, meio ambiente, Direitos Humanos e as questões de poder associadas a esses temas, reconhecendo que a reflexão sobre eles no campo das Ciências Sociais é a base da contextualização dos conteúdos como orienta a Base Nacional Comum Curricular BNCC.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece que temas como ética, cidadania, sexualidade, relações de gênero, diversidade cultural, meio ambiente, Direitos Humanos e questões de poder constituem eixos fundamentais para a formação integral dos sujeitos e para o fortalecimento da democracia. Esses temas são abordados como Temas Contemporâneos Transversais, devendo perpassar todas as áreas do conhecimento de forma crítica, reflexiva e contextualizada.

No campo das Ciências Sociais, tais discussões são ainda mais relevantes, pois é neste domínio que se constrói a compreensão crítica sobre os processos históricos, culturais, econômicos e políticos que estruturam a sociedade. A reflexão sobre esses temas, a partir de abordagens interdisciplinares e dialógicas, promove o reconhecimento e o respeito à diversidade, o

enfrentamento de preconceitos e discriminações, e o desenvolvimento de uma consciência cidadã, ética e comprometida com os Direitos Humanos.

Dessa forma, o curso integra esses eixos temáticos aos conteúdos curriculares, às práticas pedagógicas e às atividades formativas, considerando-os essenciais para a formação de professores capazes de promover uma educação emancipadora, inclusiva e socialmente comprometida. O enfrentamento das desigualdades, a valorização da pluralidade cultural e o fortalecimento do pensamento crítico são pilares que orientam a proposta pedagógica e as metodologias de ensino adotadas.

A matriz pretende combinar uma formação de sólida base teórico-metodológica e humanista às especializações necessárias ao exercício das atividades docentes. Dessa forma o eixo de formação específica procura conjugar um núcleo de conhecimento teórico e humanista e especializações que permitam a construção de trajetórias alternativas e individualizadas. Desse modo, além da possibilidade de ter uma formação geral em Ciências Sociais, o Curso de Licenciatura possibilita ao aluno orientar seus estudos para a reflexão em torno da prática pedagógica, à medida que vão tendo contato com os conteúdos específicos e de caráter pedagógico, além de poderem questionar e/ou ampliar tais reflexões nas atividades relacionadas às experiências desenvolvidas nas escolas, integrando, portanto, o conhecimento teórico e à realidade vivida.

4.3. DIRETRIZES METODOLÓGICAS

A proposta metodológica do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura – modalidade a distância constitui-se no polo aglutinador em torno do qual, se articulam os diferentes momentos formativos, previstos na matriz curricular. Sua concepção emana das epistemologias que concebem a formação em Ciências Sociais e o ensino, como vertente emancipatória pela aprendizagem consciente, criativa, plena e crítica. A integralização das disciplinas organiza-se em conformidade com as orientações e reflexões, advindas das concepções elaboradas pelo corpo docente, uma vez que se tornam imprescindíveis as percepções daqueles que estão responsáveis pelas progressões das aprendizagens no desenvolvimento da formação docente.

Tem seu referencial metodológico orientado, principalmente, pela sua Espiral da Docência, que traz a singularidade de pensar e organizar seu desenvolvimento, buscando vivenciar, organizar, analisar e refletir criticamente sobre o contexto das Ciências Sociais e das inúmeras escolas do estado de Alagoas, que se enumeram ao longo de tantos espaços sociais, quase indiscriminadamente, ao mesmo tempo também, que objetiva estudar detalhadamente, os processos e fundamentos de escolarização, de importâncias ímpares na construção e elaboração dos saberes de vida e cidadania.

Os princípios metodológicos, que orientam o ensino e a aprendizagem do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura privilegiam a análise e a resolução de situações-problema como estratégias didáticas. O estudante, através do requisito básico da práxis para constituição de competências, se insere na realidade e no debate contemporâneo, que o qualifica frente aos desafios próprios das suas condições profissionais. Todos os tipos de conhecimentos, elencados ao desenvolvimento profissional, desde as questões culturais, sociais, econômicas, até a própria perspectiva humana e profissional, devem ter assegurados os seus entendimentos reflexivos através da relação teoria-prática.

A metodologia que permeia os planos de ensino do Curso é pautada na premissa da interdisciplinaridade, o que fica evidenciado, especialmente nas relações que são estabelecidas nos diversos eixos que compõem a matriz curricular. Por meio das atividades desenvolvidas, os alunos demonstram e aplicam suas competências, ou seja, vivenciam situações do cotidiano, agregando o conhecimento de diversas disciplinas desenvolvidas. Acrescenta-se a isso as questões relativas à ética e à responsabilidade social que são relevantes no processo de desenvolvimento de projetos da área.

O planejamento e a avaliação são componentes fundamentais para se garantir um

desenvolvimento curricular acompanhado por um desempenho de excelência dos alunos, mediado pelo caráter crítico. Assim, faz-se a avaliação formativa como integrante básica de diagnóstico, regulação, finalização e integração de saberes e competências da sua formação.

O delineamento metodológico é apresentado de forma mais específica e detalhada nos planos das disciplinas. De uma forma genérica, os professores se utilizam de atividades como:

a) **Ensino teórico**: Aulas expositivas dialogadas, nas quais os conteúdos programáticos podem ser abordados em nível básico, avançado ou aprofundado, consoante a natureza da matéria ou localização curricular, quer do ponto de vista conceitual ou experimental. Elas ocorrem a partir da necessidade dos acadêmicos, geralmente a partir de discussão de conteúdo por meio de técnicas de discussão em grupo. Essas aulas serão disponibilizadas pelos professores no ambiente virtual de aprendizagem e em momentos presenciais nos pólos, de acordo com o planejamento da disciplina.

b) **Ensino prático:** Observar e sistematizar práticas cotidianas, como também, desenvolver atividades que aproximem o aluno da realidade educacional, dos espaços escolares e não escolares, propiciando, a capacidade de reflexão-crítica sobre os fatos e acontecimentos da realidade em que está inserido, podendo intervir com ações que minimizem os problemas detectados.

c) **Aulas presenciais e à distância:** O currículo desenvolvido será complementado com encontros presenciais conduzidos pelos professores ou mediados pelo uso de recursos tecnológicos, tais como videoaulas, áudios ou videoconferências, em todos os pólos. Tais atividades serão conduzidas pelos professores com o auxílio dos tutores presenciais com o objetivo de proporcionar momentos de aprendizagem dos conteúdos e de desenvolvimento das habilidades propostas nos Planos de Curso. Seu planejamento consiste em aulas dialogadas, caso seja considerado necessário pelo professor, e na sistematização de momentos de autoaprendizagem, com a utilização de recursos das tecnologias da informação e comunicação (TICs), organizadas com estratégias didáticas como, por exemplo, estudos dirigidos, estudos de caso, pesquisas bibliográficas, resolução de exercícios, dentre outras, conforme a proposta de cada disciplina.

A realização dessas atividades pelos discentes deve seguir um cronograma organizado, e previamente divulgado, pela coordenação do curso e, em respeito ao Calendário da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Deste modo, a formação do egresso do Curso de Ciências Sociais Licenciatura a distância está diante de parâmetros que desenvolvam sua consciência crítica e autorreguladora, seu posicionamento diante das necessidades e possibilidades da comunidade.

4.4. TRANSVERSALIDADE TEMÁTICA CURRICULAR

Conforme assinalado anteriormente, consideramos importante a abordagem e a inclusão neste PPC dos temas da ética e da cidadania, da sexualidade e das relações de gênero, da diversidade cultural, meio ambiente, Direitos Humanos e as questões de poder associadas a esses temas, reconhecendo que a reflexão sobre eles no campo das Ciências Sociais é a base da contextualização dos conteúdos (proposta nos PCN de Ensino Médio) e do tratamento dos Temas Transversais (conforme a BNCC). Esses temas estão incluídos nos conteúdos das disciplinas e atividades curriculares do referido curso, além de estar de acordo com a Resolução N° 01, de 17 de junho de 2004; a Lei N° 10.639, de 09 de janeiro de 2003; a Lei N° 11.645, de 10 de março de 2008; e o PARECER CNE/CP 09/2001.

O Eixo da Ciência Política dentro do Curso compreende a transversalidade como elemento constitutivo, tanto das ementas das disciplinas, quanto do próprio processo de consecução da relação ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o tratamento dado, seja aos conteúdos, seja às bibliografias especializadas em cada disciplina versam, sobretudo, acerca dos eixos estipulados como possíveis fios condutores da prática interdisciplinar: os temas transversais. É nesse sentido que entre as disciplinas de Ciência Político do eixo do Curso, a saber: as disciplinas I, II e III, compreendem de maneira dialógica a relação entre a Teoria Política e a pesquisa em Ciência Política com os temas transversais que estruturam nossas escolhas didáticas, sobretudo os temas

relacionados à democracia, direitos humanos, meio ambiente, pluralidade e acessibilidade. Com isso buscamos não somente estimular os alunos à reflexão e a pesquisa relacionada a estas temáticas, mas sobretudo, imprimir sobre os alunos uma formação humanística crítica, tendo em vista que tornar-se-ão professores do Ensino Médio em escolas cercadas de uma realidade complexa e múltipla como a alagoana.

As disciplinas de Antropologia relacionam conteúdos com temáticas que envolvem questões políticas históricas e contemporâneas Por exemplo, o processo de dominação colonial é abordado em contextos históricos específicos, focalizando a própria relação entre o desenvolvimento da Antropologia e o colonialismo (Antropologia I e II), quando colônias britânicas e francesas sempre foram os lugares onde os antropólogos desses países investigaram. Numa outra perspectiva, é abordado o processo de descolonização (Antropologia III), quando países se emanciparam de suas colônias, surgindo uma tendência na Antropologia em que os próprios nativos se especializam e a pesquisa se torna participativa, engajada, através da qual se adota uma nova proposta de orientação metodológica. É no período pós-guerra que se discute amplamente perspectivas antropológicas contra o racismo e da valorização à diversidade cultural. É ainda nessa disciplina de Antropologia III que fenômenos relacionados à interculturalidade, multiculturalidade e globalização são interligados às abordagens contemporâneas vinculadas aos direitos históricos de povos minoritários, ou contextos de minorias sociais marginalizadas e excluídas que fazem parte de processos de legitimação de seus direitos. Afinal, a Antropologia no Brasil (como é abordada na Antropologia IV) é historicamente caracterizada por estudos do nosso outro interno (populações indígenas e minoritárias) que tem vínculo direto com a própria formulação de legislação indigenista. Assim, a política indigenista no Brasil contemporâneo vem sendo marcada por orientação antropológica que não prioriza questões raciais, mas sim o fenômeno da etnicidade para se compreender e legitimar a identidade dessas populações presentes no Brasil (como grupos étnicos indígenas e populações quilombolas). Dessa forma, as disciplinas de Antropologia dialogam entre si proporcionando aos alunos uma formação dentro de temáticas da transversalidade, focalizando principalmente aspectos relacionados aos direitos humanos.

A transversalidade entre temas e também entre abordagens disciplinares faz parte da tradição do conhecimento sociológico e está presente no eixo que forma a cadeia de disciplinas ministradas pelos professores da Sociologia. Além de termos uma intensa participação no ministério da disciplina Fundamentos Histórico e Filosóficos das Ciências Sociais, as disciplinas de formação básica – Sociologia I, II e III – contemplam diálogos com diferentes áreas disciplinares como Educação, Estudos da religião, Antropologia e Biologia, particularmente em Sociologia II, Economia, Filosofia e Antropologia, em Sociologia I, Filosofia, Psicologia, Estudos Culturais, Teoria Política, Pragmática Linguística em Sociologia III. Na disciplina "Pensamento Social Brasileiro", a transversalidade é condição de ministério da disciplina pois requer abordar as origens de tradições intelectuais sobre a vida social no Brasil, implicando tratar da importância da literatura, do pensamento jurídico, biológico, antropológico, psicológico e sociológico para a formação de um repertório de ideias, metodologias e temas de investigação nas Ciências Sociais brasileiras. Ademais, as optativas são frequentemente ministradas a partir das recentes descobertas de professores em suas pesquisas, apresentando em sala os diálogos que realizam com outras áreas a partir de suas leituras com novas bibliografias.

4.5. INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade pretende ser implementada por diferentes estratégias. Através do estimulo aos professores de uso de material audiovisual que ofereça visões diferentes dos temas trabalhados em sala de aula. Adicionalmente, pelo estímulo a que professores convidem professores de outras áreas para apresentações de temas abordados em sala a partir do ponto de vista disciplinar do convidado, estimulando o diálogo entre abordagens. Estímulo a que professores adotem abordagens pedagógicas que estimulem o estudante à pesquisa de abordagens diferentes e as

apresente em sala de aula, fazendo que interdisciplinaridade se torne uma atitude rotineira de estudo.

Em suma, a matriz pretende combinar uma formação de sólida base teórico-metodológica e humanista às especializações necessárias ao exercício das atividades docentes. Dessa forma o eixo de formação específica procura conjugar um núcleo de conhecimento teórico e humanista a e especializações que permitam a construção de trajetórias alternativas e individualizadas. Desse modo, além da possibilidade de ter uma formação geral em Ciências Sociais, o Curso de Licenciatura possibilita ao aluno orientar seus estudos para a reflexão em torno da prática pedagógica, à medida que vão tendo contato com os conteúdos específicos e de caráter pedagógico, além de poderem questionar e/ou ampliar tais reflexões nas atividades relacionadas às experiências desenvolvidas nas escolas, integrando, portanto, o conhecimento teórico e à realidade vivida.

4.6. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Decreto n. 4.281 de 25 de junho de 2002, Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. A Resolução CNE/CP nº 02/2012 define formas de sua implementação nos currículos dos Cursos superiores.

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, na modalidade à distância, atende plenamente aos preceitos estabelecidos pelo Decreto nº 4.281/2002, que regulamenta a Lei nº 9.795/1999, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), e pela Resolução CNE/CP nº 02/2012, que define as diretrizes para sua implementação nos cursos de graduação.

A Educação Ambiental, conforme preconizado pela legislação, é incorporada de forma transversal e integrada no currículo do curso, não estando restrita a uma disciplina específica, mas presente em diversos componentes curriculares. Tal abordagem reflete a compreensão de que a formação docente deve contemplar uma leitura crítica e sistêmica das relações entre sociedade, natureza e cultura, em consonância com os princípios da sustentabilidade, da cidadania e dos Direitos Humanos.

Essa integração se dá por meio de:

- **Disciplinas como Sociologia, Antropologia e Ciência Política**, que abordam a temática ambiental a partir das desigualdades sociais, dos conflitos fundiários e urbanos, da justiça ambiental, das políticas públicas ambientais e das relações de poder.
- **Projetos de extensão e pesquisa**, voltados à análise de realidades locais e regionais, com ênfase em comunidades tradicionais, populações periféricas e contextos de vulnerabilidade socioambiental.
- **Iniciativas como o projeto "Observatório das Desigualdades em Alagoas"**, que articula indicadores sociais com questões ambientais no Estado.
- A inserção do tema nas **Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)** e nos **Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)**, possibilitando a investigação de problemáticas socioambientais com base nas realidades vivenciadas nos polos regionais do curso.

A perspectiva crítica, interdisciplinar e transformadora da Educação Ambiental promovida pelo curso contribui para a formação de professores conscientes do seu papel na construção de uma sociedade sustentável e justa. Esta abordagem está em sintonia com a exigência de que a Educação Ambiental, nos cursos superiores, seja promovida como um processo permanente, que favoreça a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas dimensões: ecológica, política, social, econômica e cultural.

4.7. RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

Em atenção á Lei 10.639/2003, à Lei 11.645/2008 e da Resolução CNE/CP 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP 03/2004 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, os PPC da UFAL vem tratando a temática de forma transversal.

No Curso de Ciências Sociais – Licenciatura a distancia atende a legislação por meio da adoção de disciplina específica, **História e cultura afro-brasileira e indígena,** e trata dos seguintes temas: História da África e dos africanos no Brasil; História indígena e indigenismo no Brasil: Relações étnico-raciais no Brasil; Culturas afro-brasileiras e indígena.

A disciplina tem como objetivo principal proporcionar ao aluno uma compreensão das relações entre grupos étnicos presentes na história e sociedade brasileiras. Focaliza-se a especificidade da presença de povos autóctones e transplantados para o Brasil durante o escravismo colonial. Também se pretende viabilizar a compreensão da expansão do campo indigenista no país, focalizando experiências históricas de políticas implantadas em diferentes momentos e as relações estabelecidas entre o Estado e esses povos; proporcionando ao aluno uma formação acadêmica engajada com contextos contemporâneos de direitos históricos e constitucionais de grupos étnicos. É uma disciplina vinculada ao entendimento de direitos históricos desses grupos étnicos presentes no Brasil contemporâneo.

4.8. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.

A Educação em Direitos Humanos na UFAL adequa-se à Resolução CNE/CP n. 01/2012 e está institucionalizada pela Parecer CNE/CP 08/2012. Sua inserção nos PPC dos Cursos deve ocorrer pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados:
I interdisciplinarmente;
II como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;
III de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

O Curso de Ciências Sociais – Licenciatura a distância atende à legislação por meio da interdisciplinaridade na conformação das disciplinas específicas do Curso.

4.9. LIBRAS

De acordo com o Art. 3º do Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

O curso assegura a oferta da disciplina de Libras, com carga horária mínima de 54 horas, conforme indicado nas diretrizes curriculares. A disciplina é obrigatória para todos os licenciandos e tem como objetivo:

- Proporcionar conhecimento introdutório e prático da Língua Brasileira de Sinais;
- Desenvolver competências comunicativas básicas para interação com a comunidade surda;
- Promover a valorização da Libras como língua legítima das comunidades surdas, em consonância com os princípios de inclusão social e diversidade linguística.

4.10. TECNOLOGIAS DIGITAIS NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Para que os alunos iniciantes possam se familiarizar com a modalidade e suas ferramentas, será ofertada uma disciplina do eixo de formação complementar, Introdução à EAD no primeiro

semestre do Curso. Ademais, os alunos contam com o apoio dos tutores presenciais para sanar dúvidas por meio de atendimento nos pólos.

É importante compreender que as denominadas Tecnologias Digitais (TD) são as tecnologias que mediam a informação e comunicação entre as pessoas como por exemplo: rádio, televisão, jornal e outros. Feito esse primeiro esclarecimento, podemos listar aqui alguns aliados para o processo de ensino-aprendizagem na Educação a Distância (EaD), sobretudo para o Ensino Superior, para que a utilização de tais recursos tecnológicos possam integrar e ajudar a promover uma educação mais acessível e inclusiva na formação inicial em Ciências Sociais. Entretanto, apesar dos benefícios do uso da Tecnologias Digitais (TD) sua implementação carrega desafios sobre como desenvolver habilidades cognitivas mais complexas, exigindo que os estudantes colaborem e interajam na produção do seu próprio conhecimento. Em destaque algumas das estratégias, por categoria, em que as TDs são divididas e como é possível inseri-las no processo de ensino aprendizagem do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais EaD:

1. Ambientes virtuais imersivos: São dispositivos que promovem experiências que combinam o mundo real com o mundo virtual. Eles permitem o aprendizado através da experiência e da interação entre os alunos. Exemplo: Equipamentos de realidade aumentada.

2. Ferramentas de comunicação: São ferramentas que facilitam a comunicação entre as pessoas envolvidas no processo educativo. Estreitam o relacionamento e também simplificam a troca de informação, com o envio de recados e comunicados importantes. Exemplos: e-mail; aplicativos como WhatsApp; site; redes sociais.

3. Ferramentas de trabalho: São programas ou aplicativos que auxiliam na realização de tarefas e na organização de arquivos, que também podem ser armazenados na nuvem. Podem ser utilizados tanto por professores quanto por alunos. Exemplos: ferramentas de edição de textos; Conteúdos multimídia.

4. Ferramentas de gestão: São ferramentas que simplificam e facilitam a organização dentro e fora da sala de aula, permitindo que o corpo docente gaste menos tempo com as tarefas burocráticas. Exemplo: simulados e correção de provas online.

5. Ferramentas para acervo de conteúdo: São ferramentas que auxiliam na distribuição de diversos conteúdos das disciplinas do curso e permitem o acompanhamento de maneira individualizada. Exemplos: biblioteca digital; revistas on line e outros.

6. Ferramentas de experimentação: São dispositivos que possibilitam o desenvolvimento de projetos, em que os alunos precisam fazer pesquisas e elaborar um produto diferenciado. Auxiliam no trabalho com as competências cognitivas, as habilidades sócio emocionais, a comunicação e o trabalho em equipe. Exemplos: plataformas de programação e de produção de etnografias no audiovisual.

7. Objetos Digitais de Aprendizagem (ODA): São recursos digitais que auxiliam a prática pedagógica, seja dentro ou fora da sala de aula. Podem ser utilizados para trabalhar conteúdos e habilidades de maneira mais criativa. Exemplo: livros digitais; animações; jogos; videoaulas.

5. COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS DO CURSO

A carga horária total do Curso de licenciatura de Ciências Sociais, modalidade à distância, é de 3.202 horas. Desse total, 1.224 horas são dedicadas às disciplinas de formação específica nas áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia e Ensino de Sociologia/Ciências Sociais; 918 horas às disciplinas de formação pedagógica docente; 480 horas às Atividades de Extensão (PIEXs) e 100h as Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais; além de 400 horas para atividades de Estágio Supervisionado, distribuído em todos os anos de formação.

5.1. DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

Os componentes curriculares obrigatórios estão divididos da seguinte forma:

Quadro 4 – Distribuição percentual dos componentes curriculares

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	%
Obrigatórias	1926	60,15%
Optativas	216	6,75%
Estágio Supervisionado	400	12,49%
TCC	80	2,50%
PIEX - Programa Integralizado de Extensão	480	15,00%
Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais	100	3,12%
Total	3.202	100%

Segue abaixo o ordenamento curricular do curso de Ciências Sociais – Licenciatura (EAD), especificando nome dos componentes curriculares (disciplinas), carga horária teórica, prática e total, bem como os núcleos e/ou classificação de vinculação, segundo o PARECER N° CNE/CES 492/2001 e a RESOLUÇÃO Nº 02 CNE/CES.

Quadro 5 - Ordenamento Curricular do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura

		Disciplina/ Componentes Curriculares	Obrigatória	Carga Horária				
				Semanal	Teórica	Prática	Extensão	Semestral Total
Conteúdos Básicos	Núcleo I – Estudos de Formação Geral (EFG)	Tecnologias Digitais	Sim	4		72	-	72
		Profissão Docente	Sim	4	72	-	-	72
		Política e Organização da Educação Básica no Brasil	Sim	4	72	-	-	72
		Didática	Sim	4	72	-	-	72
		Desenvolvimento e Aprendizagem	Sim	4	72	-	-	72
		Gestão da Educação e do Trabalho Escolar	Sim	4	72	-	-	72
		Avaliação Educacional	Sim	4	72	-	-	72
		Fundamentos da Educação	Sim	4	72	-	-	72
		Didática e Metodologia do Ensino de Ciências Sociais	Sim	4		72	-	72
		Pesquisa Educacional em Ciências Sociais	Sim	4		72	-	72
		Produção e Elaboração de Material Didático em Ciências Sociais	Sim	4		72	-	72
		Organização do Trabalho Acadêmico / Metodologia Científica	Sim	4		72	-	72
		Libras	Sim	3	54	-	-	54
Conteúdos Específicos	Núcleo II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (ACCE)	Introdução à Sociologia	Sim	4	72	-	-	72
		Sociologia I	Sim	4	72	-	-	72
		Sociologia II	Sim	4	72	-	-	72
		Sociologia III	Sim	4	72	-	-	72
		Introdução à Ciência Política	Sim	4	72	-	-	72
		Ciência Política I	Sim	4	72	-	-	72
		Ciência Política II	Sim	4	72	-	-	72
		Ciência Política III	Sim	4	72	-	-	72
		Introdução à Antropologia	Sim	4	72	-	-	72
		Antropologia I	Sim	4	72	-	-	72
		Antropologia II	Sim	4	72	-	-	72
		Antropologia III	Sim	4	72	-	-	72
		Pensamento Social Brasileiro	Sim	4	72	-	-	72
		TCC	Sim	-	-	80		80
		Optativa 1	Não	4	72	-	-	72
		Optativa 2	Não	4	72	-	-	72
		Optativa 3	Não	4	72	-	-	72
		História do Ensino de Ciências Sociais no Brasil	Sim	4	72	-	-	72

	Núcleo III – Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)	PIEX 1	-	-	-	-	80	80
		PIEX 2	-	-	-	-	80	80
		PIEX 3	-	-	-	-	80	80
		PIEX 4	-	-	-	-	80	80
		PIEX 5	-	-	-	-	80	80
		PIEX 6	-	-	-	-	80	80
	Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	Estágio Supervisionado I	Sim	5	-	50	-	50
		Estágio Supervisionado II	Sim	5	-	50	-	50
		Estágio Supervisionado III	Sim	5	-	50	-	50
		Estágio Supervisionado IV	Sim	5	-	50	-	50
		Estágio Supervisionado V	Sim	5	-	50	-	50
		Estágio Supervisionado VI	Sim	5	-	50	-	50
		Estágio Supervisionado VII	Sim	5	-	50	-	50
		Estágio Supervisionado VIII	Sim	5	-	50	-	50
	Núcleo V – Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais (AACC)	Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais			100			100

Em seguida, temos a organização curricular a partir da distribuição por períodos letivos:

Quadro 6 - Ordenamento Curricular do Curso de Ciências Sociais Licenciatura por período

Período	**Código**	**Disciplina/ Componentes Curriculares**	**Carga Horária**				
			Semanal	Teórica	Prática	Extensão	Total
1º PERÍODO		Introdução à Sociologia	4	72	-	-	72
		Introdução à Ciência Política	4	72	-	-	72
		Introdução à Antropologia	4	72	-	-	72
		Profissão Docente	4	72	-	-	72
		Organização do Trabalho Acadêmico / Metodologia Científica	4	72	-	-	72
		Estágio Supervisionado I	5	-	50	-	50
TOTAL			20	360	50	-	410

2º PERÍODO		Sociologia I	4	72	-	-	72
		Antropologia I	4	72	-	-	72
		Ciência Política I	4	72	-	-	72
		Fundamentos da Educação	4	72	-	-	72
		Tecnologias Digitais	4	72	-	-	72
		Estágio Supervisionado II	5	-	50	-	50
TOTAL			21	288	150	-	410

3º PERÍODO		Sociologia II	4	72	-	-	72
		Antropologia II	4	72	-	-	72
		Ciência Política II	4	72	-	-	72
		Didática	4	72	-	-	72
		PIEX 1	-	-	-	80	80
		Estágio Supervisionado III	5	-	50	-	50
TOTAL			20	360	50	60	418

4º PERÍODO		Sociologia III	4	72	-	-	72
		Antropologia III	4	72	-	-	72
		Ciência Política III	4	72	-	-	72
		Política e Organização da Educação Básica	4	72	-	-	72
		PIEX 2	-	-	-	80	80
		Estágio Supervisionado IV	5	-	50	-	50
TOTAL			21	288	150	60	418

5º PERÍODO		Pensamento Social Brasileiro	4	72	-	-	72
		Gestão da Educação e do Trabalho Escolar	4	72	-	-	72
		Desenvolvimento e Aprendizagem	4	72	-	-	72
		Didática e Metodologia de Ensino em Ciências Sociais	4	72	-	-	72
		PIEX 3	-	-	-	80	80
		Estágio Supervisionado V	5	-	50	-	50
TOTAL			21	240	80	60	418

6º PERÍODO		História do Ensino de Ciências Sociais no Brasil	4	72	-	-	72
		Avaliação Educacional	4	72	-	-	72
		Produção e Elaboração de Material Didático em Ciências Sociais	4	72	-	-	72
		Pesquisa Educacional em Ciências Sociais	4	72	-	-	72
		PIEX 4	-	-	-	80	80
		Estágio Supervisionado VI	5	-	50	-	50
TOTAL			22	176	190	60	418

		Optativa 1	4	72	-	-	72
		Optativa 2	4	72	-	-	72

7º PERÍODO		Libras	3	34	20	-	54
		Estágio Supervisionado VII	5	-	50	-	50
		PIEX 5	-	-	-	80	80
TOTAL			19	104	140	60	328

8º PERÍODO		Optativa 3	4	72	-	-	72
		PIEX 6	-	-	-	80	80
		TCC	-	-	-	-	80
		Estágio Supervisionado VIII	5	-	50	-	50
TOTAL			18	124	200	60	282

Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais (AACC) **100**

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	-	-	-	-	3.202

As disciplinas optativas, serão ofertadas no âmbito do próprio Instituto de Ciências Sociais, a partir das demandas do curso presencial, replicadas na modalidade EAD e podem ser visualizadas na tabela a seguir. Essas serão reavaliadas a cada ciclo de 04 (quatro) anos e, considerando-se a frequência da oferta, aquelas que não foram ofertadas durante esse período, poderão ser substituídas por novas disciplinas, definidas a partir de deliberação feita pelos setores de área do Instituto – Antropologia, Sociologia e Ciência Política –, bem como pelo Colegiado do Curso, com foco sempre nas necessidades formativas dos/as discentes:

Além das disciplinas listadas neste âmbito, com vias a garantir uma formação pautada nos princípios da autonomia, flexibilidade e interdisciplinaridade do futuro profissional docente, pretendemos que o colegiado do curso avalie, no futuro, a integração de disciplinas ofertadas por outros cursos, que poderão vir a ser cursadas pelos/as estudantes de Ciências Sociais, as quais terão peso equivalente às disciplinas optativas ofertadas pelo próprio curso de Ciências Sociais - Licenciatura, devendo, apenas, serem observadas as devidas adequações em termos de carga horária, e, também, com a possibilidade de matrícula em Vagas Remanescentes, ou outro procedimento adotado pela Universidade. Nesses casos, antes mesmo da solicitação de matrícula, os/as estudantes contarão com a orientação do Colegiado de Curso, de modo a garantir o melhor aproveitamento dos estudos.

Quadro 7 – Disciplinas optativas planejadas pelo Curso de Ciências Sociais - Licenciatura

Código	**Disciplina**	**Carga Horária**				
		Semanal	Teórica	Prática	Extensão	Total
	Democracia e Movimentos Sociais	4	72	-	-	72
	Política e Educação	4	72	-	-	72
	Antropologia Visual	4	72	-	-	72
	Etnografia: Metodologias e Políticas do Trabalho de Campo	4	72	-	-	72
	Sociologia Urbana	4	72	-	-	72
	Sociologia da Cultura	4	72	-	-	72
	Sociologia da Religião	4	72	-	-	72
	Instituições Políticas Brasileiras Pós 1988	4	72	-	-	72

5.2. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o "estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante".

De acordo com a Resolução CONSUNI/UFAL nº 95/2019 O Estágio Curricular Supervisionado é componente obrigatório dos cursos de licenciatura. Trata-se de um espaço formativo essencial, articulado com a Base Nacional Comum para a Formação de Professores, as Diretrizes Curriculares Nacionais e os princípios político-pedagógicos do curso.

O estágio deverá ser realizado prioritariamente em escolas da rede pública de educação básica, nos anos finais do curso, respeitando o mínimo de 400 (quatrocentas) horas exigido pela legislação vigente, distribuídas entre observação, participação e regência de classe.

O Estágio Curricular Supervisionado constitui-se em um espaço formativo privilegiado, cuja finalidade é contribuir de maneira decisiva para a consolidação da identidade docente do licenciando. Integrado à estrutura curricular do curso de licenciatura, o estágio visa à articulação entre a formação teórica e a prática pedagógica vivenciada nos espaços escolares, especialmente na educação básica.

Seus principais objetivos são:

- **Promover a imersão do licenciando no cotidiano escolar**, possibilitando a compreensão das dinâmicas institucionais, das relações interpessoais, dos desafios pedagógicos e administrativos, e da realidade social e cultural em que a escola está inserida;
- **Articular teoria e prática** por meio de experiências reais de ensino, permitindo que o licenciando vivencie, analise e reflita sobre os conteúdos abordados ao longo do curso em situações concretas de sala de aula, fortalecendo sua capacidade de intervenção pedagógica;
- **Desenvolver competências pedagógicas, investigativas e reflexivas**, por meio da observação, da análise crítica do ambiente escolar, do planejamento e da regência de aulas, incentivando o exercício constante da pesquisa, da criatividade, da autonomia e da capacidade de tomada de decisão;
- **Contribuir para a formação ética, crítica e comprometida com a educação pública de qualidade**, promovendo o engajamento do futuro professor com os princípios da equidade, da inclusão, do respeito à diversidade e da transformação social, a partir de uma prática docente responsável, consciente e fundamentada.

O estágio será coordenado por professores da área pedagógica e da área específica do curso, com supervisão acadêmica contínua. A UFAL garantirá o acompanhamento das atividades por meio de relatórios, encontros de orientação e avaliações diagnósticas e processuais. O estudante deverá cumprir todas as etapas previstas em plano de estágio previamente aprovado, incluindo elaboração de relatórios parciais e finais.

A vinculação com a escola-campo será formalizada por meio de Termo de Compromisso, mediado pela UFAL. Os campos de estágio deverão atender aos requisitos legais e pedagógicos, assegurando condições adequadas para o desenvolvimento das atividades propostas.

O estágio, neste PPC, está integrado ao eixo de formação docente e é compreendido como prática articuladora entre os componentes curriculares teóricos e a atuação profissional. Assim, o estágio não se resume a uma exigência legal, mas constitui uma experiência formadora que contribui para a construção da identidade docente do licenciando.

No Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distancia, o estágio supervisionado será gerido pelo Coordenador de estágio e será realizado em escolas conveniadas das redes públicas municipais, estaduais, federais e privadas credenciadas.

Para atender o que determina a legislação, Lei Nº 11.788 de 25/09/2008, será de responsabilidade do Professor Orientador do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura, com o auxiliou dos tutores, o encaminhamento e acompanhamento efetivo das atividades desenvolvidas pelos estagiários.

Para que o acompanhamento seja realizado de forma adequada, as instituições de ensino para as quais serão conduzidos os estagiários deverão, única e exclusivamente, estar localizadas nos municípios em que existem polos de educação a distância em que são ministradas aulas do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais e em municípios contíguos aos municípios com esses polos.

O Estágio Supervisionado terá como objetivo maior propiciar aos estudantes a vivência direta no ambiente escolar, mediante a participação efetiva destes nas atividades escolares. Além disso, busca fomentar o conhecimento sobre o desenvolvimento do ensino da Sociologia em toda a Educação Básica. Para atingir os objetivos propostos os Estágios Supervisionados serão divididos da seguinte forma:

•Estágio Supervisionado I e II – o professor orientador irá abordar temas relativos à problematização do espaço escolar enquanto objeto de investigação das Ciências Sociais e encaminhará os estagiários para instituições de ensino que ofertem turmas de Ensino Médio para a execução da pesquisa, da observação e do desenvolvimento de atividades direcionadas ao ensino da Sociologia nessa etapa da Educação Básica;

•Estágio Supervisionado III e IV – o professor orientador fará reflexões em torno dos primeiros manuais de sociologia, dos livros didáticos mais recentes e do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), bem como acerca do currículo de Ciências Sociais no Brasil e Alagoas, encaminhará os estagiários para instituições de ensino que ofertem as turmas de Ensino Médio para a execução da pesquisa, da observação e do desenvolvimento de atividades direcionadas ao ensino da Sociologia nessa etapa da Educação Básica;

•Estágio Supervisionado V e VI – o professor orientará acerca do planejamento e da execução das aulas, bem como promoverá discussões em torno dos desafios postos ao planejamento das aulas, encaminhará os estagiários para instituições que ofertem as turmas de Ensino Médio, objetivando a prática do ensino e pesquisa, como também, a vivência das atividades cotidianas da escola referentes a essa etapa da Educação Básica;

•Estágio Supervisionado VII e VIII – o professor orientará acerca das estratégias didáticas, avaliativas e metodológicas em termo da prática de ensino em Ciências Sociais, encaminhará os estagiários para instituições de ensino que ofertem as turmas de Ensino Médio objetivando a prática do ensino e pesquisa, como também, à vivência das atividades cotidianas da escola referentes a essa etapa da Educação Básica.

Em conformidade com a Lei Federal 11.788 de 25 de setembro de 2008, com a Resolução CONSUNI/UFAL nº 95/2019 e com as Normas do Estágio Curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, após a finalização de cada etapa do Estágio Supervisionado, o aluno deverá apresentar, um relatório final, como condição para aprovação. O Relatório de Estágio é um documento individual, que registra todas as atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado.

A carga horária mínima será a que fica efetivada para integralização do currículo, mesmo que o aluno tenha realizado mais horas. Pode o aluno requerer a utilização do que ultrapassar desse valor (400 h) para efeitos de atividade complementar. Os estágios não obrigatórios terão supervisão indireta dos docentes, e para consignação como carga horária complementar, deverão ser analisados pelo Colegiado de Curso no que diz respeito à pertinência na formação profissional do aluno.

Quanto à articulação com as redes públicas de ensino, essa se dá observando-se os convênios firmados entre a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e aquelas, mediante contrato de parceria. O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância regulamentou o estágio supervisionado por meio da Resolução do colegiado 01/2016 em anexo ou aquela que estiver em vigor na ocasião.

5.3. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório do curso de Ciências Sociais – Licenciatura a Distância, conforme previsto no Regulamento Acadêmico da Universidade Federal de Alagoas (Resolução nº 114/2023 - CEPE/UFAL). Ele se constitui como instrumento de síntese e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos ao longo da formação, promovendo a articulação entre teoria e prática e incentivando a produção científica e reflexiva no campo das Ciências Sociais.

O TCC deve ser desenvolvido individualmente, sob a orientação de um(a) docente do curso, e poderá assumir diferentes formatos, conforme diretrizes institucionais e deliberações do colegiado do curso, tais como: monografia, artigo científico, relatório técnico-científico, material didático, entre outros formatos reconhecidos academicamente e compatíveis com os objetivos do curso e definidos por resolução específica e/ou pelo colegiado do curso.

O TCC não se constitui como disciplina, não tendo, portanto, carga horária fixa semanal, sendo sua carga horária total prevista no PPC e computada para a integralização do curso.

Nesta perspectiva, cada PPC toma para si a responsabilidade de definir a forma de realização, acompanhamento. Apresentação e avaliação do TCC, estabelecendo normas próprias.

No Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, o TCC deverá atender aos seguintes objetivos determinados:

I – Capacitar o estudante para a elaboração de pesquisas e/ou experiências docentes nas áreas de concentração do Curso: Antropologia, Ciência Política, Sociologia ou Educação/ensino de Ciências Sociais, cabendo a ele escolher uma destas áreas para pesquisar;

II – Levar o estudante a correlacionar e aprofundar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no Curso;

III – Contribuir para o enriquecimento das diferentes linhas de pesquisa do Instituto de Ciências Sociais/ICS/UFAL, estimulando a produção científica que poderá estar articulada às necessidades da comunidade local, nacional e internacional.

Deverá ser um trabalho de natureza monográfica, técnica e científica, elaborado individualmente pelo estudante que será avaliada por uma banca composta pelo orientador e mais dois professores. As diretrizes específicas e orientações gerais para o desenvolvimento e a apresentação do TCC estão apresentadas na Resolução de TCC do Curso, em anexo.

5.4. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO E CULTURAIS

Atividades Acadêmico-Científico e Culturais, trata-se da parte flexível do curso e está regulamentada pela Resolução nº 113/95 – CEPE, de 13 de novembro de 1995. Com exceção das atividades de monitoria com e sem bolsa, já regulamentadas pela UFAL, todas as outras precisam ser submetidas à aprovação do Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

a) Monitoria: Atividade de monitoria tal como regulamentada pela UFAL. Um total de 12 horas;

b) Iniciação Científica: Atividades de iniciação científica desenvolvidas junto a um ou mais professores, com o financiamento ou não das agências de fomento à pesquisa (FAPEAL, CNPq, etc.). Em qualquer um dos casos o professor deve submeter ao Colegiado do Curso o plano semestral e anual de atividades a serem desempenhadas. Um total de 12 horas;

c) Participação em Congressos e Seminários Científicos de reconhecido valor científico, desde que na área de formação do(a) aluno(a) ou em áreas afins. Um total de horas equivalente àquelas freqüentadas na atividade;

d) Atividades voluntárias desenvolvidas em organizações privadas, públicas e não governamentais. Estas atividades incluem também a atuação em movimentos comunitários e sociais, atividades de assessoria ou consultoria a movimentos comunitários e sociais, desde que demandem um esforço efetivo de utilização/aplicação dos conhecimentos obtidos no Curso às atividades desempenhadas;

e) Estágios curriculares não obrigatórios;

f) Realização de palestras

g) Disciplinas oferecidas por outras instituições e/ou unidades acadêmicas não contempladas no currículo do Curso;

h) Participação em empresas juniores e em núcleos de estudos e de pesquisas vinculados às áreas estratégicas do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais – Licenciatura.

5.5. PROGRAMA INTEGRALIZADO DE EXTENSÃO (PIEX)

O PIEX do curso de Licenciatura em Ciências Sociais (EaD) está estruturado em 6 programas, distribuídos em 6 períodos acadêmicos, garantindo a integração entre ensino, pesquisa e extensão, conforme as Diretrizes Nacionais da Extensão Universitária (CNE/CES nº 7/2018) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/UFAL), as resoluções nº. 65/2014 – CONSUNI/UFAL de 03 de novembro de 2014 e nº. 04/2018 – CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018, assim como as Instruções normativas da PROEX nº 01/2021/PROEX/UFAL e nº 01/2022/PROEX/UFAL e com foco nas áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

5.5.1. Ementa do Programa

Desenvolvimento de ações de extensão aos moldes como preconiza a resolução nº 4/2018-CONSUNI/UFAL.

Desenvolvimento de ações extensionistas por estudantes, sob uma orientação pedagógica docente e/ou técnico que inclua, dentre elas, pelo menos, a execução de dois projetos de extensão com duração mínima de duas semestralidades, cada, ao longo da graduação.

Execução de ações extensionistas (projetos, cursos, eventos, produtos, prestação de serviços) cujas ementas e/ou objetivos estejam vinculados a, pelo menos, uma área temática de extensão que dialogue com as grandes áreas de conhecimento da graduação.

5.5.2 Objetivos do Programa

Desenvolver e Ofertar ações de extensão para os alunos do curso de Licenciatura em Ciências Sociais EAD da UFAL.

5.5.3. Unidades Envolvidas nas ações do PIEX

Teremos como pauta desenvolver ações com algumas unidades, além do Instituto de Ciências Sociais: Centro de Educação (CEDU/UFAL), Instituto de Computação (IC/UFAL), Museu Théo Brandão (MTB/UFAL), Faculdade de Letras (FALE/UFAL), Faculdade de Direito (FDA/UFAL) e Núcleo de Excelência em Tecnologias Sociais (NEES/UFAL) e outras que se integrem ao projeto, desde que aprovadas pelo Núcleo de Extensão, Colegiado do Curso e/ou Núcleo Docente Estruturante.

5.5.4 Público-alvo do PIEX

As atividades extensionistas ofertadas no curso de Licenciatura em Ciências Sociais (EaD) são direcionadas a públicos diversificados, alinhando-se à natureza interdisciplinar das Ciências Sociais e às demandas sociais contemporâneas, considerando, inclusive, a modalidade educacional. O público prioritário inclui: estudantes da graduação, que atuarão como agentes extensionistas, integrando teoria e prática em contextos reais; professores da educação básica, especialmente de sociologia, beneficiados por formações continuadas e materiais didáticos; comunidades vulnerabilizadas, como populações atingidas pela Braskem em Alagoas, residentes das grotas de Maceió, coletivos LGBTQIA+ e povos indígenas, que serão alcançados por ações de escuta, letramento e registro de memórias; jovens e adultos em EJA, público-alvo de projetos de educação política e cidadania.

A escolha desses grupos reflete o compromisso do curso com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo que os licenciandos vivenciem desafios pedagógicos em diferentes territórios, enquanto contribuem para a transformação social. A modalidade EAD amplia o alcance das ações, utilizando tecnologias digitais para diálogos com escolas remotas, produção de conteúdos audiovisuais e fóruns de debate, assegurando aderência às diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária e aos programas institucionais da UFAL.

5.5.5. Indicadores para mensuração do desempenho

O monitoramento e a avaliação das Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) serão realizados por meio de métodos combinados, garantindo transparência e aprimoramento contínuo. Para isso, serão adotados: Indicadores quantitativos: Número de projetos executados, participantes envolvidos (discentes e comunidade), materiais produzidos (vídeos, podcasts, cartilhas) e abrangência territorial das ações; Indicadores qualitativos: Análise de portfólios digitais dos estudantes, relatórios de impacto social, depoimentos de beneficiários e reflexões críticas registradas em diários de campo virtuais; Avaliação institucional: Pareceres de tutores e docentes, alinhados às diretrizes das INs da PROEX vigentes e da Política Nacional de Extensão; Através de uma política de feedback contínuo entre todos os agentes envolvidos (docentes, técnicos, alunos e convidados da sociedade civil e da comunidade no entorno das ações, quando houver) através da utilização de plataformas EAD (Moodle, Google Classroom) para fóruns de discussão e formulários online, permitindo ajustes em tempo real.

Essas ações de implementação dos PIEX, também contemplam indicadores para mensuração do desempenho das Ações Extensionistas e dos alunos na UFAL (conforme o PDI vigente), e em especial a Instrução Normativa PROEX nº 04/2021 e a Resolução do Conselho de Extensão (RCO) nº 04/2018, no qual seguimos e estabelecemos os seguintes indicadores para avaliação das atividades extensionistas (curriculares e não curriculares), a saber:

1. Indicadores Quantitativos

Número de projetos/atividades extensionistas realizadas por curso/ano.

Quantidade de discentes envolvidos nas ações, com registro de frequência e participação ativa.

Público externo alcançado (comunidades, escolas, movimentos sociais).

Parcerias institucionais estabelecidas (órgãos públicos, ONGs, coletivos).

Produtos gerados: materiais didáticos, publicações, eventos, relatórios técnicos.

2. Indicadores Qualitativos

Impacto social das ações:

Relatos de beneficiários (depoimentos, entrevistas).

Mudanças observadas nos territórios (ex.: aumento da participação comunitária em políticas públicas).

Integração com ensino e pesquisa:

Articulação entre projetos de extensão, disciplinas do curso e pesquisas em andamento.

Aprendizado discente:

Reflexões críticas registradas em portfólios ou diários de campo.

Desenvolvimento de habilidades pedagógicas e sociais.

3. Indicadores de Processo

Cumprimento de cronogramas e metas estabelecidas nos projetos.

Adequação às diretrizes éticas: respeito a protocolos de pesquisa e extensão (ex.: TCLEs e consentimento de participantes).

Utilização de recursos: transparência na aplicação de verbas e materiais.

4. Indicadores de Impacto Acadêmico

Publicações científicas derivadas das atividades extensionistas.

Participação em eventos (seminários, congressos) para divulgação dos resultados.

Inserção dos egressos em espaços profissionais ligados à extensão.

5.5.6. Avaliação dos PIEXs

A avaliação considerará ainda a articulação entre teoria e prática, verificando se os projetos extensionistas contribuíram para a formação docente crítica e a intervenção social propositiva. Os resultados serão sistematizados em relatórios semestrais, subsidiando a atualização do PIEX e o alinhamento com o PDI da UFAL, assegurando coerência com a missão institucional de integração universidade-sociedade.

5.5.7. Módulos dos PIEXs

CAMPO DA SOCIOLOGIA

PIEX 1- Período: 3º | **Carga Horária:** 60h

- **Justificativa:** Este programa visa integrar licenciandos na reflexão crítica sobre impactos socioambientais e no desenvolvimento de práticas educativas para escolas em áreas afetadas por problemas sociais.
- **Áreas Temáticas:**
  - **Educação e Direitos Humanos** (Linha: Justiça Socioambiental)
  - **Desenvolvimento Regional** (Linha: Conflitos Urbanos)
- **Objetivo:** executar e/ou dar continuidade a ações de extensão relacionadas ao PIEX

PIEX 3-Período: 5º | **Carga Horária:** 60h

- **Justificativa:** O EAD permite explorar o papel das redes digitais em mobilizações sociais. O programa articula teoria sociológica com práticas pedagógicas em ambientes virtuais.
- **Áreas Temáticas:**
  - **Comunicação e Tecnologia** (Linha: Educação de qualidade; Igualdade de gênero)
- **Objetivo:** executar e/ou dar continuidade a ações de extensão relacionadas ao PIEX

CAMPO DA ANTROPOLOGIA

PIEX 2 - Período: 4º | Carga Horária: 60h

- **Justificativa:** A modalidade EAD permite explorar novos campos de pesquisa antropológica, como comunidades online e culturas digitais.
- **Áreas Temáticas:**
    - **Cultura e Identidade** (Linha: Direitos humanos; Redução das desigualdades)
- **Objetivo:** executar e/ou dar continuidade a ações de extensão relacionadas ao PIEX

PIEX 5 - Período: 7º | Carga Horária: 60h

- **Justificativa:** O programa integra antropologia e educação para preservar memórias locais.
- **Áreas Temáticas:**
    - **Cultura e Arte** (Linha: Patrimônio Imaterial)
- **Objetivo:** executar e/ou dar continuidade a ações de extensão relacionadas ao PIEX

CAMPO DA CIÊNCIA POLÍTICA

PIEX 4 - Período: 6º | Carga Horária: 60h

- **Justificativa:** O programa discute políticas públicas e forma licenciados para atuar como agentes de conscientização política.
- **Áreas Temáticas:**
    - **Gestão Pública** (Linha: Direitos humanos; Redução das desigualdades)
- **Objetivo:** executar e/ou dar continuidade a ações de extensão relacionadas ao PIEX

PIEX 6 - Temática: "EDUCAÇÃO POLÍTICA EAD: FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA"
Período: 8º | **Carga Horária:** 60h

- **Justificativa:** A licenciatura exige preparo para ensinar ciência política de forma crítica. O programa usa EAD para criar ferramentas pedagógicas inovadoras.
- **Áreas Temáticas:**
    - **Educação e Cidadania** (Linha: Educação de qualidade)
- **Objetivo:** executar e/ou dar continuidade a ações de extensão relacionadas ao PIEX

QUADRO 8 - MODALIDADES DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO CURRICULARIZADAS PROPOSTAS, COM BASE NOS 6 PIEX DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (EAD)

Modalidade	**Descrição**	**Exemplos nos PIEX**	**PIEX Relacionado**
Projetos	Ações contínuas e planejadas, com objetivos específicos e duração definida.	- Produção de filmes etnográficos em comunidades (*Cinema e Sociedade*).	PIEX 2 e PIEX 3
		- Oficinas de educação popular (*Letramento nas Grota(s)*).	PIEX 4
		- Registro de saberes indígenas (*Encontros com os Povos Originários*).	PIEX 5
Cursos	Atividades formativas de curta/média duração para públicos específicos.	- Formação de professores em ativismo digital.	PIEX 2

		- Educação política para turmas de EJA.	PIEX 6
Eventos	Ações pontuais para debate, divulgação ou intervenção social.	- Mostras de cinema etnográfico com debates virtuais.	PIEX 2 e PIEX 3
		- Seminários online sobre políticas públicas ambientais.	PIEX 5
Publicações	Produção e difusão de materiais educativos, científicos ou culturais.	- Cartilhas antilgbtfóbicas para escolas.	PIEX 3
		- Zines colaborativos sobre memórias das grotas.	PIEX 4
Prestação de Serviços	Suporte técnico, consultivo ou educativo a comunidades.	- Orientação jurídica para comunidades afetadas pela Braskem.	PIEX 1 e PIEX 5
		- Assessoria a coletivos LGBTQIA+ em direitos humanos.	PIEX 3
Pesquisa Participante	Integração entre extensão e pesquisa, com envolvimento direto da comunidade.	- Mapeamento etnográfico de territórios digitais (*Etnografia Virtual*).	PIEX 3
		- Registro de histórias orais nas grotas de Maceió (*Memórias das Grotas*).	PIEX 4

Conforme exposto no Quadro 9, foram empregadas 6 modalidades de atividades extensionistas, distribuídas nos 6 PIEX: Projetos (4 ações: produção de filmes etnográficos, oficinas de educação popular, registro de saberes indígenas), Cursos (2 ações: formação em ativismo digital, educação política para EJA), Eventos (3 ações: mostras de cinema, seminários virtuais, debates online), Publicações (2 ações: cartilhas, zines colaborativos), Prestação de Serviços (3 ações: orientação jurídica, assessoria a coletivos) e Pesquisa Participante (2 ações: mapeamento etnográfico, registro de histórias orais). Totalizando 16 ações concretas, integradas às 360h de extensão (10% da carga horária do curso), com uso de ferramentas EAD para ampliar o alcance e a interação.

5.5.8. Ambientações

Além das atividades presenciais, a partir da instrumentalização do EAD, os PIEX utilizarão diversas plataformas cibernéticas como o Moodle, Google Meet, Padlet, Canva; além de ferramentas como podcasts, webinários, fóruns virtuais, acervos digitais; buscando manter a integração com escolas ao desenvolver parcerias para uso de tecnologias educacionais em aulas remotas.

5.5.9. Referências Legais

BRASIL. Lei 9394, 20 de dezembro de 1996 – Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm . Acesso em: 10 abr. 2025.
BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014 - Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação– PNE. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm . Acesso em: 10 abr. 2025.
FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). Política Nacional de Extensão Universitária. 2012. Disponível em: https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/politica-nacional-de-extensao/view .Acesso em: 10 abr. 2025.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Instrução Normativa PROEX nº 04/2021. 2021. Disponível em: https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/in-proex-04-2021.pdf/view. Acesso em: 10 abr. 2025.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Instrução Normativa do Comitê de Extensão das Unidades e Campi. Disponível em: https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/in-comite-de-extensao-das-unidades-e-campi.pdf/view. Acesso em: 10 abr. 2025.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Resolução do Conselho de Extensão (RCO) nº 04/2018. 19 fev. 2018. Disponível em: https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/rco-n-04-de-19-02-2018.pdf/view. Acesso em: 10 abr. 2025.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Instrução Normativa PROEX nº 04/2021. 2021. Disponível em: https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/in-proex-04-2021.pdf/view. Acesso em: 10 abr. 2025.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Diretrizes Gerais das Atividades de Extensão no Âmbito da UFAL. Disponível em: https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view. Acesso em: 10 abr. 2025.

5.6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES)

5.6.1. DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA

EMENTA:
Objeto, divisões e subdivisões da Antropologia. Natureza e cultura. Alteridade, etnocentrismo e relativismo cultural. O trabalho do antropólogo: método etnográfico. Antropologia e colonialismo. Determinismos biológico e geográfico. A formação da Antropologia científica: evolucionismo cultural do século XIX e seus limites. Diversidade e direitos humanos.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE
Problematizar como as Ciências Sociais podem servir como um instrumento reflexivo para a discussão de temas como Direitos humanos, Relações etnico-raciais, cidadania, bem como para a construção de políticas públicas que visam a solução de problemas sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CASTRO, Celso (org). Franz Boas. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.
CASTRO, Celso (org). Evolucionismo Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. 2ª edição. Bauru: Edusc, 2002.
LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1987.
ERIKSEN, Thomas Hylland. e NIELSEN, Finn Severt. História da antropologia. Trad. Euclides Luiz Calloni. Petrópolis: Vozes, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
DA MATTA, Roberto. Relativizando: uma Introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. KUPER, Adam. Cultura – a Visão dos Antropólogos. Bauru: EDUSC, 2002. LEVI-STRAUSS, Claude. Raça e historia. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo. São Paulo, UNESP/Paralelo 15, 2000. FONSECA, C.; CARDARELLO, A. D. L. Direitos dos mais e menos humanos. Horizontes Antropológicos, v. 10, n. 1, 1999, p. 83–122,. LARAIA, Roque. Cultura, um Conceito Antropológico. 24ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA

EMENTA:
A emergência da sociedade moderna e a institucionalização da Sociologia como ciência. A imaginação sociológica. Perspectivas sociológicas centrais. A pesquisa sociológica: principais métodos da sociologia. Conceitos sociológicos básicos. Temas da sociologia..

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE
Problematizar como as Ciências Sociais podem servir como um instrumento reflexivo para a discussão de temas como Direitos humanos, Relações etnico-raciais, cidadania, bem como para a construção de políticas públicas que visam a solução de problemas sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BOUDON, Raymond (org.). Tratado de sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
BRYM, Robert J. (... [et al.].). Sociologia: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Cengage Learning, 2006.
GIDDENS, Anthony. Sociologia. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MILLS, C. Wright. A imaginação sociológica. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERGER, Peter L. Perspectivas sociológicas: uma visão humanística. 28. ed. Petrópolis: Vozes, c1986.
LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: de Parsons aos contemporâneos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
RIUTORT, Philippe. Compêndio de sociologia. São Paulo: Paulus, 2008.

INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA

EMENTA:

Definição de "política". Noções básicas: Estado e instituições políticas; poder e autoridade; processo decisório; representação política e participação política; a "função" da política e da democracia. A distinção entre filosofia política e teoria política. A constituição da ciência política como campo científico. O objeto e o método da ciência política.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Problematizar como as Ciências Sociais podem servir como um instrumento reflexivo para a discussão de temas como Direitos humanos, Relações etnico-raciais, cidadania, bem como para a construção de políticas públicas que visam a solução de problemas sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AVELAR, L. e CINTRA, A. O. (Orgs.). Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung. São Paulo: Fundação UNESP Ed, 2004.
BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Vol. I e II, Ed. UnB, 1983.
DAHL, Robert. A Moderna Análise Política. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
SARTORI, Giovanni. A Política: Lógica e Método nas Ciências Sociais. Brasília, Ed. UnB, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARISTÓTELES. A Política. Ed. Unb, 1997.
BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade. Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.
DAHL, Robert. Sobre a Democracia. Brasília: Ed. UnB, 2001.
DUVERGER, M. Ciência Política: Teoria e Método. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
LIPSET, Seymour M. Política e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
PLATÃO. A República. Fundação Caloust Gulbenkian, 2010.
WEBER, Max. Ciência e Política - Duas Vocações. São Paulo: Cultrix, 1993.

ANTROPOLOGIA I

EMENTA:

A perspectiva funcionalista a partir da tradição francesa e da tradição britânica. Desenvolvimento metodológico da disciplina e a prática da observação participante. Debates sobre colonialismo, raça e etnia. Particularismo histórico e a escola cultura e personalidade.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Introduzir o aluno no conhecimento da ciência antropológica, oportunizando reflexões acerca do seu campo de atuação, de seus principais conceitos e dos esquemas intelectuais dos antropólogos pioneiros; o desenvolvimento da teoria evolucionista do final do século XIX que foi caracterizado pelo eurocentrismo e baseado em aspectos racistas de compreensão do desenvolvimento da humanidade; apresentar os primórdios da antropologia e de sua relação com a alteridade; explorar a vinculação entre colonialismo, o surgimento da antropologia e as principais correntes do pensamento

antropológico no século XIX; familiarizar o aluno com conceitos-chave da antropologia, tais como cultura, etnocentrismo e relativismo cultural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOAS, Franz. "As limitações do método comparativo em Antropologia" in *Antropologia Cultural*. Organizado, apresentado e traduzido por Celso Castro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004, pp. 25-39.
CASTRO, Celso (org). Evolucionismo Cultural. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ediyores, 2009.
CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. 2ª edição. Bauru: Edusc, 2002.
DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma Introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
LARAIA, Roque. **Cultura, um Conceito Antropológico**. 24ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
LEVI-STRAUSS, Claude. **Raça e historia.** 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LARAIA, Roque. Cultura, um Conceito Antropológico. 24ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
LEVI-STRAUSS, Claude. Raça e historia. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.
ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. História da Antropologia. Petrópolis: Vozes, 2010.
LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1987.
ROCHA, Everardo P Guimarães. O que é etnocentrismo. São Paulo, Brasiliense, 1984.ECKERT, Cornelia ; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da . "Etnografia: saberes e práticas". In: Céli Regina Jardim Pinto e César Augusto Barcellos Guazzelli. (Org.). Ciências Humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008, p. 9 a 24. Série Graduação.

ANTROPOLOGIA II

EMENTA:

A Antropologia e o processo de descolonização. Do estrutural-funcionalismo às escolas de Manchester e de Cambridge. Novas tendências do culturalismo norte-americano. Antropologia simbólica. O estruturalismo de Claude Lévi-Strauss. O interpretativismo de Clifford Geertz..

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Proporcionar ao aluno – a partir do encontro entre o conhecimento por ele trazido e o acadêmico – um maior aprendizado sobre a teoria e a prática antropológicas, através de um aprofundamento sobre as características da Antropologia moderna e, consequentemente, acerca da importância do trabalho de campo por meio de uma revisão histórica de suas principais orientações teóricas e metodológicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Col. Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1978.
MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** Cosac & Naify, 2003. 535 p.
RADCLIFFE-BROWN, A R. *Estrutura e Função na Sociedade Primitiva*. Col. Antropologia. Nº 2. Petrópolis, Vozes, 1973.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOAS, Franz. A mente do ser humano primitivo. 2. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2010
CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 1988. Sobre o pensamento antropológico. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário 83, Tempo Brasileiro, MCT, CNPq.
DURKHEIM, Emile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DA MATTA, Roberto. Relativizando: uma Introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. História da Antropologia. Petrópolis: Vozes, 2010.

ANTROPOLOGIA III

EMENTA:
Estrutura e história. Revisão dos conceitos de sociedade, cultura, natureza e indivíduo na produção antropológica. A crítica pós-moderna. Contribuições da antropologia feminista. Estudos pós-coloniais e decoloniais. Debates contemporâneos em antropologia..

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE
Proporcionar ao aluno uma ampla compreensão do desenvolvimento da antropologia pós-segunda guerra mundial, no âmbito das teorias e das metodologias de abordagens e direção de estudos e pesquisas; desenvolver no aluno uma capacidade de entendimento crítico da disciplina, abordando aspectos de grande abrangência social como processo de descolonização, o movimento dos próprios nativos em se especializarem como antropólogos nativos, ou o engajamento adotado como orientação em trabalhos colaborativos, como parte integrante de processos de legitimação de direitos das populações estudadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
LEVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer – uma descrição do modo de subsistênciae das instituições políticas de um povo nilota*. Col. Estudos. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1993.
SAHLINS, Marshall. Cultura e Razão Prática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BOAS, Franz. A mente do ser humano primitivo. 2. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2010
CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 1988. Sobre o pensamento antropológico. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário 83, Tempo Brasileiro, MCT, CNPq.
DURKHEIM, Emile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
DA MATTA, Roberto. Relativizando: uma Introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. História da Antropologia. Petrópolis: Vozes, 2010.

CIÊNCIA POLÍTICA I

EMENTA:
Estudo analítico dos princípios teóricos da modernidade. Contribuições clássicas da teoria política moderna. Contratualismo clássico. Teoria da partição dos poderes. Federalismo.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE
Familiarizar o aluno com conceitos básicos da ação política e sua extensão para o conjunto das mais diferentes ações sociais. Proporcionar aos alunos a oportunidade de compreender que a política não é uma atividade restrita às instituições político-jurídicas, mas também presente nas rotinas cotidianas dos cidadãos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARISTÓTELES. A Política. In : OS PENSADORES. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1999.
MAQUIAVEL, Nicolau. O Princípe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
MAQUIAVEL, Nicolau. OS PENSADORES. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. 12. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). Dicionário de Política. Brasília: Editora UNB, 2007.
CHATÊLET, François. et ali. História das Idéias Políticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2000.
WEFFORT, Francisco C., (Org). Os Clássicos da Política. São Paulo: Ática, 1989.

CIÊNCIA POLÍTICA II

EMENTA:

Estudo das principais correntes de pensamento e autores situados entre as primeiras décadas do século 19 e as primeiras décadas do século 20. Liberalismo e utilitarismo. Marxismo. Conservadorismo. Elitismo.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Reconhecer a importância da dimensão do conceito de contrato social para a ideia de democracia e sua interface com os conceitos de cidadania e direitos humanos. Assinalar a importância da crítica social e da ideia justiça social para o conceito contemporâneo de democracia

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HOBBES. Coleção Os Pensadores: São Paulo: Abril Cultural, 1979.
LOCKE. Coleção Os Pensadores: São Paulo: Abril Cultural, 1978.
ROUSSEAU, Jean Jacques. O Contrato Social. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBBIO, Norberto . Teoria das formas de governo. 9ª Ed. Brasília: Editora da UnB, 1997.
_____ . Liberalismo e Democracia. São Paulo: Brasiliense: 2005
CHATÊLET, François. et al. História das Idéias Políticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
ELSTER, Jon. Marx hoje. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
WEFFORT, Francisco C., Org., Os Clássicos da Política. São Paulo: Ática, 1989.

CIENCIA POLÍTICA III

EMENTA:

Estudo das principais correntes de pensamento e autores da teoria política contemporânea a partir do segundo pós-guerra. Pluralismo. Neorrepublicanismo. Cultura Política. Institucionalismo. Escola Racional. Teorias da democracia.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Assinalar a importância da relação entre democracia e participação política, ampliando a dimensão da política para além da esfera jurídico-formal. Numerar as várias vertentes contemporâneas da democracia e sua interface com a constituição do Estado Democrático de Direito, o Meio Ambiente e os Novos Movimentos Sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DAVIS, Morton D. Teoria dos jogos. SP: Cultrix, 1970.
HUNTINGTON, Samuel P. O choque de civilizações. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e social-democracia. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARENDT, Hanna (2007), A condição Humana. Ed. 10ª. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.
CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
CHÂTELET, François, DUHAMEL, Olivier e PISIER-KOUCHNER, Évelyne. História das ideias políticas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1990.
RAWLS, John (2000), Uma Teoria da Justiça. Ed.2ª São Paulo: Martins Fontes.

SOCIOLOGIA I

EMENTA:

Referências histórico-filosóficas, perspectivas teórico-metodológicas e o aparato conceitual de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Utilização desses clássicos da sociologia para interpretação das sociedades modernas e contemporâneas

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Situar as principais categorias analíticas surgidas no período, relacionando-as com a estrutura das transformações científicas surgidas no século XIX, assim como a estrutura de valores presentes naquele período nas sociedades europeias. Compreender, desse modo, o debate ético-moral em que os preCursores da sociologia estavam envolvidos, destacando a força política assumida pelo tema dos direitos humanos e o princípio da dignidade humana universal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Lisboa: Ed. 70, 1993.
WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1972. 2v..

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
COSTA, Cristina. Sociologia - Introdução à ciência da sociedade. Editora Moderna: São Paulo, 1997.
DURKHEIM, Émile. Sociologia e filosofia. São Paulo, Cone Editora, 1994.
QUINTEIRO, Tânia. Um toque de clássicos. Belo Horizonte, UFMG, 2003.
WEBER, M. Economia e sociedade. Vol. 1. Brasília: UnB, 2004.

SOCIOLOGIA II

EMENTA:

Teorias sociológicas da primeira metade do século XX. Funcionalismo estadunidense.
Fenomenologia. Escola de Chicago. Interacionismo Simbólico. Teoria Crítica e Escola de Frankfurt da primeira geração.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Fornecer uma visão panorâmica acerca do processo de expansão do capitalismo industrial, fomentando uma analise crítica e reflexiva acerca dos impactos políticos, ambientais, culturais e econômicos resultantes da consolidação das sociedades industriais, destacando a força e a velocidade das mudanças ambientais provocadas pelo advento da industrialização em larga escala, cujo resultado acabou comprometendo parte dos recursos naturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia alemã I – Crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, Bruno Bauer e Stirner e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas. Lisboa / Rio de Janeiro:Editorial Presença Martins Fontes, s/d.
MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Martin Claret, 2002.
MARX, K. e ENGELS, F. Manuscritos econômico-filosóficos. Martin Claret: São Paulo, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
COSTA, Cristina. Sociologia - Introdução à ciência da sociedade. Editora Moderna: São Paulo, 1997.
MARX, Karl. O capital. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
QUINTEIRO, Tânia. Um toque de clássicos. Belo Horizonte, UFMG, 2003.
TURNER, Jonathan H. Sociologia. Conceitos e aplicações. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

SOCIOLOGIA III

EMENTA:

Teorias de síntese. Agência e Estrutura. A praxiologia de Pierre Bourdieu. A sociologia configuracional de Norbert Elias. A teoria da estruturação de Anthony Giddens. Perspectivas teóricas da virada do sec. XX e início do XXI

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Promover uma reflexão abrangente e fiel sobre os métodos de construção de uma teoria da ação, notadamente no que diz respeito às relações entre agência e estrutura no debate norte-americano. Permitir que os discentes compreendam a construção de uma agenda empírica que passou a envolver novos temas e objetos no contexto do pós Segunda Guerra Mundial, como o tema da diferença, da tolerância, do multiculturalismo, da descolonização e das novas identidades e pertencimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PARSONS, Talcott. Sociedades. Perspectivas evolutivas e comparativas. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.
GIDDENS, Anthony. Política, sociologia e teoria social. Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: Unesp, 1998.
GOFFMAN, Erving. "Introdução", "Representação", "A arte de manipular a impressão" e "Conclusão", in A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADORNO, Theodor W. Sociologia. São Paulo: Ática, 1986.
ARANTES, P. Adorno e Horkheimer (Coleção Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1991.
ELSTER, Jon. Peças e engrenagens das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Relimé-Dumará, 1994.
JOAS, Hans. "Interacionismo Simbólico", in GIDDENS, Na e TURNER, J. (orgs.) Teoria Social Hoje. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
QUINTANEIRO, Tânia. Labirintos simétricos. Introdução à teoria sociológica de Talcott Parsons. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

EMENTA:

Estudos sobre a produção sociológica, Antropológica e Política brasileira: tendências, contexto histórico e principais obras. Aspectos históricos, sociais, econômicos, políticos, culturais e ideológicos da sociedade brasileira. Introdução ao desenvolvimento histórico do pensamento político e social brasileiro. Clássicos do pensamento político e social brasileiro.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE
Promover uma reflexão sócio-histórica acerca da gênese do pensamento social brasileiro durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, chamando atenção para a presença recorrente do tema da mestiçagem, da raça, das classificações étnicas e regionais no interior do pensamento social brasileiro. Imprimir uma discussão que permita constatar os mecanismos de dominação e exclusão étnico-raciais, assim como a intensificação dos conflitos e das formas de controle étnico-raciais após a abolição da escravidão e Proclamação da República

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
FREYRE, Gilberto. Interpretação do Brasil. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1971.
HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26ª ed. 11ª reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras, 2001 [1936].
FERNANDES, Florestan. A sociologia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1977.
IANNI, Octávio. Sociologia e sociedade no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BOMFIM, Manoel. A América Latina: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
CARVALHO, José Murilo de. "As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate". In: CARVALHO, José Murilo. Nação e cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
FERNANDES, Florestan. A Integração do negro na sociedade de classes. ALONSO, Angela. Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
LARRETA, Enrique Rodrigues e GIUCCI, Guilhermo. Gilberto Freyre: uma biografia cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
PRADO JR., Caio. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1966.

.

5.6.2. CONTEÚDOS CURRICULARES DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

TECNOLOGIAS DIGITAIS

EMENTA:
A Educação a Distância como uma modalidade de organização curricular, com possibilidades de (res)significar paradigmas educacionais. A organização de um sistema de Educação a Distância: a tutoria; a produção de material didático; o sistema de gestão; o processo de comunicação; o processo de avaliação. Plataformas de Ensino a Distância (EAD). Ferramentas de comunicação e colaboração (e-mail, fóruns, chats, videoconferências). Ferramentas de produção e organização de conteúdo (documentos compartilhados, blogs, wikis).

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE: Problematizar como a inclusão digital pode ser uma política que reduz formas de desigualdade, como aquela relacionada a monopolização do conhecimento e da informação. Refletir sobre as possibilidades da construção de ferramentas técnicas que permitam o acesso de deficientes auditivos e visuais ao conteúdo dos Cursos ministrados na modalidade EAD.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ALVES, L. NOVA C.(Org.). Educação a distância: uma nova concepção e aprendizado e interatividade. São Paulo:Futura,2003.
LITWIN,E.(Org.).Tecnologia Educacional:política,histórias propostas. Porto Alegre:ArtMed,1997.

SILVAJUNIOR,J.dosR..Reformasdoestadoedaeducaçãoeaspolíticaspúblicasparaaformaçãodeprofessoresa distância: implicações políticas e teóricas. In: Revista Brasileira de Educação – ANPED. Rio de Janeiro, Set/dez 2003,p.78-94.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PETERS, O. Didática do ensino a distância. São Leopoldo: UNISINOS, 2001.
PRETI, O. Autonomia do aprendiz na educação a distância: significados e dimensões. In: _____. (Org.). Educação a distância: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT; Brasília, DF: Plano, 2000. p. 125-145.
SILVA, M. EAD on-line, cibercultura e interatividade. In: ALVES, L.; NOVA, C. (Org.). Educação a distância: uma nova concepção de aprendizado e interatividade. São Paulo: Futura, 2003. p. 51-73.
VIGNERON, J. A universidade aberta e o trabalhador estudante. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). Comunicação e educação: caminhos cruzados. São Paulo: Loyola, 1986. p. 355-359.
_____. Comunicação interpessoal e formação permanente. São Paulo: Angellara Editora, 1997.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO

EMENTA:

As Ciências e o Conhecimento Científico: sua natureza e o modo de construção nas Ciências Humanas e Sociais. Diferentes formas de conhecimento da realidade. A construção do conhecimento científico e a pesquisa em educação. Aspectos técnicos do trabalho científico. Diretrizes para a leitura, análise e interpretação de textos. NBRs da ABNT de organização do trabalho e da pesquisa. NBRs 6023; 10520; 14724.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Analisar autores e textos originais que fundamentam a Teoria do Conhecimento e compreender os problemas essenciais do fenômeno do conhecimento. Compreender conceitos básicos inseridos nos processos de leitura e produção textual, reconhecendo suas implicações para a formação do sujeito crítico (aluno-leitor e produtor de textos). Desenvolver competências no campo da leitura e da escrita necessárias à vida acadêmica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação -referências
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024: informação documentação - numeração progressiva das seções de um documento escrito apresentação. Rio de Janeiro: 2012.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: informação e documentação - resumo - apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação - citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FAZENDA, I. (Org.) Novos enfoques da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1994.
LAVILLE, C. e DIONNE, J. Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
PÁDUA, E. M. M. de. Metodologia da pesquisa. Campinas/SP: Papirus, 2000.
TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
RAMPAZZO, L. Metodologia Científica. São Paulo: Loyola, 2002.

HISTÓRIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

EMENTA:
Percurso histórico do ensino de sociologia no Brasil, do início até a contemporaneidade.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE
Refletir sobre a trajetória de formação dos professores de sociologia no ensino médio e as mudanças normativas ao longo dos períodos históricos. Analisar as metodologias de formação de docentes na Licenciatura de Ciências Sociais, com ênfase na prática de ensino e de modo a viabilizar uma perspectiva que permita o tratamento transversal de questões sobre o ensino de sociologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acessado em 20/03/2013.
PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO MÉDIO E GUIA PNLD 2012 – Ensino Médio Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guia-do-livro/item/2988-guia-pnld-2012-ensino-m%C3%A9dio>. Acessado em 20/03/2013.
DOCUMENTOS REFERENTES AOS CURSOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=293&Itemid=358>>. Acessado em 20/03/2013.
MICELI, Sérgio. História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 1. São Paulo: Sumaré, 2001.
MICELI, Sérgio. História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 2. Sao Paulo: Sumaré, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HANDFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz F. (Orgs.). A sociologia vai à escola: história, ensino e docência. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2009.
OLIVEIRA, A. A formação de professores de Ciências Sociais frente às políticas educacionais. Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 3, n. 2, Dez, p. 132-152, 2013.
OLIVEIRA, A.; BARBOSA, V. S. L. Formação de professores em Ciências Sociais: desafios e possibilidades a partir do Estágio e do PIBID. Revista Inter-Legere, Natal, n. 13, p. 140-162, 2013.
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
BODART, Cristiano das Neves, Cigales, Marcelo. O ensino de sociologia no século XIX: Experiências no estado do Amazonas, 1890-1900. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, 28, 123–14, 2021.
BODART, Cristiano das Neves; Tavares, Caio dos Santos. Configurações territoriais dos cursos de formação de professores de Sociologia no Brasil (1934-2017): Disputas e implicações. Ciências Sociais Unisinos, 55(2), 246–259, 2019.
BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. Dicionário do ensino de Sociologia. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020.
CIGALES, Marcelo. A Sociologia Católica no Brasil: Análise sobre os manuais escolares (1920-1940). 2019. (Tese de doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina.
LIMA, Vinícius Carvalho. Os sentidos do ensino de sociologia no Brasil nos anos 1920-1940. Rio de Janeiro: Appris. 2020.
MEUCCI, Simone. Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2011.
NEUHOLD, Roberta Reis. A centralidade da didática no projeto fundador da Revista Sociologia. Revista Brasileira de História da Educação, 23(1), e289–e289, 2023.
MORAES, Amaury. Ensinar Sociologia: formação do professor, pesquisa e ação política. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2023.

PRODUÇÃO E ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

EMENTA:
Estudo dos princípios básicos de produção de material didático. Análise crítica de diferentes suportes e linguagens. Aplicação de conceitos sociológicos na criação de conteúdos pedagógicos. Elaboração de recursos para o ensino de Sociologia. Uso de mídias digitais e impressas. Adequação de materiais aos contextos escolares. Produção de atividades interativas. Avaliação e adaptação de materiais didáticos. Discussão sobre inclusão e acessibilidade. Planejamento de sequências didáticas criativas e contextualizadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BANDEIRA, D. Materiais didáticos. Curitiba: IESDE, 2009.
BRAGA JR, A.X.. Projetos Integradores 4: Recursos Didáticos para o Ensino da Sociologia. (Desenvolvimento de material didático - Livro Didático). Curso de Licenciatura em Ciências Sociais EAD. Universidade Federal de Alagoas. Maceió: Edufal, 2014. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/175166/2/Manual_Projetos_integradores_4.pdf
FILATRO, Andrea. Produção de conteúdos educacionais. São Paulo: Saraiva, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
NOBREGA, J. A. S. Elementos para se pensar sobre a didática da Sociologia no ensino médio. Revista em Debate, v. 14, 2015, p. 101-121
SOUSA, J. C. M. TIC e ensino. In: SOUSA, J. C. M. O ensino de sociologia mediado pelas tecnologias da informação e comunicação: saberes e práticas docentes. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ensino – UERN

DIDÁTICA E METODOLOGIA DE ENSINO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

EMENTA:
Estudo dos fundamentos da didática aplicada às Ciências Sociais. Análise dos objetivos e conteúdos do ensino de Sociologia. Métodos e técnicas de ensino voltados para a área. Planejamento de aulas e sequências didáticas. Elaboração de estratégias participativas e críticas. Avaliação da aprendizagem em Ciências Sociais. Reflexão sobre o papel do professor e dos alunos. Uso de recursos didáticos diversos. Integração entre teoria e prática pedagógica. Discussão de experiências e práticas escolares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
MORAES, A. C. "Métodos inovadores no ensino de Sociologia no 2º grau", São Paulo, mimeo, 1997.
SANTOS, Mário Bispo, A Sociologia no contexto das Reformas do Ensino Médio, in CARVALHO, L. M. G. (org.) Sociologia e Ensino em Debate, Ijuí: Editora Unijuí, 2004.
TAKAGI, C. T. Livros didáticos, In: Ensinar Sociologia: análises de recursos na escola média. Dissertação de mestrado apresentada a FEUSP.2007.
TOMAZI, N. Dacio. Iniciação a Sociologia. São Paulo, 1993..

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
FERNANDES, Florestan (1955). Comunicação e Debates In Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia p.319-321 e 325-328, dias 23 e 24/06/1954, São Paulo: SBS
FERNANDES, Florestan (1985) O ensino de Sociologia na Escola Secundária Brasileira, In 1º Dossiê de Ciências Sociais, p. 46-58, São Paulo: CEUPES-USP/CACS-PUC (mimeo)
FERNANDES, Florestan (1986) A Sociologia como afirmação, In Octávio Ianni (org.). Sociologia, São Paulo: Ática.
FERNANDES, Florestan. Trocinhas do Bom Retiro, In: Folclore e Mudança Social na cidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

5.6.3. DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO DOCENTE

DIDÁTICA

EMENTA:
Estudo da didática, como práxis docente, nas suas dimensões política, técnico-pedagógica, epistemológica e cultural, bem como suas relações com o currículo e na constituição do ensino, considerando diferentes contextos sócio-históricos. Reflexão e conhecimento das proposições teórico-práticas quanto à relação professor-aluno-conhecimento e aos processos de planejamento e avaliação do ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
GANDIN, D.; CRUZ, C. Planejamento na sala de aula 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
LIBÂNEO, J. C. Didática. 2a edição. São Paulo: Cortez, 2013.
SAVIANI, D. Escola e Democracia. 42 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CASTRO, A. D.; CARVALHO, A. M. P. de. Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.
FREITAS, L. C. de. Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática
ed. Campinas/SP: Papirus, 2005.
LUCKESI. Avaliação da aprendizagem, componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

EMENTA:
Avaliação educacional e prática avaliativa no contexto do sistema e da educação escolar; A evolução histórica da avaliação; Diretrizes Curriculares Nacionais; BNCC: introdução, fundamentos e estrutura; e currículos estaduais, m municipais; Conhecer, examinar e analisar os resultados de avaliações em larga escala nacional e internacional; simulação ou criação de estratégias de melhoria dos resultados educacionais;
A avaliação de Projetos e de Planos; Avaliação Institucional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HOFFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção - da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação da aprendizagem
duas lógicas, Artes Médicas, Porto Alegre, 1999.
SARMENTO, Diva Chaves (Org.) O discurso e a prática da avaliação na escola. São Paulo: Pontes, 1997

DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

EMENTA:
Estudo dos processos psicológicos do desenvolvimento humano e da aprendizagem na adolescência e na fase adulta, relacionando-os com as diversas concepções de homem e de mundo, identificando a influência das diferentes teorias psicológicas na educação, numa perspectiva histórica. Relação entre situações concretas do cotidiano do adolescente e do adulto com as concepções teóricas de aprendizagem estudadas, considerando os fundamentos psicológicos do desenvolvimento nos

aspectos biológico, cognitivo, afetivo e social na adolescência e na fase adulta através das principais teorias da Psicologia do Desenvolvimento.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE
Sistematizar, em uma abordagem panorâmica, os conceitos básicos da Psicologia, introduzindo sua relação com a Educação no que diz respeito aos ciclos da vida e à natureza sociocultural do desenvolvimento humano e analisar criticamente as principais abordagens teóricas da Psicologia da Aprendizagem, suas implicações nas práticas pedagógicas e nos processos de ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ABERASTURY, A. e KNOBEL, M. Adolescência Normal. Porto Alegre: Editora Artes Médicas,1981.
BECKER, Fernando. Modelos Pedagógicos e Modelos Epistemológicos. Educação e Realidade. Porto Alegre, 19 (1): 89-96, jan./jun. 1993.
CASTRO, Amélia Domingues de. Piaget e a Didática: ensaios. São Paulo, Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
HENRIQUES, Maria Helena et alii - Adolescentes de Hoje, Pais do Amanhã: Brasil. HURLOCK, E. B. - Desenvolvimento do Adolescente - São Paulo: McGraw-Hill, 1979.
INHELDER, B. e PIAGET, J. Da Lógica da Criança à Lógica do Adolescente: Ensaio sobre a Construção das Estruturas Operatórias Formais. São Paulo: Livraria Pioneira Editores, 1976.
KAPLAN, Helen Singer - Enciclopédia Básica de Educação Sexual - Rio de Janeiro: Record, 1979.
KLEIN, Melanie - Psicanálise da Criança - São Paulo: Editora Mestre Jou, 1975.

PESQUISA EDUCACIONAL EM CIÊNCIAS SOCIAIS

EMENTA:
Pressupostos e características da pesquisa em educação. A pesquisa quantitativa e qualitativa em educação. Diferentes abordagens metodológicas de pesquisa em educação. Fontes de produção da pesquisa educacional: bibliotecas, meios informatizados, leitura e produção de textos e artigos com diferentes abordagens teóricas. Etapas de um projeto de pesquisa educacional para o Trabalho de Conclusão de Curso. O profissional da educação frente aos desafios atuais no campo da pesquisa educacional.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE
Subsidiar a compreensão do aluno sobre as técnicas de pesquisa e sobre a disciplina de Sociologia no ensino médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BECKER, Howard. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. Hucitec: São Paulo, 1999.
MINAYO, M. Cecília de Souza (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. OLIVEIRA, Amurabi. Etnografia para educadores. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ANDRÉ, Marli E. D. A. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995.
BOURDIEU, P; CHAMBOREDON, J.C; PASSERON, J.C. (2007)"Ofício de Sociólogo". Metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis, Rio de Janeiro.
GARCIA, Regina L. (Org.) Método: pesquisa com o cotidiano. RJ: DP&A, 2003.
SANTOS-FILHO, José e GAMBOA, Silvio. (Orgs.) Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. SP: Cortez, 1995.

SILVA, Ileizi Fiorelli. (2007). "A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina". Cronos, Natal-RN, v. 8, n. 2, p. 403-427, jul./dez. http://www.labes.fe.ufrj.br/didatica_especial/textos/ileizi_fiorelli_silva.pdf

GESTÃO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO ESCOLAR

EMENTA:

Estudo da gestão educacional no âmbito do(s) sistema(s), com foco no planejamento na/da escola como organização social e educativa: concepções, características e elementos constitutivos do sistema de organização e gestão do trabalho escolar, segundo pressupostos teóricos e legais vigentes, na perspectiva do planejamento participativo, tendo como eixo o projeto político-pedagógico.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Desenvolver uma genealogia do currículo no âmbito das reformas educacionais, examinando-o como tecnologia política constituída por disCursos econômicos, políticos, epistemológicos, culturais e sociais. Bem como analisar os fundamentos teóricos da avaliação educacional na dimensão de uma política situada histórica e culturalmente, de modo a conhecer e a problematizar concepções de avaliação da aprendizagem para repensar o processo educativo e a construção do saber crítico comprometido com necessidades sociais contemporâneas: inclusão, educação ambiental, direitos humanos, relações étnico-raciais etc.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. 6a ed. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

VASCONCELLOS, C. dos S. Planejamento: Projeto de Ensino- -aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Libertad, 2004.

VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (orgs.). As dimensões do Projeto Político-pedagógico. São Paulo: Papirus, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HERNANDEZ, Fernando. Repensar a função da escola a partir dos projetos de trabalho. PÁTIO revista Pedagógica nº 6 AGO/OUT 1998.

HERNANDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. 5º ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

LUCK, Heloísa. Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORAES, Mª Cândida. O paradigma educacional emergente. Campinas, SP: Papirus, 1997.

ROMÃO, José Eustáquio. Avaliação Dialógica: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1998 (Guia da Escola Cidadã v.2).

POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

EMENTA:

A Educação escolar brasileira no contexto das transformações da sociedade contemporânea. Análise histórico-crítica das políticas educacionais, das reformas de ensino e dos planos e diretrizes para a educação escolar brasileira. Estudo da estrutura e da organização do sistema de ensino brasileiro em seus aspectos legais, organizacionais, pedagógicos, curriculares, administrativos e financeiros, considerando, sobretudo a LDB (Lei 9.394/96) e a legislação complementar pertinente.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Proporcionar elementos para a análise das concepções e estratégias de gestão e de financiamento da educação complementar dos no Brasil contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGUIAR, Márcia Ângela. A formação do profissional da educação no contexto da reforma educacional brasileira. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto(org.). Supervisão educacional para uma escola de qualidade. 2ª ed. – são Paulo: Cortez, 2000.
BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: (Lei 9.394/96) / apresentação Carlos Roberto Jamil Cury. 4ª ed.- Rio de Janeiro: DP & A, 2001.
BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília. Presidência da República. 2003.
BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília. Conselho Nacional de Educação. 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Brasília. Senado Federal, UNESCO, 2001.
BRZEZINSKI, Iria (Org.) LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo:Cortez, 2000.
FÁVERO, Osmar (Org.) A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988). 2ª ed. Campinas, SP: autores Associados, 2001.
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 2º ed., São Paulo: Cortez, 2005.
VERÇOSA, Elcio de Gusmão (org.).Caminhos da Educação da Colônia aos Tempos Atuais. Maceió/São Paulo. Ed. Catavento:2001.

PROFISSÃO DOCENTE

EMENTA:

A constituição histórica do trabalho docente. A natureza do trabalho docente. Trabalho docente e relações de gênero. A autonomia do trabalho docente. A proletarização do trabalho docente. Papel do Estado e a profissão docente. A formação e a ação política do docente no Brasil. A escola como *locus* do trabalho docente. Profissão docente e legislação.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Refletir sobre a trajetória de formação dos professores de sociologia no ensino médio e analisar as metodologias de formação inicial de docentes na Licenciatura de Ciências Sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHARLOT, Bernard. Formação dos professores e relação com o saber. Porto Alegre: ARTMED, 2005.
ESTRELA, Maria Teresa (Org.) Viver e construir a profissão docente. Porto, Portugal: Porto, 1997.
LESSARD, Claude e TARDIF, Maurice. O trabalho docente. SP: Vozes, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Marisa V. Trabalho docente e profissionalismo. Porto alegre: Sulina, 1996.
ESTEVE, José M. O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru, SP: EDUSC,1999.
HYPOLITO, Álvaro. L. M. Trabalho docente, classe social e relações de gênero. Campinas: SP: Papirus, 1997.
TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 5a. ed., 2002.

LIBRAS

EMENTA:

Adquirir conhecimento em LIBRAS. Soletração. Expressar. Usar bastante a percepção visual. Conhecer expressão facial e corporal. Usar CLASSIFICADORES. Conhecer a Educação de Surdos. Proporcionar o conhecimento da Educação de Surdos e o aprendizado básico da Língua de Sinais – LS.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE
Propiciar a aprendizagem de aspectos culturais e linguísticos gerais e de uso de Libras, através de situações contextualizadas e que consideram o processo de inclusão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BRITO, Lucinda Ferreira. *Por uma gramática de Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.
FELIPE, Tanya A. *Libras em contexto:* Curso básico, livro do estudante cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, MEC, SEESP, 2001.
QUADROS, Ronice M., KARNOPP, Lodernir Becker. *Línguas de sinais brasileira:* estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIBLIGOGRAFIA COMPLEMENTAR:
COUTNHO, Denise. *Libras e Língua Portuguesa:* semelhanças e diferenças. João Pessoa Editor: Arpoador, 2000.
GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo, Editora Parábola: 2009.
LOPES FILHO, Otacílio (org.) *Tratado de fonoaudiologia*. São Paulo: Roca, 1997.
SACKS, Oliver W. *Vendo Vozes*: uma viagem a mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
SALLES, Heloísa M. M. Lima et. al. *Ensino de língua portuguesa para surdos:* caminhos para uma prática. 2 v. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília, MEC, SEESP, 2005.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

EMENTA:
Conhecimento do espaço escolar em suas múltiplas dimensões. Estrutura administrativa e pedagógica da escola pública e particular.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE
Refletir e atuar mediante a articulação de teoria e prática fundamentada na pesquisa científica, a vivência e a análise de práticas da gestão escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
AYRES, Antonio Tadeu. Prática pedagógica competente. Petrópolis: Vozes, 2004.
CANDAU, V. M. (org). Reinventando a escola. Petrópolis: Vozes, 2000
FERREIRA, Norma Syria. Formação continuada e gestão da educação. São Paulo: Cortez, 2003

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BODART, Cristiano das Neves. O que aprender para ensinar Sociologia. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2024.
MORAES, Amaury Cesar. Ensinar Sociologia: formação do professor, pesquisa e ação política. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2023.
ZORZI, Analisa, KIELING, Francisco Dos Santos. Metodologia do Ensino em Ciências Sociais. Curitiba, Intersaberes, 2013. pp.120.MICELI, Sérgio. História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 1. São Paulo: Sumaré, 2001.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

EMENTA:
Elementos e relações internas e externas que compõem o espaço escolar. As diversas atividades escolares, com ênfase em Ciências Sociais.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE
Refletir e atuar mediante a articulação de teoria e prática fundamentada na pesquisa científica, a vivência e a análise de práticas da gestão escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
AYRES, Antonio Tadeu. Prática pedagógica competente. Petrópolis: Vozes, 2004.
FERREIRA, Norma Syria. Formação continuada e gestão da educação. São Paulo: Cortez, 2003
MOREIRA, A. F. B. (org). Currículo: questões atuais. 2 ed. Campinas: Papirus, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ZORZI, Analisa, KIELING, Francisco Dos Santos. Metodologia do Ensino em Ciências Sociais. Curitiba, Intersaberes, 2013. pp.120.MICELI, Sérgio. História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 1. São Paulo: Sumaré, 2001.
MICELI, Sérgio. História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 2. Sao Paulo: Sumaré, 1995.
MULLER, Ademir. Avaliação institucional da gestão da escola pública. Santa Cruz do Sul. Edumisc, 2001.
OLIVEIRA, A.; BARBOSA, V. S. L. Formação de professores em Ciências Sociais: desafios e possibilidades a partir do Estágio e do PIBID. Revista Inter-Legere, Natal, n. 13, p. 140-162, 2013.
PINTO, José Madureira. Propostas para o ensino das Ciências Sociais. Lisboa: Afrontamento, 1994.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

EMENTA:
Conhecimento do espaço escolar em suas múltiplas dimensões. Elementos e relações internas e externas que compõe o espaço escolar. Legislação e Ensino das Ciências Sociais. O ensino das Ciências Sociais no Brasil.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE
Oportunizar aos alunos o conhecimento da história da educação no Brasil. Realizar diagnóstico das escolas da região. Refletir sobre a trajetória de formação dos professores de sociologia no ensino médio. Analisar as metodologias de formação de docentes na Licenciatura de Ciências Sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BODART, Cristiano das Neves. O que aprender para ensinar Sociologia. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2024.
MORAES, Amaury Cesar. Ensinar Sociologia: formação do professor, pesquisa e ação política. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BUENO, José Geraldo Silveira. Educação especial brasileira. São Paulo: Educ, 2004.
CANDAU, V. M. (org). Reinventando a escola. Petrópolis: Vozes, 2000.
GOMES, Nilma Lino; PETRONILHA, Beatriz Gonçalves. Experiências étnico-culturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
MAZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil. São Paulo: Cortez, 1996.
MENEGHETTI, Rosa Gitana; GAIO, Roberta. Caminhos pedagógicos da educação especial. Petrópolis, Vozes, 2004.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

EMENTA:
O ensino das Ciências Sociais no estado de Alagoas. O ensino das Ciências Sociais e as metodologias específicas para os diversos programas educacionais: educação indígena, educação à distancia, educação especial, educação infantil, educação rural e educação em assentamentos rurais de reforma agrária.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE
Oportunizar aos alunos o conhecimento da história da educação no Brasil. Realizar diagnóstico das escolas da região. Refletir sobre a trajetória de formação dos professores de sociologia no ensino médio. Analisar as metodologias de formação de docentes na Licenciatura de Ciências Sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ARANTES, Jorge. Programa especial de educação. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
BEHRENS, Marilda. Paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2005.
HANNAS, Maria Lúci; PEREIRA, Ieda Lúcia Lima. Nova prática pedgógica. São Paulo: Gente, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BUENO, José Geraldo Silveira. Educação especial brasileira. São Paulo: Educ, 2004.
CANDAU, V. M. (org). Reinventando a escola. Petrópolis: Vozes, 2000.
GOMES, Nilma Lino; PETRONILHA, Beatriz Gonçalves. Experiências étnico-culturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
MAZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil. São Paulo: Cortez, 1996.
MENEGHETTI, Rosa Gitana; GAIO, Roberta. Caminhos pedagógicos da educação especial. Petrópolis, Vozes, 2004.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO V

EMENTA:
Preparação, execução e avaliação de projeto de ensino/aprendizagem. Vivência direta da prática de ensino em Ciências Sociais.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE
Elaborar até o final do semestre um portfólio de aulas de sociologia para o ensino médio. Refletir sobre metodologias de ensino destinado aos alunos do ensino médio

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BEHRENS, Marilda. Paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2005.
CANDAU, V. M. (org). Reinventando a escola. Petrópolis: Vozes, 2000.
HANNAS, Maria Lúcia; PEREIRA, Ieda Lúcia Lima. Nova prática pedagógica. São Paulo: Gente, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (org). Reformas no mundo da educação. Parâmetros Curriculares e Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.
MORAES, A. C. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. Tempo Social, São Paulo, v. 15, n. 1, Abr. p. 5-20, 2003
MOREIRA, A. F. B. (org). Currículo: questões atuais. 2 ed. Campinas: Papirus, 2000.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO VI

EMENTA:
Regência de classe, em escolas públicas, privadas ou em programas/projetos educacionais. Preparação de relatório com a apresentação das atividades desenvolvidas em sala de aula.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE
Elaborar até o final do semestre um portfólio de aulas de sociologia para o ensino médio. Refletir sobre metodologias de ensino destinado aos alunos do ensino médio

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

OLIVEIRA, A. A formação de professores de Ciências Sociais frente às políticas educacionais. Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 3, n. 2, Dez, p. 132-152, 2013.
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014..

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (org). Reformas no mundo da educação. Parâmetros Curriculares e Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.
MORAES, A. C. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. Tempo Social, São Paulo, v. 15, n. 1, Abr. p. 5-20, 2003
MOREIRA, A. F. B. (org). Currículo: questões atuais. 2 ed. Campinas: Papirus, 2000.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO VII

EMENTA:

Preparação, execução e avaliação de projeto de ensino/aprendizagem com conteúdos mais diretamente trabalhados nas disciplinas de "Projeto pedagógico e organização do trabalho escolar" e "Pesquisa educacional".

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Realizar regência, conhecendo e compreendendo o funcionamento e organização do trabalho pedagógico desenvolvido em instituição escolar do ensino médio

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BODART, Cristiano das Neves. O que aprender para ensinar Sociologia. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2024.
OLIVEIRA, Amurabi. Etnografia para educadores. São Paulo: Editora Unesp, 2023.BEHRENS, Marilda. Paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2005.
CANDAU, V. M. (org). *Reinventando a escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, M. I. *Fim de século*: a escola e a Geografia. 2 ed. Ijuí/RS: Unijuí, 2003
CUNHA, Luiz Antonio. Educação brasileira: Projetos em disputa. São Paulo: Cortez, 1997.
HANNAS, Maria Lúcia; PEREIRA, Ieda Lúcia Lima. Nova prática pedagógica. São Paulo: Gente, 2000.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO VIII

EMENTA:

Continuidade da vivência direta da prática de ensino em Ciências Sociais, através da regência de classe, em escolas públicas, privadas ou em programas/projetos educacionais. Preparação de relatório com a apresentação das atividades desenvolvidas em sala de aula.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Realizar regência, conhecendo e compreendendo o funcionamento e organização do trabalho pedagógico desenvolvido em instituição escolar do ensino médio

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BODART, Cristiano das Neves. O que aprender para ensinar Sociologia. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2024.
OLIVEIRA, Amurabi. Etnografia para educadores. São Paulo: Editora Unesp, 2023.BEHRENS, Marilda. Paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2005.
CANDAU, V. M. (org). *Reinventando a escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HANNAS, Maria Lúcia; PEREIRA, Ieda Lúcia Lima. Nova prática pedagógica. São Paulo: Gente, 2000.
MOREIRA, A. F. B. (org). *Currículo*: questões atuais. 2 ed. Campinas: Papirus, 2000.
CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (org). *Reformas no mundo da educação*. Parâmetros Curriculares e Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

5.6.4. DISCIPLINAS OPTATIVAS

ANTROPOLOGIA VISUAL

EMENTA: O contexto de formação e desenvolvimento da Antropologia Visual. Os usos da imagem e seus significados na prática dos estudos antropológicos. As diferentes inter-relações entre o uso de registros etnográficos imagísticos (fílmicos, fotográficos e sonoros) e a produção de conhecimento antropológico. Antropologia visual e metodologia da pesquisa etnográfica.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE
Trata-se de proporcionar um entendimento dessa especialidade da Antropologia que lida com métodos e técnicas relacionados aos registros imagéticos e/ou de áudio etnográficos. Dessa forma, é uma disciplina que fornece ferramentas metodológicas de práticas de pesquisa etnográfica, podendo se articular com contextos em que se literalmente dá visibilidade às minorias sociais e/ou étnicas, servindo de instrumento de defesa de direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ANDRADE, Rosane de. Fotografia e antropologia: olhares fora-dentro. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade; EDUC; FAPESP, 2005. 132 p.
ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza C. "Etnografia na rua e câmera na mão". *Revista Studium*, Instituto de Artes Campinas SP, v. 8, p. 1-10, 2002 [disponível em http://www.studium.iar.unicamp. br/oito/2.htm]
PESSIS, Anne-Marie. Registro visual na pesquisa em ciências humanas. Recife: Ed. da UFPE, 2000. 124p.
MACHADO, Arlindo. Pré-cinemas & pós-cinemas. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.
MARTINS, José de Souza. Sociologia da fotografia e da imagem. São Paulo, SP: Contexto, 2008.
SAMAIN, Etienne. **O fotográfico.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2005
_____, "Ver" e "Dizer" na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. In: Horizontes Antropológicos nº2, Antropologia Visual. PPGAS/UFRGS, 1995. [Disponível em http://www6.ufrgs.br/ppgas/ha/pdf/n2/HA-v1n2a04.pdf]

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ALVES, Andre; SAMAIN, Etienne. Os argonautas do mangue. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP; S?o Paulo: Impr. Oficial, 2004**.**
BARBOSA, Andrea; CUNHA, Edgar Teodoro da. Antropologia e imagem. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.
CANEVACCI, Massimo. A cidade polifonica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 2004**.**

ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza C. Etnografia em outras linguagens: considerações para uma etnografia hipertextual. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol 31, nº90, 2016.
MACDOUGALL, David. O filme Etnográfico. Cadernos de Campo. São Paulo, vol 16, 2007.

ETNOGRAFIA: METODOLOGIAS E POLÍTICAS DO TRABALHO DE CAMPO

EMENTA: Orientações metodológicas no desenvolvimento da pesquisa antropológica; abordagens na pesquisa empírica: estudos comparativos, tipológicos, monográficos descritivos e laudos antropológicos; definições e alcances do objeto e do universo de uma investigação; as ferramentas e etapas do trabalho de campo; o tratamento de dados; os estilos de narrativa etnográfica, os relatórios de pesquisa e a escrita final do texto antropológico.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Orientar os alunos para compreensão e o uso de métodos e técnicas na pesquisa etnográfica, viabilizando o processo de reconhecimento e aplicação de direitos históricos e constitucionais de grupos étnicos, como é o exemplo da elaboração de laudos antropológicos periciais, de reconhecimento de territorialidades indígena e quilombola etc. Assim, é uma disciplina fundamental para os alunos interessados na realização de Trabalho de Conclusão do Curso voltados para abordagens empíricas e aplicação prática do conhecimento antropológico participativo e engajado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CLIFFORD, James A Experiência Etnográfica – antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ,1998.
GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LCT, 1989.
LAPLANTINE, François A Descrição Etnográfica. São Paulo: Terceira Margem, 2004.
OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo. 2ª Edição. São Paulo: UNESP, 2000.
SILVA, Vagner Gonçalves da. O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras. São Paulo: EDUSP, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECKER, Howard S. BECKER, Howard Saul. Segredos e truques da pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
BIANCO, Bela. Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2010
GOLDENBERG, Miriam A Arte de Pesquisar – como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.
MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lilian de Lucca (Org). Na metrópole: textos de antropologia urbana. 3. ed. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2008.
JAGGAR, Alisson. Amor e Conhecimento. Emoção na Epistemologia Feminista. In: Gênero, Corpo e Conhecimento. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Ventos, 1997.

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS PÓS-1988

EMENTA: A Constituição de 1988 e as reformas recentes do Estado brasileiro. Presidencialismo de Coalizão. Relação entre os poderes pós 1988. Análise dos sistemas partidário e eleitoral brasileiro. Comportamento legislativo.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Os conceitos de respeito mútuo, justiça e a solidariedade. O autocuidado, e vida coletiva e a política de conservação do meio ambiente. A relação entre Democracia, Direitos Humanos e Ética. Pluralidade cultural, cidadania e respeito à pessoa humana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio (Org.). Sistema Político Brasileiro: Uma introdução. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer/Editora da Universidade Estadual de São Paulo, 2004.
AMES, Barry. Entraves à democracia no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
AMORIM NETO, Otávio. Presidencialismo e Governabilidade nas Américas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer/FGV, 2006.
FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
INÀCIO, Magna & RENNÒ, Lúcio (Orgs.). Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
CARVALHO, Maria Alice; ARAÚJO, Cícero & SIMÕES, Júlio Assis (Orgs.). A Constituição de 1988: passado e futuro. São Paulo: Editora Hucitec/ANPOCS, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MAINWARING, Scott. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/FGV, 2001.
MELO, Carlos Ranulfo. Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmra dos Deputados (1985-2002). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
SANTOS, Fabiano. O poder legislativo no Presidencialismo de Coalizão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
LAVAREDA, Antônio. A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.
BENEVIDES, Maria Victoria & VANNUCHI, Paulo (Org.). Reforma política e cidadania. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

DEMOCRACIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

EMENTA:

Estudo sobre os movimentos sociais. Movimentos sociais e democracia. Movimentos sociais, Estado e a produção de demandas sociais. Redes de Movimentos Sociais e globalização. Movimentos sociais na ordem brasileira.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

A luta por reconhecimento no campo político. Democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade. Promoção do respeito à diversidade e à diferença. Inclusão, democracia e acessibilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOURDIEU, Pierre. Contrafogos 2: por um movimento social europeu. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2001.
LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
ZARTH, Paulo Afonso; MOTTA, Márcia (Org.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo, SP: UNESP, 2008.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MOISES, Jose Alvaro. Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80. Petrópolis: Vozes: CEDEC, 1982.
NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. A liberdade desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2005.
ABERS, Rebecca e BÜLOW, Marisa Uon. "Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?". Sociologias, 2011, vol.13, no.28, p.52-84.
GOHN, Maria da Gloria Marcondes. Movimentos sociais e educação. 6. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2005.
_____ . "Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na américa latina". Caderno CRH, 2008, vol.21, no.54, p.439-455.

SOCIOLOGIA URBANA

EMENTA:

Teorias sociológicas do fenômeno urbano. Modernização e mudança urbana. Cultura, cidade e ambiente. Urbanização latino-americana e brasileira. Condições contemporâneas do fenômeno urbano. Igualdade e desigualdade das condições de vida nas cidades.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

Fornecer conhecimento ao estudante que lhe permita ter uma compreensão panorâmica de diferentes dimensões da vida urbana e de dinâmicas de conflitos do passado e do presente, dando-lhe instrumentos para reflexão sobre desigualdades étnico-raciais, acesso a bens de mobilidade urbana como um direito fundamental, urbanização e impacto ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

WACQUANT, Loïc J. D. Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
SASSEN, Saskia. As cidades na economia mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
LOJKINE, Jean. O Estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LEPETIT, Bernard; SALGUEIRO, Heliana Angotti. Por uma nova história urbana. São Paulo: Edusp, 2001.
SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008

SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas e alternativas. 2. ed. : EDUSP, 2003.
CASTELLS, Manuel; CAETANO, Arlene (Trad.). A questão urbana. 4.ed. rev., acompanhada de um posfácio (1975). Paz e Terra, 2009
VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea

SOCIOLOGIA DA CULTURA

EMENTA:
Teorias sociológicas da cultura. Expressão e mimese. Intelectuais e batalhas culturais. Mercados de bens simbólicos. Análises das artes e diversões. Cultura e política. Movimentos culturais e cidade. Movimentos sociais e lutas simbólicas. Etnicidade e pertencimento cultural.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE
Fornecer ao estudante conhecimento sobre vínculos sociais e lutas simbólicas sob diferentes perspectivas, particularmente por direitos baseados em sensos de pertencimento étnico-raciais, conflitos populacionais ligados a intervenções urbanas e impactos ambientais, acesso a condições de produção, distribuição e consumo de bens culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.
HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CASSIRER, Ernst. Ensaio sobre o homem: introducao a uma filosofia da cultura humana. Martins Fontes, 1994
ELIAS, Norbert. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte = Die höfische gesellschaft.Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993 2v
WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 5. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2009.
GARCIA CANCLINI, Nestor. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalizacão. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO

EMENTA
Abordagens teóricas e pesquisas especializadas sobre o fenômeno religioso. Secularização e direções contemporâneas das práticas religiosas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
DURKHEIM, Emile. As formas elementares da vida religiosa. SP: Martins Fontes.
ELIADE, Mircea. Imagens e símbolos: ensaios sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: M. Fontes, 2002.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 5. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O messianismo no Brasil e no mundo. 3. ed. São Paulo: 2003. Alfa-Omega 440p
BASTIDE, Roger. O sagrado selvagem e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 275 p.
MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. Cosac & Naify, 2003. 535 p.
PRANDI, Reginaldo. Mitologia dos orixás. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
EVANS-PRITCHARD, E.E. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
VIEIRA, David Gueiros. O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

POLÍTICA E EDUCAÇÃO

EMENTA:

A política educacional no contexto das políticas públicas. A organização dos sistemas de ensino: contextos internacionais, nacionais e subnacionais. A legislação educacional.

OBJETIVOS E TRANSVERSALIDADE

É uma disciplina que se busca discutir a política educacional no contexto das políticas públicas e o Ensino de sociologia. Assim, tem como objetivo principal abarcar temáticas que subsidiem a produção de conhecimentos nessa área.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.
DE TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sergio. O Banco Mundial e as políticas educacionais. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.
SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.
AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A educação como política pública. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação e política no Brasil de hoje. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; CATANI, Afrânio Mendes. Constituições estaduais brasileiras e educação. São Paulo: Cortez, 1993.
ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Educação conformada: a política pública de educação no Brasil : 1930-1945. Juiz de Fora: UFJF, 2000.
CUNHA, Luiz Antonio. Educação, estado e democracia no Brasil. 5. ed. São Paulo: Cortez; Niterói: EDUFF, 2005.

PROGRAMA INTEGRALIZADO DE EXTENSÃO (PIEX 1 a 6)

EMENTA: Desenvolvimento de ações de extensão aos moldes como preconiza a resolução nº 4/2018-CONSUNI/UFAL. Desenvolvimento de ações extensionistas por estudantes, sob

uma orientação pedagógica docente e/ou técnico que inclua, dentre elas, pelo menos, a execução de dois projetos de extensão com duração mínima de duas semestralidades, cada, ao longo da graduação. Execução de ações extensionistas (projetos, cursos, eventos, produtos, prestação de serviços) cujas ementas e/ou objetivos estejam vinculados a, pelo menos, uma área temática de extensão que dialogue com as grandes áreas de conhecimento da graduação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). Política Nacional de Extensão Universitária. 2012. Disponível em: https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/politica-nacional-de-extensao/view .Acesso em: 10 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Instrução Normativa PROEX nº 04/2021. 2021. Disponível em: https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/in-proex-04-2021.pdf/view. Acesso em: 10 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Instrução Normativa PROEX nº 04/2021. 2021. Disponível em: https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/in-proex-04-2021.pdf/view. Acesso em: 10 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Diretrizes Gerais das Atividades de Extensão no Âmbito da UFAL. Disponível em: https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view. Acesso em: 10 abr. 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Lei 9394, 20 de dezembro de 1996 – Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm . Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014 - Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação– PNE. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm . Acesso em: 10 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Instrução Normativa do Comitê de Extensão das Unidades e Campi. Disponível em: https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/in-comite-de-extensao-das-unidades-e-campi.pdf/view. Acesso em: 10 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Resolução do Conselho de Extensão (RCO) nº 04/2018. 19 fev. 2018. Disponível em: https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/rco-n-04-de-19-02-2018.pdf/view. Acesso em: 10 abr. 2025.

5.7. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC

O uso das TICs, por parte dos estudantes com necessidades educacionais favorece não só o aprendizado, mas a participação, com autonomia, na vida acadêmica. Assim, a UFAL possui o Núcleo de Assistência Educacional – NAE – visando promover e facilitar a acessibilidade pedagógica, metodológica de informação e comunicação conforme previstas na Política de Acessibilidade. Desta forma, os docentes são incentivados a buscar junto a esses núcleos orientações sobre o uso devido dessas tecnologias.

No Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância, a formação ofertada na disciplina Introdução à EAD enseja a aproximação do discente com a plataforma de aprendizagem, coloca-o em contato com a prática da argumentação em fóruns temáticos sobre as demandas locais e gerais da aprendizagem e do ensino de Ciências Sociais.

Um Plano de Tutoria já se encontra implementado, com a atividade tutorial tendo servido de apoio logístico e apoio aos discentes, supervisão das atividades e avaliações presenciais e registros em atas. As atividades de tutoria em TIC funcionam no sentido de criar as condições adequadas de estudos para os discentes, facilitando a estes o acesso aos laboratórios de informática, biblioteca e outros espaços pedagógicos do seu pólo de Apoio Presencial, auxiliando-os, ainda, na organização de suas agendas de estudos e orientando-os na construção de uma metodologia que atenda às particularidades da modalidade de Educação a Distância.

O acesso dos alunos aos equipamentos tem sido franqueado nos laboratórios de informática em seus respectivos polos de apoio presencial, os quais apresentam data show e computadores, funcionando com sistema Linux e conexão web.

Portanto, o curso pretende integrar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) de forma estratégica e inclusiva. A plataforma virtual de aprendizagem adotada (Moodle) visa garantir acessibilidade digital e comunicacional, seguindo as diretrizes do Desenho Universal e da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), proporcionando recursos como leitores de tela, legendas em vídeos, tradução para Libras e alternativas textuais para conteúdos audiovisuais. Além disso, o ambiente virtual adotado permite a interatividade contínua entre docentes, discentes e tutores, por meio de fóruns, videoconferências, chats e atividades colaborativas, promovendo um aprendizado dinâmico e participativo.

A estrutura do curso assegura que os materiais didáticos e recursos educacionais estejam disponíveis 24 horas por dia, permitindo que os estudantes acessem conteúdos e realizem atividades em horários flexíveis. Para isso, a oferta de diferentes formatos de materiais, como textos interativos, podcasts, videoaulas e simulações, enriquece o aprendizado e atende a diversos perfis de estudantes. A utilização de metodologias ativas, como gamificação e estudos de caso mediados por TIC, possibilitará experiências diferenciadas de aprendizagem, ampliando a construção do conhecimento e estimulando a reflexão crítica, essenciais à formação em Ciências Sociais.

Dessa forma,garantimos, com o uso adequado das TIC no curso EAD de Ciências Sociais - Licenciatura, da UFAL, fortalecer a execução do projeto pedagógico, garantindo qualidade e acessibilidade na formação dos licenciandos.

5.8. AVA - AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é um elemento central no curso de Licenciatura em Ciências Sociais na modalidade a distância (EAD) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), garantindo a mediação pedagógica e a construção do conhecimento de forma acessível, interativa e colaborativa. O AVA utilizado pelo curso disponibiliza materiais e recursos tecnológicos apropriados, que estimulam a reflexão crítica sobre os conteúdos das disciplinas e promovem o desenvolvimento de competências essenciais para a formação de futuros docentes. A organização do AVA visa não apenas oferecer acesso a conteúdos didáticos, mas também favorecer

a interatividade entre estudantes, tutores e professores, possibilitando um aprendizado dinâmico e participativo.

A UFAL implementou, através da CIED, um nova arquitetura pedagógica, adotada a partir do ano de 2023, primeiro nos cursos de pós-graduação e estendida para a graduação em 2024. A nova arquitetura pedagógica traz a concepção das trilhas de aprendizagem, as quais são eixos estruturantes que visam ao aprendizado contínuo e progressivo dos conteúdos dos componentes curriculares. As trilhas se subdividem em 4 elementos: Problematização (abordagem inicial do componente, trazendo um estudo de caso ou outro objeto que enseje a aprendizagem baseada em problemas); Saberes e Descobertas (elemento voltado para a inserção de materiais de apoio didático, tanto de natureza básica, como complementar); Desafios (relativos às atividades de aprendizagem) e Mentorias (elemento relacionado aos encontros síncronos/aulas ou tutoria síncrona para sanar dúvidas dos estudantes).

A acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional do AVA é um princípio essencial para garantir que todos os estudantes possam usufruir plenamente das atividades acadêmicas, independentemente de suas condições individuais. Recursos como legendagem em vídeos, tradução para Libras, leitores de tela e formatos diversos de materiais asseguram uma experiência educacional inclusiva. Além disso, o ambiente passa por avaliações periódicas e documentadas, permitindo a identificação de necessidades e a implementação de melhorias contínuas, garantindo um ensino alinhado às demandas dos discentes e às inovações pedagógicas.

Assim, o AVA do curso de Ciências Sociais EAD da UFAL não apenas viabiliza o processo de ensino-aprendizagem, mas se consolida como um espaço fundamental para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos licenciandos, contribuindo para sua atuação crítica e reflexiva na sociedade.

5.9. ACOMPANHAMENTO DOS ALUNOS

Para o acompanhamento do aluno durante o Curso, o Instituto de Ciências Sociais utilizará o sistema de tutoria. Além disso, os professores também estarão em contato permanente com os alunos para possíveis orientações.

O aluno terá um acompanhamento sistemático e contínuo em seu processo de estudo e em suas atividades escolares, feitos pelo tutor presencial, que irá anotando suas observações em fichas próprias de registro, e pelo tutor a distância, através das ferramentas de acompanhamento e avaliação oferecidas pela plataforma do Curso.

Serão observados e analisados, entre outros: método de estudo do aluno; empenho na realização das atividades propostas; interesse e iniciativa para a leitura, o estudo e a pesquisa; participação nas atividades presenciais; participação nas videoconferências e nos fóruns; capacidade de questionar, refletir e criticar os conteúdos e abordagens propostas na disciplina; interlocução com os tutores e colegas de Curso; acompanhamento das discussões e abordagens propostas no material didático.

Se necessário, o aluno será aconselhado a reavaliar seu método de estudo. Neste caso, os tutores providenciarão aconselhamento e/ou providenciarão intervenções para ajudá-lo a superar as dificuldades de aprendizagem identificadas.

5.10. ATIVIDADES DE TUTORIA

As atividades de tutoria no curso de Licenciatura em Ciências Sociais na modalidade a distância da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) são estruturadas para atender plenamente às demandas didático-pedagógicas da formação acadêmica. A tutoria desempenha um papel essencial na mediação pedagógica, proporcionando suporte contínuo aos estudantes, tanto no ambiente virtual

de aprendizagem quanto em momentos presenciais, quando previstos. Os tutores, selecionados por edital público, possuem domínio do conteúdo específico das disciplinas, bem como dos recursos tecnológicos e materiais didáticos utilizados no curso, garantindo um acompanhamento qualificado e contribuindo para a construção do conhecimento de forma interativa e dinâmica.

O acompanhamento dos discentes pelos tutores, no processo formativo, é contínuo e pautado na orientação pedagógica e acadêmica, auxiliando na resolução de dúvidas, no desenvolvimento de habilidades críticas e reflexivas e na organização dos estudos. Além disso, as atividades de tutoria passam por avaliações periódicas conduzidas pelos estudantes e pela equipe pedagógica do curso, permitindo a identificação de desafios e oportunidades de aprimoramento. As informações coletadas nesses processos embasam ações corretivas e de aperfeiçoamento, possibilitando um planejamento cada vez mais eficiente e alinhado às necessidades dos licenciandos. Dessa forma, a tutoria no curso EAD em Ciências Sociais da UFAL se consolida como um suporte fundamental para a aprendizagem e para o sucesso acadêmico dos estudantes.

- Nesse sentido, são consideradas atribuições dos tutores:

- Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e estudantes;
- Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma de cada Curso ou disciplina;
- Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e responder às solicitações dos alunos no prazo máximo de 24 horas;
- Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- Colaborar com a coordenação do Curso na avaliação dos estudantes;
- Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela instituição de ensino;
- Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria;
- Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;
- Apoiar operacionalmente a coordenação do Curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações;

De modo mais específico, e considerando as distinções inerentes à diferenciação da atuação, e que pode ser identificada quanto ao exercício das funções de tutor presencial e tutor a distância, considera-se que o tutor presencial é o responsável pelo acompanhamento e atendimento do aluno diretamente nos polos nos quais o Curso é ofertado, sem que suas atividades se confundam com atividades de caráter administrativo e burocrático, devendo esta limitar-se, exclusivamente, a questões técnico pedagógico, remetendo-se às demandas do Curso.

Logo, o tutor presencial deve:

- Dominar as ferramentas do AVA;
- Conhecer o PPP do Curso;
- Acessar o Curso e as disciplinas no AVA frequentemente;
- Orientar e acompanhar o acesso e o cumprimento das atividades do aluno no AVA;
- Participar dos Cursos de formação em tutoria;
- Participar das reuniões pedagógicas, programadas pelo Curso e pelo polo;
- Mediar a comunicação entre o professor, alunos e coordenação;
- Acompanhar o cronograma das disciplinas e do Curso;
- Contatar os alunos indicados pelo tutor a distância;
- Elaborar relatório mensal de atividades a ser entregue ao coordenador de tutoria;
- Desenvolver estratégias e técnicas de estudo e de aprendizagem;
- Assegurar a qualidade do atendimento aos alunos no polo;
- Acompanhar o trabalho dos alunos, orientando, dirimindo dúvidas, garantindo a discussão;
- Acompanhar os alunos estimulando e motivando a permanência deles no Curso;

- Trabalhar em equipe, colaborando nas atividades com os demais tutores;
- Prestar suporte pedagógico no contexto das disciplinas;
- Colaborar no planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelos cursistas;
- Aplicar e acompanhar atividades nos encontros presenciais agendados, registrando a presença dos alunos;
- Apoiar operacionalmente a coordenação do Curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações;
- Selecionar e preparar os recursos didáticos e equipamentos necessários ao encontro presencial;
- Comunicar ao coordenador do polo as condições de funcionamento do polo e do Curso, das instalações, equipamentos, biblioteca;
- Comunicar ao coordenador do Curso e de tutoria as dificuldades para o andamento do Curso;
- Já o tutor a distância, na medida em que é o responsável pelo acompanhamento e atendimento do aluno no AVA, é atribuição do mesmo:
- Dominar as ferramentas do AVA;
- Conhecer o PPP do Curso;
- Dominar o conteúdo da disciplina;
- Participar dos Cursos de formação em tutoria;
- Participar das reuniões pedagógicas e atividades de plantão pedagógico programadas pelo Curso;
- Interagir com os tutores presenciais;
- Mediar a comunicação entre o professor, alunos e coordenação;
- Acompanhar o desempenho dos alunos, orientando, dirimindo dúvidas e favorecendo a discussão;
- Realizar o acompanhamento, correção e retorno dos trabalhos acadêmicos, dando feedback com no máximo 24 horas em dias úteis, caso seja necessário mais tempo para retorno, o tutor deve dar ciência ao aluno sobre o novo prazo;
- Participar dos fóruns nas disciplinas no AVA;
- Assegurar a qualidade do atendimento aos alunos, observando as suas necessidades referentes ao Curso;
- Elaborar relatório mensal de atividades a ser entregue ao coordenador de tutoria;
- Acompanhar o processo de avaliação no AVA, podendo atribuir nota sobre as atividades que forem postadas no ambiente e por ele corrigidas;

Para assegurar a excelência na tutoria, são realizadas avaliações periódicas que permitem identificar eventuais necessidades de capacitação, garantindo a constante atualização dos tutores em relação às metodologias educacionais e às inovações tecnológicas aplicadas ao ensino a distância. O curso conta com apoio institucional para fomentar práticas criativas e inovadoras, visando não apenas a manutenção da qualidade do ensino, mas também a permanência e o êxito dos estudantes. Dessa forma, a tutoria no curso EAD em Ciências Sociais da UFAL se configura como um elemento essencial na construção de um ambiente de aprendizagem dinâmico, acessível e estimulante, contribuindo significativamente para a formação dos futuros docentes.

5.10.1. FORMAÇÃO, EXPERIÊNCIA DOCENTE E NO EAD DA TUTORIA

A tutoria no curso de Licenciatura em Ciências Sociais na modalidade a distância da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) desempenha um papel fundamental na mediação pedagógica e no suporte ao processo de ensino-aprendizagem. Se exigirá dos tutores selecionados

que tenham experiência consolidada na educação a distância, o que lhes permitirá atuar de forma eficaz no acompanhamento dos estudantes, auxiliando-os na compreensão dos conteúdos e na superação de desafios acadêmicos. Essa experiência anterior, possibilita a sugestão de atividades e leituras complementares que enriquecem a formação dos discentes, contribuindo para um aprendizado mais profundo e contextualizado. Além disso, a equipe tutorial estabelece um relacionamento de qualidade com os alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem acessível, colaborativo e motivador.

A qualificação do corpo de tutores é um aspecto essencial para garantir a excelência acadêmica do curso. Todos os tutores deverão possuir, no mínimo, formação superior na área das disciplinas que acompanham, e preferencialmente, contar com titulação de pós-graduação lato sensu ou stricto sensu, garantindo assim, um alto nível de conhecimento e domínio dos conteúdos ministrados. Essa formação avançada permite que os tutores contribuam ativamente na construção do conhecimento dos licenciandos, articulando teoria e prática de forma coerente com as exigências da Educação a Distância (EaD).

Além da qualificação acadêmica, os tutores deverão possuir ampla experiência na modalidade a distância, o que lhes permite identificar e compreender as dificuldades dos estudantes, adaptando a linguagem e os métodos pedagógicos às características da turma. Eles colaboram com os docentes na elaboração de atividades específicas para atender alunos com dificuldades, utilizando estratégias inovadoras e comprovadamente eficazes no ensino a distância. O curso também incentiva a adoção de práticas pedagógicas diferenciadas, garantindo que a tutoria seja não apenas um suporte acadêmico, mas um elemento essencial para a permanência e o sucesso dos discentes ao longo de sua trajetória na licenciatura em Ciências Sociais.

5.10.2. INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENAÇÃO

A interação entre tutores, docentes e a coordenação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais na modalidade a distância é um elemento estruturante do processo formativo, e, por isso, visa garantir a mediação pedagógica e a articulação eficaz entre os diferentes atores envolvidos na educação a distância. Esse processo é sistematicamente planejado semestralmente e acompanhado pelo Colegiado de Curso e devidamente documentado, assegurando que as questões acadêmicas e organizacionais sejam tratadas de maneira coordenada, promovendo um acompanhamento contínuo dos discentes e o aprimoramento das práticas educacionais.

Para garantir a eficiência dessa articulação, são estabelecidos canais formais de comunicação, como reuniões periódicas, fóruns internos, registros em relatórios acadêmicos e plataformas institucionais de interação. Essas estratégias permitem a troca constante de informações, a resolução de desafios pedagógicos e a proposição de melhorias no curso. Além disso, avaliações periódicas são conduzidas para monitorar e fortalecer a qualidade dessa interação, identificando oportunidades de incremento na comunicação e colaboração entre tutores, docentes e coordenação. Esse modelo de gestão participativa contribui para a consolidação de um ambiente acadêmico dinâmico, integrado e orientado à excelência no ensino a distância.

5.10.3. MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE DOCENTES, TUTORES E ESTUDANTES

Quanto aos mecanismos que permitem a interação entre docentes, tutores e estudantes no âmbito do Curso, o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais – Licenciatura EAD, privilegiar-se-á a realização de encontros presenciais periódicos, e os quais devem contar com a presença de cada um dos atores diretamente envolvidos com a rotina do Curso. Além disso, também serão criados

espaços no ambiente de aprendizado (AVA) os quais permitem uma maior viabilidade desse processo de interação entre docentes, tutores e alunos.

Faz-se necessário ressalta também que, cada professor, no momento anterior à oferta das disciplinas, apresenta a coordenação do Curso e aos tutores o seu Plano de Tutoria - instrumento que orienta as atividades de tutoria. Ele é o documento que norteia as ações do tutor pontuando suas atividades e guiando os procedimentos para o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem junto aos alunos. Assim, antes do início das atividades do tutor, o professor organizará um momento para socialização e discussão do Plano de Tutoria e do Plano de Curso da disciplina. Este momento caracteriza-se como um espaço de diálogo e no qual ambos tenham espaço para a troca de experiência e conhecimento. Todavia, embora se ressalte a importância que esse momento ocorra antes do inicio de uma dada disciplina, o mesmo será mantido com certa periodicidade, pois ao longo da disciplina ou unidade curricular, pode-se fazer necessária a revisão e/ou ajuste dos conteúdos, materiais, recursos, atividades entre outros.

5.11. ENCONTROS PRESENCIAIS E FREQUÊNCIA

Os encontros presenciais são momentos em que alunos e professores se reúnem para a socialização do conhecimento, integração, explicações de novos conteúdos, trabalhos em grupo e avaliações individuais e/ou em grupo. Os encontros presenciais são realizados nos pólos de atendimento ao Curso. Cada disciplina contará com encontros presenciais com duração de aproximadamente três horas cada, podendo ocorrer no turno da manhã ou tarde. Os alunos participarão de atividades programadas de acordo com os objetivos do Curso: plantões pedagógicos, aulas práticas, videoconferências, trabalhos de campo, fóruns de discussão e avaliações da aprendizagem.

Nos plantões pedagógicos presenciais, os tutores disponibilizarão horários semanais para atendimento personalizado (tutoria individualizada) ou em pequenos grupos (tutoria grupal) aos alunos. Os horários serão estabelecidos em função das necessidades destes e de suas disponibilidades de tempo de estudo. Durante estes plantões, os tutores não terão como função “dar aulas”. Eles deverão orientar os alunos visando ajudá-los a superar as dificuldades que se lhes apresentam quanto à aprendizagem dos conteúdos, inserção no Curso, organização do tempo de estudo, realização das atividades de estudo programadas. O tutor presencial disponibilizará 20 horas semanais para tais plantões que serão momentos de assistência aos alunos nos pólos que estão alocados.

5.12. APOIO ACADÊMICO

- O curso conta com o apoio acadêmico da Coordenadoria Institucional de Educação a Distância (Cied) é um órgão vinculado à Reitoria da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), que tem como missão coordenar os planos e ações de Educação a Distância (EaD) na Ufal, e, nessa perspectiva, apoiar as iniciativas das Unidades Acadêmicas mediante suportes acadêmico e operacional, desenvolvendo ações variadas, tais como:
- Acompanhamento do processo de formação de professores para uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC);
- Introdução de atividades de EaD em cursos presenciais da Ufal;
- Suporte tecnológico e didático na produção de material didático para EaD;
- Apoio no desenvolvimento do Projeto Pedagógico de cursos, definição dos conteúdos, escolha de mídias e implementação de materiais em ambiente virtual;

- Realização de estudos, pesquisas, debates e eventos com a participação das Instituições de Ensino Superior (IES), sociedades científicas, empresas e setores da sociedade, direta ou indiretamente envolvidos com a EaD;
- Busca de financiamento para apoiar ações em EaD como, por exemplo, preparo de pessoal, monitoramento, gestão, implantação de polos descentralizados, aquisição de infraestrutura tecnológica e produção de materiais didáticos;
- Planejamento da política de infraestrutura tecnológica de EaD e dos polos de atendimento, envolvendo manutenção, modernização e segurança dos laboratórios, equipamentos e bibliotecas;
- Estruturação de equipe multidisciplinar para acompanhar as ações de EaD;
- Tutoria, suporte tecnológico, desenvolvimento web, acompanhamento e avaliação, assessoria e pesquisa para novos cursos.

5.13. MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL

A Coordenadoria Institucional de Educação a Distância da Ufal (CIED) possui um Núcleo (interno) com uma equipe multidisciplinar para elaboração dos materiais didáticos dos Cursos de EAD da UFAL: NPMF, o Núcleo de Produção de Materiais Didáticos e Formação.

Esses materiais passam por um processo de revisão linguística, diagramação, produção gráfica, revisão e validação dos seus conteúdos. Atualmente são produzidos livros em PDF (formato digital), videoaulas, animações e ilustrações. Que são disponibilizados no AVA da instituição para todos os alunos matriculados.

Cabe ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância a elaboração e escolha dos conteúdos pertinentes para cada disciplina. A política de atualização dos materiais didáticos é definida por cada curso. Neste caso, o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais prioriza a atualização a cada novo semestre no qual a disciplina é ofertada, sob a supervisão do colegiado do Curso. Além disso, coloca-se à disposição dos discentes o amplo acesso às Bibliotecas da UFAL, as quais dispõem dos títulos da bibliografia básica e complementar, também utilizadas nas matérias, além dos acervos de artigos e materiais on-line conforme definido por cada docente.

5.13.1. SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS

Atualmente são produzidos livros em PDF (formato digital), videoaulas, animações e ilustrações. São disponibilizados no AVA da instituição para todos os alunos matriculados.

Cabe ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais a distância a elaboração e escolha dos conteúdos pertinentes para cada disciplina.

O processo de revisão linguística, diagramação, produção gráfica, revisão e validação dos seus conteúdos é de competência do NPMF (Núcleo de Produção de Materiais Didáticos e Formação).

5.13.2. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – EAD

A estruturação e a condução deste curso de Licenciatura em Ciências Sociais conta com a atuação de uma equipe multidisciplinar, essencial para garantir a qualidade e a efetividade do ensino. Composta por profissionais de diversas áreas do conhecimento, essa equipe é responsável pelo desenvolvimento de metodologias inovadoras, produção de materiais didáticos e disseminação

de tecnologias educacionais, assegurando que os recursos utilizados sejam adequados às especificidades da Educação a Distância (EaD). Essa equipe é formada pelos professores do curso, que pela própria natureza das Ciências Sociais, já são multidisciplinares e oriundos de diversos campos do saber e, também, pela equipe auxiliar do CIED, órgão de apoio acadêmico vinculado à Reitoria, que coordena os planos de ações de Educação à Distância na Universidade Federal de Alagoas.

Para garantir a eficiência desse trabalho, há um plano de ação documentado e implementado, que orienta as práticas da equipe e estabelece processos formais para a concepção, produção e atualização dos conteúdos e ferramentas pedagógicas. Essa organização permite a integração entre especialistas em design instrucional, tecnologia educacional, acessibilidade, comunicação e docência, resultando em um ambiente de aprendizagem dinâmico e acessível. Dessa forma, a atuação da equipe multidisciplinar fortalece a experiência acadêmica dos estudantes, assegurando que a formação ofertada seja inovadora, inclusiva e alinhada às exigências da EaD e do ensino de Ciências Sociais.

5.14. DOCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS MODALIDADE A DISTÂNCIA

5.14.1. EXPERIÊNCIA ANTERIOR DO CORPO DOCENTE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O corpo docente deste curso de Licenciatura em Ciências Sociais (EAD) possui experiência consolidada no ensino a distância, garantida pela seleção de professores, através de edital público que exige essa experiência prévia como condicionante para a participação, o que possibilita uma atuação pedagógica qualificada e adaptada às especificidades dessa modalidade. Essa experiência permite aos docentes identificar as dificuldades dos discentes ao longo do percurso formativo, ajustando sua abordagem para tornar o conteúdo mais acessível e aderente às características da turma. Além disso, os professores utilizam exemplos contextualizados com os componentes curriculares, garantindo uma relação direta entre teoria e prática, fundamental para a formação crítica dos licenciandos.

A prática docente inclui a elaboração de atividades específicas voltadas para a promoção da aprendizagem de estudantes que enfrentam desafios no percurso acadêmico, bem como a aplicação de avaliações diagnósticas, formativas e somativas. Os resultados dessas avaliações são analisados e utilizados para o aprimoramento contínuo das estratégias pedagógicas, garantindo um ensino mais eficaz e alinhado às necessidades dos discentes e às TICs e modalidades atualizadas de processos de aprendizagem digitais.

Quadro 9 - PROFESSORES DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS QUE PARTICIPAM DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS A DISTÂNCIA

DOCENTE	**TRAB**	**TITULAÇÃO**	**Ano que iniciou no Curso**
Amaro Xavier Braga Júnior	DE	Doutor em Sociologia	01/04/2013
Bruno César Cavalcanti	DE	Mestre em Antropologia	11/03/2005
Élder Patrick Maia Alves	DE	Doutor em Sociologia	01/06/2013
Emerson Oliveira do Nascimento	DE	Doutor em Ciência Política	01/10/2012

Evaldo Mendes da Silva	DE	Doutor em Antropologia	01/06/2013
Fernanda Rechenberg	DE	Doutora em Antropologia	01/06/2013
Fernando de Jesus Rodrigues	DE	Doutor em Sociologia	01/12/2014
Gabriel Augusto Miranda Setti	DE	Doutor em Ciências Sociais	01/04/2013
João Batista de Menezes Bittencourt	DE	Doutor em Ciências Sociais	01/07/2014
João Vicente Barroso da Costa Lima	DE	Doutor em Sociologia	01/10/2012
Jordânia de Araújo Souza	20	Mestra em Antropologia	02/03/2016
José Alexandre da Silva Júnior	DE	Doutor em Ciência Política	01/07/2014
Júlio Cezar Gaudêncio da Silva	DE	Doutor em Ciência Política	01/10/2012
Luciana da Conceição Farias Santana	DE	Doutora em Ciência Política	01/10/2012
Marina Félix de Melo	DE	Doutora em Sociologia	01/04/2014
Nádia Elisa Meinerz	DE	Doutora em Antropologia	
Rachel Rocha de Almeida Barros	DE	Doutora em Antropologia	01/05/2013
Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira	DE	Doutora em Sociologia	02/03/2016
Sílvia Aguiar Carneiro Martins	DE	Doutora em Antropologia	01/05/2013
Siloe Soares De Amorim	DE	Doutora em Antropologia	
Welkson Pires da Silva	DE	Doutor em Sociologia	02/03/2016
Wendell Ficher Teixeira Assis	DE	Doutor em Planejamento Urbano e Regional	01/05/2015

5.15. COLEGIADO DO CURSO

Considerando os artigos 25 e 26 do Regimento Geral da UFAL:

Art. 25. O Colegiado de Curso de Graduação é órgão vinculado à Unidade Acadêmica, com o objetivo de coordenar o funcionamento acadêmico de Curso de Graduação, seu desenvolvimento e avaliação permanente, sendo composto de:

I. 05 (cinco) professores efetivos, vinculados ao Curso e seus respectivos suplentes, que estejam no exercício da docência, eleitos em Consulta efetivada com a

comunidade acadêmica, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução;

II. 01 (um) representante do Corpo Discente, e seu respectivo suplente, escolhido em processo organizado pelo respectivo Centro ou Diretório Acadêmico, para cumprir mandato de 01 (um) ano, admitida uma única recondução;

III. 01 (um) representante do Corpo Técnico-Administrativo, e seu respectivo suplente, escolhidos dentre os Técnicos da unidade acadêmica, eleito pelos seus pares, para cumprir mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução.

Parágrafo Único – O Colegiado terá 01 (um) Coordenador e seu Suplente, escolhidos pelos seus membros dentre os docentes que o integram.

Art. 26. São atribuições do Colegiado de Curso de Graduação:

I. coordenar o processo de elaboração e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no perfil do profissional desejado, nas características e necessidades da área de conhecimento, do mercado de trabalho e da sociedade;

II. coordenar o processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a integração docente-discente, a interdisciplinaridade e a compatibilização da ação docente com os planos de ensino, com vistas à formação profissional planejada;

III. coordenar o processo de avaliação do Curso, em termos dos resultados obtidos, executando e/ou encaminhando aos órgãos competentes as alterações que se fizerem necessárias;

IV. colaborar com os demais Órgãos Acadêmicos;

V. exercer outras atribuições compatíveis

5.16. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Em atendimento à Portaria 147/2007, ao Parecer CONAES 04/2010 e a Resolução CONAES 01/2010 a UFAL instituiu, através da Resolução 52/2012 no âmbito de seus Cursos de graduação os Núcleos Docentes Estruturantes – NDE – em conformidade com as especificações legais.

O primeiro NDE do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais EAD foi criado em 2012. É composto de, pelo mínimo de cinco membros, todos docentes com titulação de pós-graduação stricto senso e formação na área do Curso. Considera-se, igualmente, a afinidade da produção científica com o eixo do Curso e sua dedicação ao mesmo.

A comissão atual, que será reconduzida, a partir da aprovação desse PPC, será formada pelos seguintes professores:

Quadro 10 – Composição do NDE

PROFESSOR	REG DE TRAB	TITULAÇÃO	MEMBRO DESDE:
Amaro Xavier Braga Júnior	DE	Doutor em Sociologia	2016
Elder Patrick Maia Alves	DE	Doutor em Sociologia	2012
Emerson Oliveira do Nascimento	DE	Doutor em Ciência Política	2012
Marina Felix de Melo	DE	Doutora em Sociologia	2024
Sílvia Aguiar Carneiro Martins	DE	Doutora em Antropologia	2012

5.17. POLÍTICAS DE APOIO AOS DOCENTES E TÉCNICOS

Considerando a previsão legal expressa na Lei 5707/06, que dispõe sobre a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, a UFAL ajusta seu PDI a este novo paradigma, tendo como objetivo, sem prejuízo de outros, o desenvolvimento permanente do seu servidor. Nesse sentido, a instituição criou, em 2015, o Plano de Capacitação da UFAL. O referido plano tem como substrato legal a Lei 11.091/2005, no Decreto 5.707/2006, no Decreto 5.824/2006, no Decreto 5.825/2006 e na Lei 12.772/2012. A Lei 11.091, de 2005, estrutura o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE e define também a elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, integrado pelo Programa de Dimensionamento, Programa de Avaliação de Desempenho e Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento. O Decreto 5.707, de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e regulamenta dispositivos da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. O citado Decreto, em seus arts. 1º e 3º, dispõe sobre as finalidades e as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal. O Decreto 5.824, de 2006, estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005. O Decreto 5.825, de 2006, estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e, em seu art. 7º define os objetivos e as linhas de desenvolvimento do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento. Já a Lei 12.772, de 2012, estrutura o Plano de Carreiras dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – IFE, inclusive dos professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Ensino Básico Federal.

O referido plano tem como objetivos:

- Promover ações e estratégias de aprendizagem que visem atender ao corpo de servidores da UFAL, propiciando aquisição e aprimoramento de competências que agreguem valor de qualidade à instituição e valor social ao indivíduo, atendendo padrões de qualidade requeridos pela natureza da função e missão institucional;

- Contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; promover e apoiar as ações de capacitação e qualificação do servidor para o desenvolvimento da gestão institucional;

- Promover e apoiar a capacitação e qualificação do servidor para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da UFAL.

O público alvo do plano é composto por docentes e técnicos-administrativos da Universidade Federal de Alagoas. Estabelece também as seguintes metas: 1) acolhimento de 100% dos novos servidores por meio do Programa de Inserção dos Novos Servidores – PINS; 2) Capacitação de 10%, ao ano, do quadro atual de docentes para o exercício da docência; 3) Capacitação do quadro de docentes para uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação; 4) Capacitação de, no mínimo, 20% dos servidores para o exercício da gestão; 5) Capacitação de, no mínimo, 25% do quadro de servidores para o exercício funcional; 6) Capacitação de 100% do quadro de pessoal dos programas de pós-graduação para a inserção adequada de dados na plataforma de coleta anual da Capes; 7) capacitação de 100% dos servidores do Sistema SIBI/UFAL.

Dentre as políticas de apoio ao servidor, uma se destaca por ter como enfoque o docente: o Programa de Formação Continuada em Docência do Ensino Superior (PROFORD), que consiste em um plano de capacitação contemplando desde os docentes recém empossados, até aqueles com mais

tempo na instituição. O objetivo é incentivá-los à reflexão sobre suas práticas, estabelecendo uma intersecção entre ensino, pesquisa e extensão, dentro de dois enfoques: a prática docente e a atuação destes profissionais na gestão acadêmica e institucional. Esta política de apoio ao docente consolidada é objeto contínuo de avaliação, a fim de garantir a satisfação do professor e o respeito ao Princípio Constitucional da Eficiência.

Também, nessa direção, foi criado o Programa de Desenvolvimento de Pessoal – PDODEP/UFAL**.** Por meio deste programa, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), através da sua Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP), especialmente no âmbito do Edital 23/2014 (PRODEP), destinou recursos para a qualificação dos servidores docentes. O objetivo foi apoiar os servidores docentes da UFAL para a qualificação, mediante a concessão de bolsa em atividades de qualificação, em nível de pós-graduação Stricto Sensu. Os valores das referidas bolsas foram idênticos à modalidade de bolsas de doutorado instituída pelas CAPES/MEC. A origem dos recursos da UFAL para este Edital/Programa é decorrente do Programa de Auxílio à Pós-Graduação nas IFES (43590–Ação 20RK). O afastamento dos servidores docentes foi de 12 meses, tendo como contrapartida a conclusão do doutorado dentro do período de afastamento. Por meio dessa política, um dos poucos docentes do ICS/UFAL que ainda não possuíam o título de doutor concluiu o seu doutoramento no ano de 2015.

Seguindo esse diapasão, os principais eixos de estímulo e apoio à qualificação adotada no âmbito do Instituto de Ciências Sociais (ICS) obedeceram às diretrizes adotadas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e o Ministério da Educação (MEC), bem como a capacidade de mobilização interna do próprio instituto. Nesse sentido, nos últimos anos, o ICS/UFAL implementou três linhas de ação com vista a elevar a titulação do seu quadro docente, a consolidação das suas redes nacionais e internacionais de pesquisa, bem como a qualificação dos técnicos-Administrativos do ICS/UFAL. Desde 2012 essa política resultou na realização de cinco estágios de pós-doutoramento por parte dos professores do setor de sociologia do Instituto de Ciências Sociais (ICS/UFAL). Por meio da Chamada Pública MCTI/CNPq/MEC/Capes – Ação Transversal nº 06/2011 – Casadinho/Procad, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia do ICS/UFAL teve o projeto *As dinâmicas do desenvolvimento, da modernização e dos conflitos na Alagoas do séc. XXI*, aprovado junto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/MEC. A partir de 2012, os planos de trabalho individualizados dos docentes/pesquisadores passaram a ser realizados através de estágios realizados na cidade do Rio de Janeiro, junto ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), dois dos principais centros de excelência em pesquisa e pós-graduação na área das Ciências Sociais. Além da ida dos docentes do ICS/UFAL para a cidade do Rio de Janeiro, no período de sies meses, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/ICS) enviou estudantes do mestrado para a troca de experiências acadêmicas e institucionais. Dessa política de aperfeiçoamento e qualificação resultaram artigos científicos (publicados em periódicos especializados da área de Ciências Sociais); capítulos de livros e atividades de pesquisa em rede, envolvendo os docentes do ICS UFAL e os pesquisadores das instituições receptoras – IESP/UERJ e IFCS/UFERJ. Todos os docentes/pesquisadores do ICS/UFAL que realizaram o estágio de pós-doutoramento contaram com bolsas de pesquisa CAPES, na modalidade bolsas de pós-doutorado júnior ou sênior.

Ainda no âmbito da pós-graduação no ICS/UFAL, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia recrutou, em 2014, um pesquisador por meio do programa nacional de pós-doutorado (PNPD/CAPES).

5.18. POLÍTICAS DE APOIO AOS DISCENTES

As políticas de apoio aos discentes se fundamentam no PDI/UFAL e nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que objetiva viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010). Apoia, prioritariamente, a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social matriculados em Cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior –IFES. Sua instância de discussão e resolução é o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis –FONAPRACE, realizado anualmente e no qual a UFAL tem assento. Na ocasião são feitos diagnósticos e reflexões sobre a realidade estudantil nas IFES e se estabelecem as diretrizes e linhas de ação das Pró-Reitorias em nível nacional.

De acordo com o PDI/UFAL, as políticas discentes da instituição vão além do PNAES; pois trabalham também com a perspectiva de universalidade no atendimento dos estudantes que frequentam o espaço universitário. Assim, podem ser identificadas:

Apoio pedagógico - buscam reforçar e/ou orientar o desenvolvimento acadêmico; apoio ao acesso às tecnologias de informação e línguas estrangeiras, com a oferta de Cursos para capacitação básica na área. Atenção aos discentes como forma de orientá-los na sua formação acadêmica e/ou encaminhá-los/as a profissionais específicos para atendimento através da observação das expressões da questão social. Articulação com as Coordenações de Curso sobre dificuldades pedagógicas desses alunos e planejamento para superação das mesmas. Ex.: PAINTER, Monitoria, Tutoria;

Estímulo à permanência - atendimento às expressões da questão social que produzem impactos negativos na subjetividade dos estudantes e que comprometem seu desempenho acadêmico; atendimento psicossocial realizado por profissionais qualificados, com vistas ao equilíbrio pessoal para a melhoria do desempenho acadêmico; atendimento do estudante na área da saúde através da assistência médico odontológica; fomento à prática de atividades física e de esporte; promoção de atividades relacionadas à arte e cultura no espaço universitário; implementação de bolsas institucionais que visam ao aprimoramento acadêmico. Ex.: Bolsa Permanência (Pró-Graduando);

Apoio financeiro - disponibilização de bolsa institucional a fim de incentivar os talentos e potenciais dos estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de assuntos de interesse institucional, de pesquisa e/ou de extensão universitária que contribuam para sua formação acadêmica; disponibilização de bolsas aos discentes em situação de risco e vulnerabilidade social, prioritariamente, a fim de ser provida uma condição favorável aos estudos, bem como ser uma fonte motivadora para ampliação do conhecimento, intercâmbio cultural, residência e restaurante universitários. Ex.: PIBID, PIBIC, PET.

Organização estudantil – ação desenvolvida por intermédio de projetos e ações esportivos, culturais e acadêmico-científicos quer sejam promovidos pela universidade quer sejam promovidos pelos estudantes. Alguns espaços físicos são reservados para as atividades dos centros acadêmicos, vindo a colaborar com a ampliação dos espaços de discussão e diálogo que contribuam para a formação política dos estudantes. Ex.: Centros Acadêmicos, DCE.

Plano de acompanhamento do assistido – proporciona uma maior segurança para o aluno quanto à sua possibilidade de sucesso na instituição, evitando assim um aumento da retenção e/ou da evasão. Evita também a acomodação do mesmo ao longo do Curso. Busca a reorientação e a preparação para a saída dos mesmos, diminuindo a ansiedade entre a academia e o mercado de trabalho. Ex.: Estágios.

No âmbito da Unidade Acadêmica, em que o Curso Licenciatura de Ciências Sociais na modalidade a distância está sediado, destacamos as seguintes políticas institucionais de apoio aos discentes:

Programas de apoio pedagógico ao discente realizados pela Unidade, tais como: monitoria, tutoria, estágio, produção de material de apoio, acompanhamento da evasão e retenção, programa de nivelamento, mobilidade.

Quanto ao apoio de políticas de atendimento aos discentes, dispomos dos seguintes programas: Programa de Monitoria do Instituto de Ciências Sociais; Estágios Supervisionados para os Cursos de Bacharelado e Licenciatura; Núcleo Docente Estruturante (NDE), que acompanha o desenvolvimento didático e pedagógico dos discentes; Programa de Mobilidade Acadêmica do Mercosul; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); Programa de Ações Afirmativas (NEAB/Odè Ayé); Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) Ações para identificação das necessidades para suporte à Permanência (bolsas, restaurantes, residência universitária, assistência médico-odontológico, biblioteca, atendimento psicopedagógico etc). Questionário de avaliação elaborado e analisado pela comissão de auto avaliação da Unidade (CAA).

Quanto à Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil, apoio a eventos, etc). Os alunos dos Curso de Licenciatura em Ciências Sociais participam em todas as ações da Unidade através de sua representação estudantil, o Centro Acadêmico Florestan Fernandes. Em 2013 foi criada a Focus Consultoria Jr., Empresa Junior, vinculada ao curso presencial, que agrega alunos dos Cursos de graduação presencial e a distância (primeira oferta). .

Acompanhamento das políticas afirmativas na unidade: A Unidade acompanha e apoia as políticas afirmativas incentivando a inserção de alunos bolsistas/cotistas nos projetos de pesquisa e extensão dos docentes e em outras atividades acadêmicas, tais como seminários, congressos e demais eventos de natureza acadêmica.

Acompanhamento dos egressos. Busca-se criar instrumentos para identificar e fazer o acompanhamento dos nossos egressos, em todos os Cursos de graduação e pós graduação sediados na unidade.

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais-Licenciatura, modalidade Educação a Distância, visando maximizar o apoio ao discente, conta com professores que desenvolvem projetos pesquisas nas áreas de Sociologia, Antropologia, Ciência Política e, mais especificamente, no Ensino de Sociologia.

Dentre os projetos institucionais de pesquisa desenvolvidos contamos com iniciativas do Programa de Iniciação à Docência (PIBID), Programa de Ações Interdisciplinares (PAINTER), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), além de outros projetos de pesquisa a exemplo da Chamada Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

6. AVALIAÇÃO

6.1. AVALIAÇÃO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL

A avaliação conforme concebida no Projeto Pedagógico Institucional – PPI – é um fator de gestão no sentido de possibilitar correções, reorientar práticas pedagógicas, refletir sobre os projetos pedagógicos, delimitar os obstáculos administrativos e se processa no âmbito do Curso pelo acompanhamento do Projeto Pedagógico e pela avaliação do processo ensino/aprendizagem. Deste modo, ela se explicita, de forma clara e objetiva, no Projeto Pedagógico de Curso que, deverá prever tempo amplo para o processo de sua auto-avaliação pedagógica.

A avaliação é um mecanismo que contribui para as respostas dadas às demandas da sociedade e da comunidade científica e deve ser entendida como um processo amplo e co-participativo, respeitando os critérios estabelecidos no regulamento geral dos Cursos de graduação.

Ela transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e deve ser integrada ao PPC como dado que interfira consistentemente na ação pedagógica do Curso, de maneira que garanta a flexibilização curricular e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a UFAL. A avaliação requer, portanto, por parte de todos os atores envolvidos com o processo educacional, uma permanente aferição avaliativa do Projeto Pedagógico em relação aos fins pré-constituídos, às metas e às ações definidas. Assim, a avaliação deve ser percebida como movimento de reflexão sobre os constitutivos do processo de ensino-aprendizagem, do plano político-pedagógico e das atividades curriculares.

Nesse sentido, no curso de Licenciatura em Ciências Sociais EAD, a avaliação deve ser compreendida como um instrumento essencial para alinhar os objetivos formativos às dinâmicas sociais contemporâneas e às especificidades do ensino remoto. A proposta avaliativa precisa considerar a diversidade do corpo discente, muitas vezes composto por sujeitos que enfrentam desafios socioeconômicos, tecnológicos e geográficos distintos. Ao incorporar práticas avaliativas participativas e reflexivas no Projeto Pedagógico de Curso, torna-se possível promover uma formação crítica, dialógica e contextualizada, em que os saberes construídos pelos(as) licenciandos(as) estejam em consonância com as realidades locais e as demandas sociais que caracterizam o exercício profissional na área das Ciências Sociais. Dessa forma, a avaliação no contexto da EAD deve favorecer uma mediação pedagógica comprometida com a inclusão, a autonomia intelectual e a articulação entre teoria e prática, respeitando os princípios do PPI e reforçando o papel transformador da educação.

6.2. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem insere-se na própria dinâmica curricular. A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos professores e dos alunos acerca do processo formativo. A avaliação que aqui se propõe não é uma atividade puramente técnica, ela deve ser processual e formativa; e, manter coerência com todos os aspectos do planejamento e execução do Projeto Pedagógico do Curso.

A avaliação da aprendizagem considera os aspectos legais determinados na Lei de DBEN no que concerne à aferição quantitativa do percentual de 75% de presença às atividades de ensino previstas pela carga horária de cada disciplina e no total da carga horária do Curso e qualitativa em relação ao total de pontos obtidos pelo aluno em cada disciplina.

Entende-se que o processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais.

Além disso, o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais – EAD seguirá o que está disposto no Regulamento Acadêmico, Resolução Nª 114/2023, especialmente as diretrizes do Capítulo II, Art. 86. Desta forma, a avaliação da aprendizagem é condizente com a concepção de ensino aprendizagem que norteia a metodologia adotada para a consecução da proposta curricular, de forma a fortalecer a perspectiva da formação integral dos alunos respeitando a diversidade e a pluralidade das suas formas de manifestação e participação nas atividades acadêmicas, sem se distanciar, entretanto, das determinações legais e institucionais. No entanto, vale ressaltar que, por se tratar de um sistema bi modular em cada semestre, no âmbito do Curso de Ciências Sociais as principais avaliações podem ocorrer em apenas um semestre.

Torna-se importante, portanto, desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

Por se tratar de um sistema bi modular em cada semestre, as principais avaliações devem ocorrer ao longo de cada bimestre.

Serão realizadas atividades e avaliações presenciais nos polos conduzidas por docentes e/ou tutores presenciais, para cada disciplina. Já as avaliações a distâncias deverão ser realizadas via plataforma Moodle, por meio de docente diversos, tais como Questionários, Lições, Tarefas, Fóruns, etc.

É importante ressaltar que as atividades e avaliações presenciais terão um peso maior do que as atividades a distância, atingindo pelo menos 60 % do total de pontos distribuídos em cada disciplina.

Ao final do curso, o aluno deve apresentar um trabalho de conclusão de curso (TCC) e defende-lo perante uma banca examinadora, conforme Resolução 02/2016 do Colegiado do curso.

6.3. AVALIAÇÃO DO CURSO CAA

As ações visando à avaliação dos Cursos se orientam pelas normatizações oriundas da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior - CONAES - e se expressa de diferentes formas. Assim, o processo de avaliação do PPC do Curso de Ciências Sociais a distância é realizada por uma comissão representativa dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, com predomínio de docentes, identificada no Projeto de Auto-avaliação da UFAL como Comissão de Auto-avaliação – CAA, instalada em cada Unidade Acadêmica e/ou Unidade Educacional, no caso dos campi interioranos.

6.4. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O Curso de licenciatura em Ciências Sociais modalidade a distância é avaliado anualmente pela CAA - Comissão de auto avaliação e, em caráter permanente, pelos membros do Núcleo Docente Estruturante- NDE.

Na primeira situação, o processo é conduzido em primeira instância pela CAA que coleta dados através de diferentes estratégias junto ao corpo docente, discente e técnico administrativo da Unidade acadêmica. Há, também, o acesso espontâneo da comunidade acadêmica através de formulários on-line, disponibilizados, segundo cronograma de desempenho divulgado pela CPA.

Em ambas as situações os participantes se expressam sobre a condução do Projeto Pedagógico do Curso, entre outros aspectos como a atuação, a qualificação e a relação com os docentes e as condições da infraestrutura disponibilizada para a realização das atividades acadêmicas.

Tem como objetivo a auto avaliação do processo, gerando dados para elaboração/reelaboração ou implementação do PPC e, ainda, a previsão de ações que implicam melhorias para o curso.

A gestão do projeto pedagógico requer um acompanhamento sistemático, realizado de forma contínua pelo colegiado de curso e pelo NDE- Núcleo Docente Estruturante).

Esta é uma condição para a concretização dos objetivos propostos. O processo deverá envolver professores, alunos, técnicos e, quando possível, profissionais interessados na realização de reuniões, encontros e oficinas, visando analisar o seu desempenho, fazer os ajustes necessários e o planejamento de ações que favoreçam o aperfeiçoamento da proposta.

As ações visando à avaliação dos cursos se orientam pelas normatizações oriundas da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior - CONAES - e se expressa de diferentes formas. Assim, o processo de avaliação do PPC do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, modalidade à distância, é realizado pelo Colegiado do Curso, ouvindo os membros do NDE e da CAA – Comissão de auto avaliação da Unidade.

7. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

As principais atividades de planejamento pedagógico e técnico-administrativas do curso de licenciatura em Ciências Sociais/Modalidade a Distância são realizadas no Instituto de Ciências Sociais (ICS) no Campus A. C. Simões, em prédio compartilhado com o Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Artes (ICHCA). O detalhamento dos espaços que fazem parte do ICS segue abaixo:

PÓLO MACEIÓ – INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS-UFAL		
QUANT	ESPAÇO	CARACTERÍSTICAS
04	Sala de Aula	Cada sala de aula possui 40 carteiras, 04 ventiladores em funcionamento e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
03	Salas de Aula	Cada sala possui 30 carteiras escolares, 02 aparelhos de ar condicionado e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida (estas salas são de uso compartilhado com a pós-graduação em turnos diferentes).
01	Sala de Multimídia	A sala possui 40 carteiras escolares, 01 aparelho de ar condicionado, 01 aparelhos de Home Theater e 01 TV de LED 40 polegadas e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
01	Auditório	A sala possui 40 cadeiras e 03 aparelhos de ar condicionado e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
01	Sala de Reuniões	Sala dispõe de mesa para reuniões, refrigeração adequada e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
01	Biblioteca Setorial	A sala acomoda um acervo da área de ciências sociais e conta com estantes, mesas de apoio e 01 computador com 01 impressora jato de tinta, além de atender aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação adequada.
04	Banheiros	Com acessibilidade garantida.
02	Laboratórios de Informática	Os laboratórios dispõem cada um de 10 computadores conectados em rede e com *softwares* de área devidamente instalados, mesas e estantes de apoio e um aparelho de ar condicionado cada, além de atender aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida. Os laboratórios destinam-se à realização de aulas práticas e atendem às demandas dos cursos.
01	Sala de Coordenação	A sala abriga as coordenações de 03 cursos (bacharelado, licenciatura (presencial e à distância) em ciências sociais) e dispõe de mesas de apoio, estantes e 05 computadores conectados em rede, 01 impresso a laser, 01 aparelho de ar condicionado e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade

		desenvolvida.
01	Secretaria Geral	A sala abriga 03 computadores conectados em rede, 01 máquina de Xerox, 02 impressoras a laser, mesas de apoio, 03 armários, 01 escaninhos, 01 fichário, 08 aparelhos de data show, 02 notebooks, 02 gravadores e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
09	Gabinetes de Professores	Os gabinetes são utilizados coletivamente por no máximo 03 professores e dispõem de refrigeração e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida
01	Sala de Centro Acadêmico	Sala dispõe de mesas de apoio, 02 armários, 01 fichário, 01 computador e 01 aparelho de ar condicionado, além de atender aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.

Destaca-se, ainda, que as mediações físicas do Instituto de Ciências Sociais dispõem de rede Wi-Fi para alunos, professores e funcionários técnicos além da rede livre da própria Universidade Federal de Alagoas.

A Biblioteca Central da Universidade dispõe de acesso livre e gratuito ao Portal Periódicos Capes (www.periodicos.capes.gov.br), o que possibilita que docentes e alunos tenham acesso à assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes na nossa área de formação

O curso dispõe de sistema de registro acadêmico informatizado e implantado, com garantia de atualização, confiabilidade e eficiência, e o acesso ao corpo docente e discente e excelente.

No que compreende a estrutura física e os recursos materiais dos demais polos que abrigam o curso de licenciatura em Ciências Sociais/Modalidade a Distância, encontramos:

PÓLO BOCA DA MATA –		
QUANT	ESPAÇO	CARACTERÍSTICAS
01	Secretaria Acadêmica	01 mesa para computador, 01 mesa de escritório, 01 armário, 02 cadeiras e 02 arquivos, 01 scanner, 01 computador, 02 estabilizadores, 01 armário e 01 ar condicionado.
01	Sala de Coordenação	01 mesa para computador, 01 mesa de escritório, 02 armários, 04 cadeiras, 01 mesa para impressora, 01 computador,01 impressora, 01 estabilizador e 01 ar condicionado.
01	Sala de Multimídia	A sala possui 40 carteiras escolares, 01 aparelho de ar condicionado, 01 aparelhos de Home Theater e 01 TV de LED 40 polegadas e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
01	Auditório	A sala possui 40 cadeiras e 03 aparelhos de ar condicionado e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
01	Sala de Professores	01 mesa para reuniões, 10 cadeiras e 01 ar condicionado.
01	Sala de Tutores	02 mesas para computadores,03 mesas redondas, 01 TV, 01 armários, 12 cadeiras, 01 gelo-água e 01 ar condicionado.

02	Banheiros	Acessibilidade garantida.
03	Salas de Aula	160 cadeiras, 03 mesa de escritório, 03 data show, 03 mesa para data show, 03 tela de projeção e 06 aparelhos de ar condicionados.
01	Sala de Vídeo-Conferência	51 cadeiras estofadas, 01 mesa para data show, 01 data show, 01 mesa para computador, 01 mesa para escritório, 02 aparelhos de ar condicionados splint, 01 estabilizador, 01 Tela interativa.
01	Laboratório de Prática de Ciência	01 geladeira, 01 centrífuga, 01 capela, 01 estufa, 03 microscópio binoculares, 01 estereoscópio, 02 ar condicionados, proveta bureta, bico de busen, pipeta etc.
01	Laboratório de Informática I	26 cadeiras estofadas, 24 telas de LCD, 12 gabinetes, 01 mesa de escritório, 02 ar condicionados, 13 estabilizadores, 01 no breaks, 24 head set.
01	Laboratório de Informática II	19 computadores,13 estabilizadores, 02 no-breaks 26 cadeiras estofadas, 02 ar condicionados.
01	Biblioteca	02 mesas para computador, 02 computadores,14 estantes de aço, 02 ventiladores,01 roteador, 06 mesas redondas, 24 cadeiras estofadas, 02 estabilizadores, 3233 livros

PÓLO DE CAJUEIRO		
QUANT	ESPAÇO	CARACTERÍSTICAS
01	Sala de Administração (coordenação, secretaria e tutoria)	01 mesa para computador, 01 mesa de escritório, 02 armários, 04 cadeiras, 01 mesa para impressora, 01 computador,01 impressora, 01 estabilizador e 01 ar condicionado.
01	Auditório	A sala possui 40 cadeiras e 03 aparelhos de ar condicionado e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
01	Laboratórios de Informática	26 cadeiras estofadas, 24 telas de LCD,12 gabinetes, 01 mesa de escritório, 02 ar condicionados, 13 estabilizadores.
01	Biblioteca	A sala acomoda um acervo da área de ciências sociais e conta com estantes, mesas de apoio e 01 computador com 01 impressora jato de tinta, além de atender aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação adequada.
02	Laboratórios de Física	01 geladeira, 01 centrífuga, 01 capela, 01 estufa, 03 microscópio binoculares, 01 estereoscópio, 02 ar condicionados, proveta bureta, bico de busen, pipeta etc.
01	Cozinha;	01 forno micro-ondas e 01 geladeira.
02	Banheiros	Banheiros com acessibilidade garantida.
10	Salas de aula climatizadas	160 cadeiras, 03 mesa de escritório, 03 data show, 03 mesa para data show, 03 tela de projeção e 06 aparelhos de ar condicionados.
01	01 Sala de Vídeo	26 cadeiras estofadas, 01 mesa para data show, 01 data show, 01 mesa para computador, 01 mesa para escritório, 02 aparelhos de ar condicionado.

PÓLO DE DELMIRO GOUVEIA		
QUANT	ESPAÇO	CARACTERÍSTICAS
27	Salas de aulas	Cada sala de aula possui de 35 a 60 cadeiras, 01 mesa de escritório, 01 data show e 01 aparelho de ar condicionado para cada sala.
01	Sala de vídeo	26 cadeiras estofadas, 01 mesa para data show, 01 data show, 01 mesa para computador, 01 mesa para escritório, 02 aparelhos de ar condicionado.
01	Auditório	Capacidade para 120 pessoas,
01	Biblioteca	A sala acomoda um acervo da área de ciências sociais e conta com estantes, mesas de apoio e 01 computador com 01 impressora jato de tinta, além de atender aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação adequada.
01	Reprografia	02 máquinas de reprodução.
07	Banheiros	Acessibilidade garantida.
03	Laboratórios de informática	26 cadeiras estofadas, 24 telas de LCD,12 gabinetes, 01 mesa de escritório, 02 ar condicionados, 13 estabilizadores.
03	Laboratório de ensino (química, biologia, enfermagem),	01 geladeira, 01 centrífuga, 01 capela, 01 estufa, 03 microscópio binoculares, 01 estereoscópio, 02 ar condicionados, proveta bureta, bico de busen, pipeta etc.
01	Laboratório de matemática	23 cadeiras estofadas, 12 gabinetes, 02 mesa de escritório, 02 ar condicionados, 06 estabilizadores.
01	Laboratório de física	20 cadeiras estofadas, 24 telas de LCD, 12 gabinetes, 01 mesa de escritório, 02 ar condicionados.
01	Laboratório de genética	26 cadeiras estofadas, 02 telas de LCD, 12 gabinetes, 01 mesa de escritório, 02 ar condicionados, 13 estabilizadores.
01	Laboratório de EaD	30 computadores conectados à internet, 01 quadro branco, 30 cadeiras.

PÓLO DE TEOTÔNIO VILELA		
QUANT	ESPAÇO	CARACTERÍSTICAS
01	Sala de Administração (coordenação, secretaria e tutoria)	01 mesa para computador, 01 mesa de escritório, 02 armários, 04 cadeiras, 01 mesa para impressora, 01 computador,01 impressora, 01 estabilizador e 01 ar condicionado.
01	Auditório	A sala possui 40 cadeiras e 03 aparelhos de ar condicionado e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
01	Laboratórios de Informática	26 cadeiras estofadas, 24 telas de LCD,12 gabinetes, 01 mesa de escritório, 02 ar condicionados, 13 estabilizadores.
01	Biblioteca	A sala acomoda um acervo da área de ciências sociais e conta com estantes, mesas de apoio e 01 computador com 01 impressora jato de tinta, além de atender aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação

		adequada.
02	Laboratórios de Física	01 geladeira, 01 centrífuga, 01 capela, 01 estufa, 03 microscópio binoculares, 01 estereoscópio, 02 ar condicionados, proveta bureta, bico de busen, pipeta etc.
01	Cozinha;	01 forno micro-ondas e 01 geladeira.
02	Banheiros	Banheiros com acessibilidade garantida.
10	Salas de aula climatizadas	160 cadeiras, 03 mesa de escritório, 03 data show, 03 mesa para data show, 03 tela de projeção e 06 aparelhos de ar condicionados.
01	01 Sala de Vídeo	26 cadeiras estofadas, 01 mesa para data show, 01 data show, 01 mesa para computador, 01 mesa para escritório, 02 aparelhos de ar condicionado.

8. REFERÊNCIAS

Diretrizes Curriculares

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03 PROGRAD/Fórum dos Colegiados, de 20 de setembro de 2013 - Dispõe sobre os procedimentos para reformulação dos projetos pedagógicos dos Cursos de graduação da UFAL.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02 PROGRAD/Fórum das Licenciaturas, de 27 de setembro de 2013 - Disciplina a construção de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nos Cursos de graduação da UFAL;

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 PROGRAD/Fórum dos Colegiados - Disciplina a redução da carga horária de estágio curricular supervisionado para os alunos dos Cursos de Licenciatura da UFAL que exercem atividade docente regular na Educação Básica.

RESOLUÇÃO Nº 52/2012-CONSUNI/UFAL – Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE no âmbito da UFAL.

Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos – Específicas para cada Curso, e referente as orientações gerais;

Parecer CONAES N° 4, de 17 de junho de 2010 - Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE;

Lei nº 10.172/2001- Plano Nacional de Educação - Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Portaria nº 2.678/02 – Política Nacional de Ed. Especial na perspectiva da Ed. Inclusiva.

Lei 10.639 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Lei 11.645 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;

Resolução nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências;

Lei Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 - Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;

Decreto nº 5.296/04 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

Resolução CNE/CP 1 de 18 de fevereiro de 2002 -Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, Curso de Licenciatura, de graduação plena;

Resolução CNE/CES n. 02/2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos Cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;

Resolução CNE/CES n. 04/2009 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos Cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial;

Resolução CNE/CES n. 02/2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos Cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;

Portaria N°10, 28/07/2006 - Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia;

Portaria N° 1024, 11/05/2006 - As atualizações do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia serão divulgadas no sítio eletrônico oficial do Ministério da Educação e outras providências.

Resolução CNE/CP N°3,18/12/2002 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos superiores de tecnologia.

Decreto n. 5.622/2005 - Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - referente a EaD.

Portaria Normativa n. 40 de 12/12/2007 Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições .

Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Decreto n. 4.281 de 25 de junho de 2002, Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 66 - referente a titulação do corpo docente. Outras legislações podem ser encontradas no site do MEC e da UFAL

Acréscimos:

Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). (Oferta de disciplinas semipresenciais)

Cadastro de denominações consolidadas para Cursos de Graduação (bacharelado e Licenciatura) do Ministério da Educação.

Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura do MEC.

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

PARECER CNE/CP N.º 09/2001, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, Curso de Licenciatura, de graduação.

Resolução Nº 25/2005 - CEPE, de 26 de outubro de 2005, institui e regulamenta o funcionamento do Regime Acadêmico Semestral nos Cursos de Graduação da UFAL, a partir do ano letivo de 2006.

Resolução nº 113/95 – CEPE, de 13 de novembro de 1995, estabelece normas para o funcionamento da parte flexível do sistema seriado dos Cursos de graduação.

Plano de Desenvolvimento Institucional da UFAL 2013-2017.

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 6 DE ABRIL DE 2009 (*). Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos Cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.

Geral:

BODART, Cristiano das Neves. Livros de Introdução à Sociologia no Brasil (1917-1950): uma perspectiva histórica. In: O ensino de Ciências Sociais em perspectiva internacional. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2025. p.193-222.

Cigales, M. P. (2019). A Sociologia Católica no Brasil: Análise sobre os manuais escolares (1920-1940) (Tese de doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina.

BODART, Cristiano das Neves; AZEVEDO, Gustavo Cravo de; TAVARES, Caio dos Santos. Ensino de Sociologia: processo de reintrodução no Ensino Médio brasileiro e os cursos de Ciências Sociais/Sociologia (1984-2008). Debates em Educação, [S. l.], v. 12, n. 27, p. 214–235, 2020.

9. ANEXO A - **RESOLUÇÃO N° 01/2016 – TCC DO EAD**

Regulamenta o trabalho de conclusão de Curso (TCC), fixado no projeto pedagógico do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura, modalidade a distância do Instituto de Ciências Sociais - ICS, Campus A. C. Simões, da Universidade Federal de Alagoas, e dá outras providências:

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, modalidade a distância, no uso de suas atribuições e tendo em vista a deliberação da plenária, adotada em reunião no dia 04 de maio de 2016.

RESOLVE:

Estabelecer normas regimentais do Trabalho de Conclusão de Curso para os Cursos de Ciências Sociais - Licenciatura, modalidade a distância, nos termos abaixo:

TITULO I
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I
DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE TCC

Art. 1º Compete ao Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso:

I – Articular-se com o Colegiado dos Cursos de Ciências Sociais – Licenciatura/EAD do ICS/UFAL para compatibilizar diretrizes, organização e desenvolvimento dos trabalhos;

II – Orientar os estudantes na escolha dos professores orientadores, divulgando as linhas de pesquisa do ICS/UFAL.

III – Convocar, sempre que necessário, os orientadores para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCCs;

IV – Organizar, junto à Coordenação do Curso de Licenciatura, a listagem dos estudantes e seus respectivos orientadores, e manter este banco de dados atualizado.

V – Coordenar, quando for o caso, o processo de substituição de orientadores, ouvido os Colegiados dos Cursos;

VI – Organizar, divulgar e definir junto ao Colegiado do Curso o cronograma de apresentação dos TCCs a cada semestre do ano letivo.

§ 1º O professor orientador pode recusar a orientação de um TCC, desde que o faça mediante justificativa plausível.

§ 2º O professor orientador poderá ser substituído em caso de força maior ou impedimento evidente.

§ 3º Nos casos de incompatibilidade entre professor e aluno após o aceite da orientação, a

substituição precisará ser justificada ao Colegiado do Curso.

§ 4º A imprudência e/ou irresponsabilidade comprovada por parte do orientando, dará ao professor orientador o direito de cindir justificadamente o contrato de orientação.

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO ORIENTADOR

Art. 2º Compete ao orientador de TCC:

I – Orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do trabalho em todas as suas fases;

II – Estabelecer o plano e o cronograma do trabalho em conjunto com o orientando;

III – Informar o orientado sobre as normas, procedimentos e critérios de avaliação respectivos;

IV – Presidir a banca examinadora do trabalho por ele orientado;

V – Comparecer nas reuniões, convocadas pelo Coordenador de TCC, para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCCs;

VI – Comunicar ao Coordenador de TCC, quando ocorrer problemas, dificuldades e dúvidas relativas ao processo de orientação, para que as devidas providências sejam tomadas;

VII – Articular-se junto ao Coordenador de TCC, Colegiados dos Cursos e ICS/UFAL para definição do programa e do planejamento das atividades semestrais de defesa de TCC.

Art. 3º Todo professor deverá orientar TCC dentro de sua área de trabalho - Antropologia, Ciência Política ou Sociologia, na área de Educação em Ciências Sociais ou Sociologia do ensino médio.

Art. 4º Os professores orientadores de TCC devem pertencer ao quadro de docentes do Curso de Ciência Sociais- Licenciatura/EAD, do ICS/UFAL.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES DO ORIENTANDO

Art. 6º Compete ao orientando:

I – Definir a temática de seu TCC, em conformidade com as linhas de pesquisa do ICS/UFAL;

II – Apresentar projeto ou proposta de TCC ao Colegiado do Curso;

III- Cumprir as normas e a regulamentação próprias do TCC;

IV – Cumprir o plano e o cronograma estabelecidos em conjunto com seu orientador.

V – Comunicar ao professor orientador quaisquer alterações das atividades previstas.

Parágrafo único. A defesa do TCC fora dos limites estabelecidos pelo cronograma previamente definido impedirá que o orientando cole grau no mesmo ano letivo. Fica expressamente proibido que o aluno formando cole grau antes da defesa de seu TCC perante uma Banca Examinadora.

Art. 7º São direitos do orientando:

I – Ter um professor orientador em uma das linhas de pesquisa abrigadas pelo ICS/UFAL;

II – Solicitar ao Colegiado do Curso indicação de orientador para o seu TCC;

III – Ser informado sobre as normas e regulamentação do TCC.

TÍTULO II
DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

DA NATUREZA E DO OBJETIVO

Art. 8º O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Ciências Sociais – Habilitação: Licenciatura, modalidade a distância, poderá ser um trabalho de natureza monográfica, técnica e científica elaborado individualmente pelo estudante que será avaliada por uma banca composta por no mínimo dois professores e cujo registro audiovisual será depositado na Biblioteca Universitária da UFAL;

I - A natureza do TCC de Ciências Sociais - Licenciatura, EAD constitui-se **em uma Monografia, Artigo científico, Relatório de Ensino em Ciências Sociais.**

§ A monografia ou o artigo devem ser resultantes de uma pesquisa sob orientação de um professor, em uma das áreas de concentração do Curso, a saber: Antropologia, Ciência Política, Sociologia ou Ensino de Sociologia no Ensino Médio.

§ O Relatório de Ensino em Ciências Sociais deve ser resultante dos quatro estágios supervisionados obrigatórios do Curso e deve ser elaborado sob orientação de um professor do Curso. Esse relatório é distinto dos relatórios apresentados para o Estágio.

II – O trabalho de natureza monográfica ou o artigo deve propiciar ao estudante o contato com o processo de investigação, que o auxilie em todas as etapas da pesquisa, tais como: formulação do problema de análise, localização do referencial teórico e, procedimentos metodológicos de pesquisa, formulação coerente da conclusão da pesquisa e apresentação final do trabalho de acordo com as normas da ABNT-NBR;

III– O trabalho realizado a partir dos Estágios Supervisionados do Curso deve refletir a sua experiência de prática docente, auxiliando assim todas as etapas de elaboração do Relatório de Ensino, tais como: os procedimentos da didática pedagógica em sociologia no ensino médio, apresentação da(s) escola (s), discussão teórica sobre o ensino de sociologia, contextualização do cotidiano das escolas e da prática de ensino, caracterização da (s) turma (s), conteúdo da regência, autoavaliação e formulação coerente das considerações finais do relatório de ensino. O relatório deve seguir as normas da ABNT-NBR

Art. 9º O TCC de Ciências Sociais – Habilitação: Licenciatura, modalidade a distância, deverá atender aos seguintes objetivos determinados:

I – Capacitar o estudante para a elaboração de pesquisas e/ou experiências docentes nas áreas de concentração do Curso: Antropologia, Ciência Política, Sociologia ou Educação em Ciências Sociais, cabendo a ele escolher uma destas áreas para pesquisar;

II – Levar o estudante a correlacionar e aprofundar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no Curso;

III – Contribuir para o enriquecimento das diferentes linhas de pesquisa do Instituto de Ciências Sociais/ICS/UFAL, estimulando a produção científica que poderá estar articulada às necessidades da comunidade local, nacional e internacional.

TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA E DOS PROCEDIMENTOS DE DEFESA

CAPÍTULO I
DAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

Art. 10º Para o Curso da Licenciatura, além das linhas de pesquisas definidas pelo ICS/UFAL, o TCC pode inserir-se também na área da Educação, caso o estudante faça a opção de apresentar um Relatório em Ensino de Ciências Sociais.

CAPÍTULO II
DO PROJETO DE PESQUISA E RELATÓRIO DE ENSINO

Art. 11º Os projetos de pesquisa versarão sobre temas próprios das Ciências Sociais, com foco para os três eixos principais que constituem a estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, a saber: Antropologia, Ciência Política, Sociologia bem como para os Núcleos de Pesquisa que abrigados pelo ICS/UFAL; os projetos de relatórios de ensino versarão sobre a prática docente do Ensino de Ciências Sociais com foco nas diretrizes pedagógicas dos quatro estágios supervisionados que constituem a estrutura curricular obrigatória do Curso de Licenciatura.

§1º O aluno do Curso de Licenciatura, uma vez aprovado em todas as disciplinas metodológicas, a saber, Metodologia das Ciências Sociais, Introdução à Estatística, Pesquisa Quantitativa, Pesquisa Qualitativa e Pesquisa Educacional, deverá **encaminhar seu projeto de pesquisa ou de relatório de ensino** ao Coordenador de TCC, respeitando-se o prazo máximo estabelecido no cronograma semestral, a ser divulgado no Instituto de Ciências Sociais.

§ 3º Após a entrega, o projeto de pesquisa ou projeto de relatório de ensino será registrado e, caso o aluno ainda não disponha de um orientador, o Coordenador de TCC deverá ajudá-lo a escolher entre os integrantes do quadro docente efetivo do ICS/UFAL um orientador ou, eventualmente, um coorientador, disponível e compatível ao tema de seu projeto.

§ 4º Uma vez aceita a orientação por parte do professor, o aluno deverá apresentar à Coordenação de TCC um termo de compromisso devidamente preenchido pelo orientador e pelo orientando.

Art. 12º O projeto de pesquisa deve ser assinado pelo orientador e entregue na Coordenação de TCC, na mesma formatação prevista para o TCC, no prazo estipulado e amplamente divulgado no ICS/UFAL. O projeto deverá ter entre 10 (dez) e 20 (vinte) laudas e trazer, obrigatoriamente, os seguintes itens:

I- Capa e folha de rosto;
II- Introdução ao tema;
III- Justificativa da escolha do tema;
IV- Problema de pesquisa e hipóteses;
V- Revisão bibliográfica e/ou referencial teórico;
VI- Objetivo geral e objetivos específicos;
VII- Metodologia a ser utilizada na pesquisa;
VIII- Cronograma de realização das atividades;
IX- Estrutura preliminar da monografia;
X- Referências Bibliográficas inicial; e
XI- Índice preliminar do trabalho, em caráter facultativo.

Art. 13º O projeto de relatório de pesquisa deve ser assinado pelo orientador e entregue na

Coordenação de TCC, na mesma formatação prevista para o TCC, no prazo estipulado e amplamente divulgado no ICS/UFAL. O projeto deverá ter entre 10 (dez) e 20 (vinte) laudas e trazer, obrigatoriamente, os seguintes itens:

I- Capa e folha de rosto;
II- Introdução;
III- Discussão teórica sobre ensino de sociologia;
IV- Metodologia;
V- Especificação da(s) escola (a) de realização dos estágios Supervisionados;
VI- Estrutura preliminar do relatório
VII- Cronograma de elaboração das atividades e desenvolvimento de relatório
VIII- Referências Bibliográficas inicial;
IX- Índice preliminar do trabalho, em caráter facultativo.

Art. 14º Quando a pesquisa para a elaboração da monografia envolver seres humanos (por exemplo, por meio de entrevistas, questionários, arquivos pessoais, uso de banco de dados elaborado por outros pesquisadores ou instituições, etc.), deverão ser observadas as Normas para a Pesquisa Envolvendo Seres Humanos e Animais (Res. CNS nº 196/96), para a submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa na UFAL – CEP, respeitando o prazo estipulado para registro da pesquisa e início da implantação do projeto. O detalhamento deste procedimento encontra-se disponível em http://www.ufal.edu.br/comite-de-etica-em-pesquisa/. Todo pesquisador que submeter um projeto de pesquisa ao CEP deverá, primeiramente, cadastrar-se na Plataforma Brasil disponível em: http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf e apresentar toda a documentação exigida pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP.

DA MONOGRAFIA

Art. 15º A Monografia pode ser:

I – De natureza teórica, em que o estudante discute um tema relevante, com intuito de rever a bibliografia, analisar criticamente conceitos de vários autores e propor ou apontar, novos conceitos que elucidem melhor o tema em questão;

II – De natureza teórica e empírica, em que o estudante elabora, ao lado da pesquisa teórica, uma pesquisa de campo, levantando dados primários e secundários, entrando em contato com o universo do seu objeto de estudo, fundamentando assim, a discussão teórica a partir de dados primários catalogados pelo próprio estudante.

Art. 16º A elaboração da Monografia deve começar a partir do 7º período.

Parágrafo único. O estudante vinculado à iniciação científica poderá desenvolver o mesmo projeto na elaboração do TCC.

Art. 17º A monografia deverá ter no mínimo 40 (quarenta) laudas de conteúdo, excetuando a capa, a bibliografia e os anexos, e ser impresso em papel padrão “A4” e estar de acordo com as normas da ABNT-BR.

DO RELATÓRIO DE ENSINO

Art. 18º O relatório de Ensino em Ciências Sociais **deve** ser:

I – De natureza teórica e empírica, em que o estudante elabora seu relatório a partir das discussões teóricas sobre o ensino de sociologia, realizadas ao longo do Curso e apresenta dados primários e/ou secundários, a partir de sua experiência na prática de ensino no âmbito das disciplinas de Estágio Supervisionado I, II,III e IV.

Art. 19º A elaboração do relatório de Ensino em Ciências Sociais, pode começar no 6º período a depender de o estudante da Licenciatura se matricular na disciplina Pesquisa Educacional e tendo cursado Estágio Supervisionado I. Ao fim da primeira, o aluno deverá, obrigatoriamente, apresentar um projeto a ser avaliado pelo professor que estiver ministrando, naquele momento, a referida disciplina; o qual poderá aprovar ou reprovar o projeto de pesquisa apresentado. Em caso de reprovação, o aluno deverá matricular-se novamente na disciplina e cumpri-la regularmente mais uma vez.

Art. 20º O relatório de Ensino em Ciências Sociais deverá ter no mínimo 30 (trinta) laudas de conteúdo, **excetuando** a capa, índice, a bibliografia e os anexos, e ser impresso em papel padrão "A4" e estar de acordo com as normas da ABNT-BR.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Art. 21º Todo TCC será submetido à Banca Examinadora composta por no mínimo 3 (três) professores efetivos do quadro docente do ICS/UFAL, sendo, obrigatoriamente, 1 (um) deles, o orientador e, os demais, respectivamente, primeiro e segundo examinadores, salvo nos casos de coorientadores aceito pelo colegiado, de acordo com o Art. 4°, § 1°, podendo este atuar como membro da banca examinadora.

§ 1º O orientador deverá sempre fazer parte e presidir a Banca Examinadora do TCC por ele orientado, sob o risco de, sem ele, não realizar-se a defesa.

§ 2º É responsabilidade do Orientador convidar os demais professores para ocuparem o posto de examinadores, seja durante a pré-banca, quando houver, seja durante a defesa propriamente dita do TCC; podendo apenas o aluno, sugerir nome(s) que o orientador poderá acatar ou não julgando-se os critérios de pertinência à área, regime de trabalho do professor convidado, bem como sua disponibilidade de horários.

§ 3º É de responsabilidade do presidente da Banca Examinadora a tarefa de preencher e lavrar a ata de defesa do TCC, bem como, encaminhar tal documento para a Coordenação de TCC.

§ 4º O orientador e os integrantes da Banca Examinadora não poderão ter relação de parentesco com o aluno avaliado.

§ 5º Excetuando-se casos específicos e justificados, a composição das Bancas Examinadoras das monografias deverá privilegiar a ciência/área de conhecimento específica em que o TCC se concentra; portanto, a Banca deverá ser composta por professores com especialização em estudos na área de Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Além desses critérios, a composição das Bancas Examinadoras dos relatórios de Ensino em Ciências Sociais deverá privilegiar, caso o orientador considere pertinente, a participação de professores da área da Educação.

§ 6° A pré-banca é opcional, o orientador avaliará se é preciso ou não de uma pré-banca. Caso opte pela realização da pré-banca, o orientador deve agendá-la com pelo menos 30 dias úteis antes do prazo para a defesa final do TCC e deve contar com a participação de mais um professor examinador, preferencialmente, membro do quadro docente efetivo do ICS/UFAL. Para a pré-banca, orientador e primeiro examinador deverão preencher parecer obrigatório para posterior

defesa do trabalho perante a Banca Examinadora. O orientando deverá observar e cumprir as recomendações feitas pelo orientador e pelo primeiro examinador antes de entregar a versão final para a Banca Examinadora.

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A DEFESA DO TCC

Art. 22º Cabe ao estudante providenciar junto ao seu professor orientador todos os equipamentos de informática, como computador (PC), computador portátil (*notebook*), aparelho de projeção ou outros meios que queira utilizar durante a sua apresentação perante a Banca Examinadora.

§ 1º O candidato poderá formular junto à Secretaria do Instituto, mediante professor orientador, um pedido formal para a disponibilização de aparelhos de informática pertencentes ao ICS/UFAL, que será atendido na medida do possível.

§ 2º A apresentação do TCC, pelo aluno, deverá ser presencial, em datas previamente estipuladas pelo colegiado do Curso, uma vez ao ano, junto ao polo de matrícula do aluno.

§ 3º A participação de avaliadores convidados nas bancas de TCC podem ser efetivadas por vias de videoconferência, desde que autorizadas pelo colegiado do Curso.

CAPÍTULO V
DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 23º O trabalho de Conclusão de Curso do estudante será avaliado por uma banca examinadora composta por três membros que devem pontuar dois aspectos fundamentais: o trabalho escrito e a apresentação oral.

§ 1º Sobre o trabalho escrito, a banca deve avaliar os seguintes itens: Interpretação; Síntese, teoria e prática; Contribuição para a área; Organização; Argumentação; Profundidade do tema; Correção gramatical; Estrutura; Estilo; Apresentação.

Art. 24º A Banca Examinadora seguirá os seguintes procedimentos de avaliação:

I – Inicialmente, o aluno fará uma exposição oral, resumindo o conteúdo do seu TCC, em, no máximo, 15 (quinze) minutos;

II – Em seguida, cada membro da Banca Examinadora terá 10 (dez) minutos para considerações e perguntas, sempre com o Presidente fazendo as observações por último;

III – O aluno terá direito a 10 (dez) minutos para formular suas respostas e considerações com relação a cada professor, totalizando, no máximo, 20 (vinte) minutos de resposta.

Art. 25º Na apresentação oral a banca examinadora deve observar:

I – Na exposição: a introdução ao tema, domínio de conteúdo, criatividade, forma de apresentação, exemplificação, domínio da linguagem, contribuição para a área;

II – Na arguição: argumentação, análise crítica, aprofundamento do assunto, inter-relacionamento com outras áreas, clareza e objetividade, coerência nas respostas, entendimento das perguntas.

Art.26º A Banca Examinadora, depois da defesa do TCC, deverá se reunir isoladamente e deliberar sobre a nota, podendo:

I – Reprovar o trabalho, atribuindo nota menor que 7,0 (sete);

II – Aprovar o trabalho, atribuindo nota de 7,0 (sete) até 10,0 (dez);

III – Conferir um prazo para reformulação entre 10 (dez) e 30 (trinta) dias, improrrogáveis, sugerindo as alterações necessárias para a melhoria do TCC; neste caso, será marcada nova data para defesa perante a mesma Banca Examinadora, sendo vedada a concessão de outro prazo para reformulação.

Parágrafo único. No caso do inciso III deste artigo, em persistindo as impropriedades necessárias à melhoria do TCC, o trabalho será reprovado.

Art. 27º A avaliação do TCC é documentada mediante ata preenchida pelo Presidente da Banca, onde deverão constar as notas que cada examinador atribuiu ao estudante, bem como suas respectivas assinaturas.

Art. 28º Nos casos em que se comprove ter havido plágio, o trabalho será imediatamente reprovado com nota 0,0 (zero) e encaminhado aos órgãos universitários competentes para análise das penalidades cabíveis, não sendo designada outra Banca até o final do procedimento disciplinar.

CAPITULO VI
ENTREGA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 29º Após a defesa do TCC, respeitado os prazos estabelecidos pela Coordenação de TCC, será dever do aluno e parte integrante do processo de defesa do TCC, encaminhar para a Coordenação de TCC 02 (duas) vias impressas (uma deverá ser em capa dura e outra em espiral) e uma cópia digital em CD-ROM, formato (DOC), devidamente preenchido com a assinatura do orientador e demais avaliadores do trabalho. Destas cópias:

I– 01 (uma) cópia impressa e com capa dura, que será encaminhada para a Biblioteca Central;

II– 01 (uma) cópia impressa em espiral, que será encaminhada para a Biblioteca Setorial;

III– 01 (uma) copia digital em CD será encaminhada para a Coordenação do laboratório de informática do respectivo Curso para que seja disponibilizada junto à página eletrônica do ICS/UFAL. Posteriormente a cópia digital ficará arquivada no acervo da biblioteca setorial.

TÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30º Os custos da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso ficam a cargo exclusivo do estudante.

Art. 31º Os casos omissos serão discutidos pela Coordenação de TCC e pelo Colegiado do Curso Licenciatura em Ciências Sociais do ICS/UFAL.

Art. 32º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, inclusive com relação aos aspectos metodológicos, restando os aspectos procedimentais a vigorar a partir do primeiro semestre de 2013.

Art. 33º A Resolução que normatiza os procedimentos formais para elaboração e defesa de TCC dos alunos do regime semestral manter-se-á em vigor, ficando o que fora resolvido e

deliberado neste documento a tratar, especificamente, dos alunos regulares do regime semestral do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura do ICS/UFAL.

Art. 34º A confirmação das orientações, por parte dos alunos e dos professores, deverão ser oficializadas por vias do Formulário de Acompanhamento das Orientações, cujo modelo será fornecido pelo Colegiado do Curso.

Art. 35º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Maceió, 04 de Maio de 2016.

Coordenação do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura/EAD

10. ANEXO B - RESOLUÇÃO N° 02/2016 DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO - EAD

Regulamenta Normas e Critérios Referente ao estágio do Curso Ciências Sociais – Licenciatura - EAD

O estágio supervisionado será gerido pelo Coordenador de estágio e pelo colegiado do Curso e será realizado em escolas conveniadas das redes públicas municipais, estaduais, federais e privadas credenciadas. Para atender o que determina a legislação, Lei Nº 11.788 de 25/09/2008, será de responsabilidade do Professor Orientador do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura/EAD, com o auxiliou dos tutores presenciais, o encaminhamento e acompanhamento efetivo das atividades desenvolvidas pelos estagiários.

Para que o acompanhamento seja realizado de forma adequada, as instituições de ensino para as quais serão conduzidos os estagiários deverão estar localizadas, preferencialmente, nos municípios em que existem polos de educação em distância, nos quais são ministradas aulas do Curso de Ciências Sociais e em municípios contíguos aos municípios com esses polos.

O Professor Orientador dos estágios fará o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estagiários através:

•De eventuais visitas às escolas;

•Das fichas de frequência, preenchidas pelo Professor Supervisor e assinadas por esse e pela Direção da instituição de ensino ou Coordenadores de Área, a serem entregues, pelo estagiário ao Professor Orientador, ao final de cada mês;

•Dos Relatórios de Conclusão de estágio I, II, III e IV, a serem entregues impressos pelo estagiário ao Professor Orientador ao final do semestre;

• Do Plano de aula ou Relatos de vivência a serem entregues ao final de cada período definido previamente pelo professor orientador.

•De reuniões virtuais através do moodle, Skype ou smilares.

Compete ao Professor Orientador e ao Coordenador do Estágio Supervisionado, além do acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estagiários fazer o levantamento das escolas e horários referentes às aulas de Sociologia existentes nas instituições de ensino selecionadas, encaminhar os estagiários através de documentação padrão elaborada pela Coordenação de Estágio, como também fazer a avaliação dos estagiários. A avaliação dos estagiários será feita em parceria pelo Professor Orientador da instituição de ensino e o Professor Supervisor da parte concedente, através:

•De eventuais visitas as escolas, devendo, quando possível, o Supervisor dos estágios III e IV assistir as aulas dos estagiários relatando a eles, em encontros posteriores, os pontos positivos e os que necessitam melhorar devendo também subsidiá-los na busca de soluções para eventuais dificuldades.

•Das fichas de avaliação a serem preenchias pelo Professor Orientador da instituição de ensino em parceria com o Supervisor da parte concedente;

•Dos Relatórios de Conclusão de Estágio (Relatórios de Atividades) que deverão ser impressos e entregues no final de cada Semestre em data estipulada pelo Professor Orientador do Curso.

Acatando o que determina a Resolução Nº 2/2002 do Conselho Nacional de Educação, o aluno que comprove estar em efetiva atividade docente na educação básica, por tempo mínimo de dois (2) anos ininterruptos, poderá ter a redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas, podendo pedir a dispensa do estágio V, VI, desde que sua atuação seja compatível com o nível de ensino exigido nessa etapa do Estágio Supervisionado e/ou do estágio VII ou VIII, desde que sua atuação seja compatível com o nível de ensino exigido nessa etapa do Estágio Supervisionado. Os alunos que queiram pedir a dispensa dos

Estágios III e/ou IV devem apresentar a seguinte documentação:
•Atuando na rede privada: cópia autenticada da Carteira de Trabalho devidamente assinada e declaração da escola, devidamente assinada pela Direção da Instituição de ensino, contendo as séries que leciona.
•Atuando na rede pública: se efetivo, cópia autenticada da Ficha Funcional e declaração da escola, devidamente assinada pela Direção da Instituição de ensino, contendo as séries que leciona. Se temporário (monitor): Copia autenticada do Contrato de Trabalho e declaração da escola, devidamente assinada pela Direção da Instituição de ensino, contendo as séries que leciona.

O Estágio Supervisionado terá como objetivo maior propiciar aos estudantes a vivência direta no ambiente escolar, mediante a participação efetiva destes nas atividades escolares. Além disso, busca fomentar o conhecimento sobre o desenvolvimento do ensino da Sociologia em toda a Educação Básica. Para atingir os objetivos propostos os Estágios Supervisionados serão divididos da seguinte forma:
•Estágio Supervisionado I – o professor orientador irá abordar temas relativos à problematização do espaço escolar enquanto objeto de investigação das Ciências Sociais e encaminhará os estagiários para instituições de ensino que ofertem turmas de Ensino Médio para a execução da pesquisa, da observação e do desenvolvimento de atividades direcionadas ao ensino da Sociologia nessa etapa da Educação Básica;
•Estágio Supervisionado II – o professor orientador fará reflexões em torno dos primeiros manuais de sociologia, bem como acerca do currículo de Ciências Sociais no Brasil e Alagoas, encaminhará os estagiários para instituições de ensino que ofertem as turmas de Ensino Médio para a execução da pesquisa, da observação e do desenvolvimento de atividades direcionadas ao ensino da Sociologia nessa etapa da Educação Básica;
•Estágio Supervisionado III – o professor orientará acerca do planejamento e da execução das aulas, bem como promoverá discussões em torno dos desafios postos ao planejamento das aulas, encaminhará os estagiários para instituições que ofertem as turmas de Ensino Médio, objetivando a prática do ensino e pesquisa, como também, a vivência das atividades cotidianas da escola referentes a essa etapa da Educação Básica;
•Estágio Supervisionado IV – o professor orientará acerca das estratégias didáticas, avaliativas e metodológicas em termo da prática de ensino em Ciências Sociais, encaminhará os estagiários para instituições de ensino que ofertem as turmas de Ensino Médio objetivando a prática do ensino e pesquisa, como também, a vivência das atividades cotidianas da escola referentes a essa etapa da Educação Básica.

Em conformidade com a Lei Federal 11.788 de 25 de setembro de 2008, com a Resolução 71/2006-CONSUNI e com as Normas do Estágio Curricular do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura, após a finalização de cada etapa do Estágio Supervisionado, o aluno deverá apresentar, um relatório final, como condição para aprovação. O Relatório de Estágio é um documento individual, que registra todas as atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado. Iniciando-se o semestre, o formulário de solicitação/renovação e autorização de estágio deverá ser entregue pelo Professor Orientador e pelo Coordenador de Estágio aos alunos, e depois de cumprido os procedimento legais, eles as devolverão para o Coordenador de Estágio, o qual através da Coordenação do Curso, as encaminhará para a gerência de Estágio da Pró-Reitoria de Graduação, para que sejam confeccionados os termos de compromisso. Estes, depois de confeccionados pela PROGRAD, serão repassados pelo Professor Orientador para que os alunos os imprimam em 3 vias, que depois de assinadas pelos sujeitos competentes serão destinadas da seguinte forma: 1 via para o Estagiário, 1 via para a Escola/ Assemelhado, e outra via para a Coordenação do Curso de Graduação.

Os estágios curriculares serão de duas naturezas:
a) OBRIGATÓRIOS, denominados de estágios supervisionados, com no mínimo 400h distribuídas entre o 5º, 6º, 7º e 8º semestres;

b) NÃO OBRIGATÓRIOS, isto é, outras oportunidades de estágios obtidas pelos discentes.

A carga horária mínima será a que fica efetivada para integralização do currículo, mesmo que o aluno tenha realizado mais horas. Pode o aluno requerer a utilização do que ultrapassar desse valor (400 h) para efeitos de atividade complementar. Os estágios não obrigatórios terão supervisão indireta dos docentes, e para consignação como carga horária complementar, deverão ser analisados pelo Colegiado de Curso no que diz respeito à pertinência na formação profissional do aluno.

Maceió, 04 de Maio de 2016.

Coordenação do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura/EAD